



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MIGUÉIAS PASCOAL LIMA DE CARVALHO

O POBRE COMO LUGAR TEOLÓGICO A PARTIR DE JON SOBRINO

RECIFE/PE

2021

MIGUÉIAS PASCOAL LIMA DE CARVALHO

O POBRE COMO LUGAR TEOLÓGICO A PARTIR DE JON SOBRINO

Dissertação de Mestrado em Teologia apresentada à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em teologia.

Área de Concentração: Teologia Sistemático-Pastoral

Linha de Pesquisa: Teologias e Temas de Fronteiras

Orientador: Prof. Dr. Gilbraz de Souza Aragão

RECIFE-PE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA NA BIBLIOTECA CENTAL DA UNICAP – PE

C331p Carvalho, Miguéias Pascoal Lima de.
O pobre como lugar teológico a partir de Jon Sobrino
/ Miguéias Pascoal Lima de Carvalho, 2021.
161 f.

Orientador: Gilbraz de Souza Aragão.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de
Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Teologia.
Mestrado em Teologia, 2021.

1. Pobreza - Aspectos religiosos - Cristianismo.
2. Teologia da libertação. 3. Jesus Cristo. 4. Igreja.
5. Sobrino, Jon 1938-. I. Título.

CDU – 25

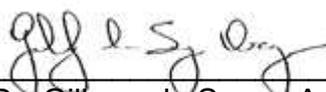
Pollyanna Alves - CRB4/1002

O POBRE COMO LUGAR TEOLÓGICO A PARTIR DE JON SOBRINO

Dissertação de Mestrado em Teologia apresentada à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) para obtenção do título de Mestre em teologia.

Aprovada em 28 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gilbraz de Souza Aragão
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Orientador



Profa. Dra Rita Maria Gomes
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)
Leitora interna



Profa. Dra. Francilaide de Queiroz Ronsi
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Leitora externa

A todos os empobrecidos deste mundo.

AGRADECIMENTOS

Minha imensa gratidão:

A Deus pela sua misericórdia revelada aos pobres.

Ao mundo dos pobres, pois tem me revelado a imagem do Deus quem tem um lado.

Ao teólogo Jon Sobrino, por toda sua dedicação a teologia, partindo dos pobres.

Aos meus pais e meus irmãos, por todo incentivo e apoio, em especial, minha irmã Maria Lima que sempre está perto, aconselhando e sendo presença confortadora.

À Diocese de Santa Luzia de Mossoró, na pessoa do nosso Bispo Dom Mariano, por todo apoio e confiança.

À Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), pela acolhida e paciência comigo.

Aos professores da UNICAP, os quais tive a alegria de conhece-los e ser aluno, bem como a todos os professores que, ao longo da minha vida, tive o privilégio de ser moldado por eles.

Ao Professor Gilbraz Aragão pela orientação deste trabalho. Homem de paciência, justo e compreensivo.

À Congregação das Servas Franciscanas da Divina Providência, em Recife, em especial, a irmã Jucilene de Souza e a irmã Anatilde Costa, que foram fundamentais no meu processo de formação neste mestrado.

Aos colegas de turma, pela paciência, na caminhada juntos, em especial, Antoniel Alves e Nivaneide Abreu, que sempre estiveram à disposição para escutar e partilhar.

Aos amigos da caminhada, Railton Júnior, Danilo Cavalcante, Carlos Ítalo, Mônica Nogueira, Tia Zeca, Luciana Santos e tantos outros que me apoiam.

Do mesmo modo, pelo incentivo de pessoas como Júnior Paiva e Ceição Nobre, que enriqueceram minha pesquisa com apoio e contribuições diretas e indiretas.

Enfim, minha gratidão a todos que por mim passaram e me fizeram melhor na busca pelo conhecimento de uma teologia mais próxima de Deus e dos pobres.

Por tudo, dai graças!

Parecer-se com Jesus é reproduzir a estrutura da sua vida. Segundo os evangelhos, isto significa *encarnar-se* e chegar a ser carne real na história real. Significa *levar a cabo uma missão*, anunciar a boa notícia do Reino de Deus, iniciá-lo com sinais de todo tipo e denunciar a espantosa realidade do antirreino. Significa *carregar o pecado do mundo*, sem ficar somente olhando-o de fora – pecado, certamente, que continua mostrando sua maior força no fato de causar morte de milhões de seres humanos. Significa, finalmente, *ressuscitar*, tendo e dando aos outros vida, esperança e alegria.

Jon Sobrino

RESUMO

A Igreja é discípula e missionária de Jesus de Nazaré, que precisa estar cada vez mais identificada, inserida verdadeiramente no projeto libertador de Deus e de Jesus. Por isso, o pobre como lugar teológico a partir de Jon Sobrino é o objeto de estudo desta pesquisa. O objetivo da pesquisa é apresentar uma reflexão teológica em vista de uma eclesiologia referenciada na pessoa de Jesus de Nazaré, portanto, em estreita relação com a cristologia, na qual a Igreja é pobre e revela ao mundo a esperança de libertação dos empobrecidos. No entanto, nem sempre é possível perceber claramente sua ligação com a pessoa e a *práxis* de Jesus. Partindo desse pressuposto, na presente pesquisa, busca-se compreender o processo pelo qual os pobres se constituem como lugar revelador de Deus. Busca-se também compreender o ponto de partida para a constituição de uma Igreja configurada à pessoa e à *práxis* de Jesus de Nazaré, portanto, uma Igreja pobre e em favor dos pobres. A partir da teologia de Jon Sobrino, percebe-se que toda teologia deve partir do Jesus histórico dos evangelhos, pois ali se encontra sua ação reveladora de Deus. O mundo dos pobres é constitutivo da Igreja porque assim é para Deus e foi para o Jesus histórico. A tradição bíblica, por sua vez, apresenta claramente essa verdade afirmada ao longo da pesquisa, uma vez que, do Antigo Testamento até a realidade de Jesus, o que se vê é um Deus em favor dos pobres e um Jesus totalmente identificado com eles. Assim, a base referencial da pesquisa são as obras de Jon Sobrino. Jesus será sempre o paradigma para o ser da Igreja, assim como a sua *práxis* será sempre o modelo para o agir da Igreja. A sua parcialidade deve ser, conseqüentemente, a parcialidade da Igreja. Logo, se a missão de Jesus consiste em anunciar o Reino de Deus e esse anúncio destina-se preferencialmente aos pobres, uma vez que são os destinatários do Reino, a missão da Igreja não é outra que perpetuar a missão de Jesus; sendo assim, a Igreja de Jesus deverá ser sinal de salvação encontrando sempre sua partida em Jesus e no mundo dos pobres. Nisso, fundamenta-se a insistência do Papa Francisco em reafirmar que o lugar da Igreja é no meio dos pobres, bem como em afirmar que a referência magna para a eclesiologia será sempre Jesus e sua *práxis* libertadora.

Palavras-chave: Igreja. Libertação. Empobrecidos. Jesus de Nazaré. Eclesiologia.

ABSTRACT

The Church is disciple and missionary of Jesus of Nazareth, and needs to be identified more and more, truly entered on the liberator project of God and Jesus. For this reason, the poor as a theological place according to Jon Sobrino is the study object of this research. The objective of the research is to present a reflexive theological in view of a referenced ecclesiology in the person of Jesus of Nazareth, therefore, in a close relation with the Christology, whereby the Church is poor and reveals to the world hope and freedom of the impoverished. However, is not always possible to see clearly its connection with the person and the *praxis* of Jesus. Using this assumption, this work seeks to comprehend the process by which the poor became a revealing place of God. It also seeks to comprehend the starting point to the constitution of a Church configured to the person and to the *praxis* of Jesus of Nazareth thus a poor Church and in favor of the poor. As of Jon Sabino's theology, it has shown that every theology should come from historical Jesus of the Gospels, because there is where you can find the revealing action of God. The world of the poor is constitutive of the Church because it is so for God and was so for Jesus of Nazareth. The biblical tradition, in turn, clearly shows this truth asserted throughout the research, since the Old Testament to the reality of Jesus, what we see is a God in favor of the poor and a Jesus totally identified with them. Concluding, the referential base of the research has its base, mainly, on the works of Jon Sabino. Jesus will always be the paradigm to the being of the Church, as His *praxis* will always be the template to the act of the Church. His partiality should consequently be the partiality of the Church. Therefore, if Jesus' mission consists in announcing the Kingdom of God and this announcement is destined specially to the poor, since they are addressees to the Kingdom, the mission of the Church is none other than perpetuate the mission of Jesus; This way, the Church of Jesus must be a sign of salvation always finding its starting point in Jesus and in the world of the poor. Thereupon, the insistence of Pope Francis in reaffirming that the place of the Church is in the midst of the poor, as well as in affirming that the main reference for ecclesiology will always be Jesus and his liberating praxis, is justified.

Key Words: Church. Freedom. Impoverished. Jesus of Nazareth. Ecclesiology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O LUGAR DO POBRE NA BÍBLIA E NA MISSÃO DE JESUS	15
1.1 OS POBRES NA BÍBLIA	17
1.1.1 Os Eventos do Êxodo e do Exílio como Manifestação do Deus Libertador	21
1.1.2 Os Profetas e os Pobres	24
1.2 A ESPERANÇA DO MESSIAS DOS POBRES	31
1.2.1 Missão de Jesus e os Pobres	31
1.2.2 Situação dos Pobres na Época de Jesus	34
1.2.3 A Nova Lógica do Reino de Deus	36
1.2.4 A Boa Nova aos Pobres	38
1.2.5 Os Pobres como Primeiros Ouvintes	40
2 O POBRE COMO LUGAR TEOLÓGICO	44
2.1 DEUS SE REVELA AOS POBRES EM JESUS DE NAZARÉ	44
2.1.1 Revelação	44
2.1.2 Lugar Teológico	49
2.1.3 O Mundo dos Pobres	52
2.2 O LUGAR TEOLÓGICO E O ENFRENTAMENTO SOCIAL E RELIGIOSO	57
2.2.1 Jesus Quebra os Esquemas de Seu Tempo	57
2.2.2 Rejeição a Jesus de Nazaré e ao Reino de Deus	61
2.2.3 Reino de Deus e os Pobres	63
2.3 A PARCIALIDADE DE DEUS PELOS POBRES	69
2.3.1 Os últimos das Galileias	73
2.3.2 A Dignidade de Filhos aos Pobres, a partir de Jesus de Nazaré	76
2.4 A MISERICÓRDIA COMO PRINCÍPIO	81
2.4.1 Igreja Samaritana e Misericordiosa: Teologia Descentralizada	84

3 OS POBRES COMO CHAVE ECLESIOLÓGICA.....	88
3.1 POBREZA E IGREJA.....	88
3.1.1 Servo de Javé e os Empobrecidos na História.....	88
3.1.2 Os Crucificados da História: Povos Crucificados com Cristo	94
3.1.3 A cruz de Cristo na Cruz dos Empobrecidos.....	98
3.2 A TEOLOGIA DA IGREJA DOS POBRES	102
3.2.1 Martírio e Eclesiologia	103
3.2.2 Igreja dos Pobres como Verdadeira Igreja	106
3.2.3 A Santidade da Igreja Está na Igreja dos Pobres.....	110
3.2.4 A Solidariedade e o Mundo dos Pobres	112
3.2.5 Ressurreição de Cristo e sua Historicização nos Pobres.....	115
3.3 A PASTORAL DA IGREJA DOS POBRES	122
3.3.1 O Concílio Vaticano II e a Renovação da Igreja pelos Pobres.....	124
3.3.2 As Assembleias Episcopais Latino-americanas e a Emergência dos Pobres	129
3.3.3 Contribuições do Magistério do Papa Francisco	142
3.3.4 Igreja em Saída	146
3.3.5 Cultura do Encontro	148
3.3.6 Igreja nas Periferias	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	157

INTRODUÇÃO

A Igreja depara-se cada vez mais com a necessidade de se colocar diante da proposta do Evangelho para se parecer com Jesus de Nazaré. O mundo, marcado por tantas misérias e injustiças, constrange a Igreja a tomar posição por Jesus e, conseqüentemente, pelos pobres. A América Latina, mas, também, todo o mundo, é marcada pelo pecado da injustiça. Este pecado gera fome, guerra, violência, miséria, enfim, milhares de empobrecidos, privados de sua dignidade. Uma verdadeira Igreja precisa estar encarnada no seu contexto social, religioso, político e cultural para ser sinal de esperança e salvação para tantos que parecem ser privados deste dom de Deus.

A Igreja é para os pobres, e deve estar no mundo como modelo eclesiológico configurada com a pessoa de Jesus. O estudo que se propõe aqui é amplo, busca pensar o jeito de ser e de viver da própria Igreja, pautando-se na pessoa do Cristo. O pobre como lugar teológico é constitutivo e é a consequência mais lógica possível de uma Igreja que se autocompreende, entre e além das vicissitudes da história, como a Igreja de Jesus.

O pobre como lugar teológico é a compreensão mais sensata e lógica de quem se aproxima de Jesus, e de quem faz a experiência de Deus na história. O teólogo Jon Sobrino, no qual se fundamenta esta pesquisa, partindo da pesquisa histórica sobre o Jesus apresentado nos evangelhos, não vê outra possibilidade de conhecer melhor Jesus e sua práxis. Jon Sobrino é um teólogo que concentrou seus estudos na cristologia, porém na perspectiva desta pesquisa só é possível uma verdadeira eclesiologia se ela se fundamenta e se relaciona estreitamente com a cristologia. O pensamento desse teólogo latino-americano é, para a realidade de hoje, sinal de que é possível voltar às fontes, é possível uma Igreja que coloca no centro de sua reflexão e de sua práxis a vida de Jesus e a dos pobres.

Obviamente, a eclesiologia pensada e refletida, nessa pesquisa, parte, também, da realidade histórica. São os pobres com nome e lugar aos quais serão sempre referidos. É o contexto latino-americano que Jon Sobrino estuda e aplica sua reflexão. Nesse sentido, entende-se que não pode existir uma Igreja que não seja situada. Porém, isso não rompe com a sua universalidade, pois, para realizar plenamente a salvação dos povos, é preciso salvar aqueles que estão à margem, e isso só é possível se a Igreja se encarna na história e na vida destas pessoas.

Por isso, o objetivo principal dessa pesquisa é compreender que o pobre é lugar de revelação de Deus, lugar de teologia, de salvação, de encontro com Jesus e com a prática eclesial. O pobre como lugar teológico consiste em entender que Deus está no meio deles e se faz um pobre em Jesus Cristo. Perguntar sobre o ponto de partida para a constituição de uma Igreja configurada à pessoa e à práxis de Jesus, portanto, para uma Igreja pobre e em favor dos pobres, é fundamental. Uma eclesiologia que parte de Jesus de Nazaré exige uma Igreja pobre para os pobres e sempre quer provocar, sem mais, uma reflexão na Igreja sobre si mesma, sobre o seu modo de ser e de se compreender como está sendo manifestada e experimentada na vivência de fé da comunidade cristã.

Em vista disso, a pesquisa encontra-se estruturada em três momentos muito específicos: O olhar bíblico para a realidade dos pobres; o pobre como lugar teológico e a Igreja que se faz pobre e vive como e com os pobres.

No primeiro capítulo, o lugar do pobre na Bíblia e na missão de Jesus, o objetivo é perceber como a teologia apresentada por Jon Sobrino está fundamentada na sua compreensão dos textos bíblicos. Voltar aos textos bíblicos ajuda a afirmar que Deus optou pelos pobres de forma radical. As imagens do órfão, da viúva e do estrangeiro expressam como Deus, desde sempre, na história do seu povo, desejou que nenhum dos seus filhos e filhas fossem tratados como indigentes, sem dignidade.

A imagem do êxodo, como processo de libertação do seu povo, como marco da história do povo de Israel, confirma um Deus que se inclina e escuta o clamor do povo sofrido, escravizado. O processo de libertação configura na manifestação de um Deus que é próximo, e que livra seu povo. Essa imagem, como paradigma de toda tradição israelita, é a imagem da esperança histórica de salvação. Significativamente, a realidade do exílio, também, se apresenta como manifestação do Deus Libertador, porque Deus não permite que o povo permaneça fora da aliança. O retorno à terra prometida é a certeza de que Deus cumpre a aliança e é certeza de que Deus está do lado dos pequenos. A mensagem dos profetas confirma o desejo de Deus pelos pobres. Amós, Miquéias, Isaías, Sofonias e toda literatura profética expressam o cuidado amoroso de Deus. Os profetas recordam a necessidade da justiça, do direito, da promoção da vida digna para todos os povos e denuncia aqueles que oprimem, recordando que Deus fará justiça.

Já no primeiro capítulo é apresentada a esperança do Messias para a vida dos pobres. Na ocasião, se expõe a missão de Jesus e sua estreita relação com os pobres do seu lugar, bem como, a sua indignação com a realidade de empobrecidos. Por isso, é importante olhar a situação do tempo de Jesus, com foco no como Ele se relacionou com o mundo dos pobres. Diante da relação de Jesus com eles, entende-se o Reino que é anunciado, que é direcionado, proclamado diretamente para os pobres, é Boa Nova para eles. São eles os que primeiro ouvem e sentem em si mesmos, a esperança de vida nova e de libertação.

Assim, o primeiro capítulo traz uma breve viagem ao mundo dos pobres desde o Primeiro Testamento até a chegada de Jesus que é o Messias, o libertador dos pobres, no Segundo Testamento. É importante identificar os pressupostos bíblicos que denotam a parcialidade de Deus e de Jesus pelos pobres, para que se possa dizer o que pensa a teologia com viés latino-americano acerca do pobre como lugar teológico, o que corrobora mais ainda a perspectiva eclesial.

O segundo capítulo, visa a identificar o pobre como lugar teológico, como ponto de partida para uma eclesiologia pobre e para os pobres. Traz, dessa forma, a reflexão, a partir de uma hermenêutica de viés latino-americano, do pobre como revelação de Deus, portanto, como lugar teológico. Sendo lugar teológico, conseqüentemente, é lugar da fala de Deus e a fala de Deus é normativa tanto para a vida da Igreja, quanto para a sua autocompreensão. Falar do pobre como lugar teológico implica acolhê-lo e compreendê-lo como lugar próprio da revelação de Deus. Por isso, é importante que se compreenda que os pobres estão na realidade de autorrevelação de Deus. O lugar onde mais Deus se revela, segundo Jon Sobrino, é no mundo dos pobres.

Aproximar-se da práxis de Jesus requer da Igreja não usar o pobre como discurso para evangelização, mas assumir como lugar próprio da teologia. É preciso inserir-se, ser como eles, para com eles transformar as realidades injustas e fabricadoras de tantos empobrecidos. Certamente, quando apenas se fala dos pobres, e não se faz pobre, corre-se o risco de ter os pobres apenas como objeto da reflexão da Igreja. No entanto, conforme a parcialidade de Jesus, os pobres não são objetos, mas sujeitos ativos, construtores do Reino de Deus. Nesse contexto, o pobre como lugar teológico é também lugar de resistência e enfrentamento social. O próprio Jesus quebra os esquemas de seu tempo ao se colocar no meio deles, por isso, é rejeitado juntamente com o seu Reino.

Nesse segundo capítulo, a parcialidade de Jesus pelos pobres deve dizer algo à Igreja. Talvez, mais que isso, deveria constituir um paradigma para uma Igreja decididamente conformada a Jesus. Pois, é preciso dar ouvidos aos últimos das Galileias que se fazem presente no mundo de hoje, na América Latina. A parcialidade de Deus, de Jesus e da Igreja deve dar aos pobres a dignidade de filhos. Nesse sentido, somente partindo da misericórdia é possível compreender tal realidade, a qual Jon Sobrino coloca como princípio da ação de Deus que, também, deve ser o princípio da Igreja no mundo de hoje.

No terceiro capítulo, busca-se perceber como o mundo dos pobres contribui para a formação da Igreja, como se apresentam desafios da opção pelos pobres e, também, como abrem perspectivas pastorais para a realidade de hoje. A pobreza e a Igreja estão entrelaçadas historicamente, principalmente, nos povos crucificados. Nessa realidade, a Igreja faz presente como luz e esperança. Por isso, mais que nunca, a teologia precisa ser feita com os pobres para ser uma teologia dos pobres.

A realidade do martírio, na vida de Jesus e da Igreja Primitiva, está presente na realidade latino-americana com tantas vidas doadas pelo Reino, em favor dos pobres, revelando, dessa forma, que quanto mais inserida no mundo dos pobres estiver, mais verdadeira será a Igreja. Por isso, como comunidade eclesial, é preciso que esse estilo de vida, a partir de Jesus pobre, gere uma verdadeira solidariedade entre os pobres, capaz de contagiar todas as pessoas para a superação dos empobrecidos. Outra bonita perspectiva da Igreja e da pobreza se dá à luz da ressurreição, pois a experiência do ressuscitado marca a vida dos pobres, sinal visível da realização plena da esperança dos pobres; confirma-se que Deus está com Jesus na cruz e manifesta a sua opção pelos sofridos, marginalizados.

Toda a relação da Igreja com o mundo dos pobres instiga o pensamento e o agir pastoral pelo seguimento dessa teologia. Neste sentido, encontra-se respaldo no Vaticano II, por evidenciar a grande renovação da Igreja pelos pobres, abrindo caminhos para que esta, no mundo todo, possa dedicar a ação a favor da luta pela promoção da vida digna para todos. Após o Concílio, que orienta toda a caminhada eclesial, as Assembleias Episcopais Latino-Americanas são uma resposta pastoral e teológica para o rosto da Igreja. As assembleias acolhem a proposta do Concílio e são ainda mais incisivas na opção pelos pobres, como se vê em Medellín, tomando a acolhida dos pobres como centro de toda pastoral.

A contribuição do magistério do Papa Francisco para a Igreja atual, abre outra perspectiva para a continuação dessa renovada opção pelos pobres. Como Papa não fala mais a um povo local, mas se dirige a todo povo a fim de que assuma um compromisso real e em sua realidade, traduzindo tudo isso no peregrinar da Igreja, num movimento de saída, aberta à cultura do encontro, uma Igreja nas periferias, que seja pobre, misericordiosa. Nas palavras do Papa Francisco, uma Igreja em saída.

De fato, o Papa Francisco oferece elementos para pensar, a partir do século XXI, contexto, tempo e lugar, uma Igreja pobre e para os pobres. Portanto, uma eclesiologia a partir da práxis de Jesus. O seu magistério, especialmente a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* figura como um horizonte seguro para a eclesiologia afim com a práxis de Jesus. Ademais, recorrer a sua eclesiologia, situa essa pesquisa no momento histórico e eclesial em que se vive atualmente, um tempo de profundas mudanças e transformações em todas as instâncias da vida.

Um estudo que, como se nota, não há de se deter em torno da questão do “dever ser”, mas do “como ser”, “como fazer-se” Igreja pobre e a serviço deles, tendo como critério a pessoa de Jesus e a sua práxis. Uma eclesiologia a partir de Jesus histórico, no pensamento de Jon Sobrino não é simplesmente uma opção/escolha, é antes de tudo condição essencial para que a Igreja seja o reflexo da práxis de Jesus em favor dos pobres, excluídos e necessitados.

Em última análise, é pertinente afirmar que a Igreja deve estar sempre centrada em Jesus de Nazaré, nas suas escolhas, opções e vontades. Por isso, precisa ser uma Igreja misericordiosa, samaritana, santa, pobre, livre, aberta, acolhedora, serviçal que vai ao encontro do outro. Não obstante, essa opção é inequivocamente evangélica e, nesse sentido, o Evangelho é claro, pois Jesus, em toda sua vida, optou pelos pobres. Portanto, se a Igreja é a Igreja de Jesus, discípula missionária dEle, deve ser Igreja pobre para os pobres. Assim sendo, qualquer reflexão eclesiológica que prescindia dessa intuição, corre o risco de trair o Evangelho.

1 O LUGAR DO POBRE NA BÍBLIA E NA MISSÃO DE JESUS

Em qual lugar estão os pobres na Bíblia? E na missão de Jesus? Pensar estas perguntas com a perspectiva da centralidade dos pobres na vida eclesial e teológica, ajuda na compreensão daquilo que está proposto para esta pesquisa: o pobre como lugar teológico. Essa orientação teológica está fundamentada no pensamento do teólogo Jon Sobrino. Embora, neste primeiro capítulo, esteja em segundo plano, pois o foco dele é o pensamento bíblico que ilumina a reflexão de Jon Sobrino e também a do autor da pesquisa.

Convém destacar, neste início, como pensa Jon Sobrino, considerando que toda sua teologia parte da perspectiva do Jesus histórico, e que a vida de Jesus de Nazaré, bem como toda sua pregação na Galileia e sua vida entre os pobres, é a origem e o fundamento do seu pensamento (SOBRINO, 1993, p. 27). Ao partir da realidade histórica de Jesus, Sobrino vai compreender e desenvolver uma teologia/cristologia da Igreja dos pobres, por defender que “toda cristologia, só será possível se parte da realidade dos mundos pobres” (1994, p. 49). A partir daqui, falar-se-á que Deus é parcial (SOBRINO, 2000, p. 363), que opta pelos pobres como realização plena do seu Reino.

Na verdade, não é intenção da presente pesquisa a cristologia, em si, do referido autor, mas pensar como se desenvolve uma eclesiologia que dê voz e o devido lugar aos pobres. Os pobres, para Jon Sobrino, são reais, não são conceitos abstratos, românticos, ou “espiritualizados”¹, são sim, pessoas, seres de relações que foram empobrecidas pelo sistema opressor dominante dos poderosos.

A América Latina será este lugar no qual Jon Sobrino (2020, p. 9) perceberá de forma clara o mundo dos empobrecidos, pois é chegando a El Salvador que ele sente a vida dos pobres. É importante que se compreenda o lugar de fala do autor que sai da realidade da Europa, da teologia toda europeia, e ao chegar na América Latina se depara com um mundo totalmente diferente. Por isso, em 1974, quando retorna para El Salvador, ele afirma “o mundo dos pobres, quer dizer, o mundo real, não existia” (2020, p. 9).

¹ Coloco esse termo entre aspas, pois é muito comum uma divinização da pobreza porque Jesus foi pobre e declarou felizes pobres. Há uma tendência a olhar a pobreza somente na dimensão espiritual. Esse tema será abordado posteriormente, mas é importante advertir o leitor que todas as vezes que o termo pobre for mencionado, seja compreendido como aquele que é desprovido de justiça, bens essenciais, dignidade e direitos.

Frente à proposta de uma reflexão que tem o pobre como lugar teológico, pode-se perguntar: de que pobre estamos falando? É na dimensão espiritual? É num plano cultural? É no plano social? É importante que não se separe os pobres por dimensões ou grupos de pobres, porque todos eles foram e são empobrecidos por estruturas de pecado e de morte.

É a pessoa pobre em sua totalidade, porém situada em um contexto, que deve ser compreendida como aqueles a quem Deus tem como prediletos. É preciso, pois, entender que todas as formas de pobreza são reais, e que todas elas são geradas, podendo assim, ser dito que os pobres são, na verdade, empobrecidos. Sempre que Jon Sobrino se refere ao mundo dos pobres, está dando àquele mundo a condição da realidade crível, concreta e necessitada de atenção, pois nele está realmente a vida. Assim, os pobres são: os empobrecidos, os injustiçados, os oprimidos, as grandes maiorias pobres ou feitas pobres pelos homens ricos e poderosos.

Por isso, é muito bem determinado o mundo dos pobres como o lugar da teologia de Jon Sobrino. Para ele, a América Latina apresenta outra imagem de Deus e essa melhor forma de compreender Deus é processual e até mesmo dolorosa. Jon Sobrino também fez um processo de despertar do sono dogmático, como ele diz, para conhecer esse Deus dos pobres. Para Jon Sobrino, que vai conhecendo nos pobres a imagem do verdadeiro Deus, a transcendência de Deus se mistura com a vida de Jesus. A concepção de Deus que Jesus possui abrange, portanto, sua transcendência – *mistério santo e incontrolável* (SOBRINO, 1981, p. 29). Sobrino entende que o próprio Jesus vai amadurecendo sua experiência com Deus.

Foi isso que experimentei quando voltei a El Salvador em 1974. E começamos, espero, a despertar do sonho da humanidade. Ali, para surpresa minha descobri que alguns companheiros jesuítas já falavam de pobres, de injustiça e de libertação. Encontrei jesuítas, sacerdotes e religiosos, leigos, camponeses e estudantes, inclusive alguns bispos, agindo em favor dos pobres e se metendo em sérios conflitos por causa disso. Eu era recém-chegado e estava surpreso, e não sabia com o que podia contribuir. Mas desde o princípio ficou bem claro para mim que a verdade, o amor, a fé, o evangelho de Jesus, Deus, o melhor que os crentes e os seres humanos temos, passava por aí, pelos pobres e pela justiça. Para dizê-los em palavras concretas: não se trata de Rahner ou Moltmann, a quem estudei a fundo, já não terem nada a dizer, mas compreendi que era uma insensatez ter como ideal rahnerizar ou moltmanizar os salvadorenhos. Se eu pudesse ajudar em algo com meus estudos, a tarefa teria que ser inversa: salvadorenhizar Rahner e Moltmann, se fosse possível (SOBRINO, 2020, p. 12-13).

Feita essa referência, é preciso pedir licença a Jon Sobrino para, neste primeiro capítulo, ausentar-se um pouco do seu pensamento, sem esquecê-lo, mas fazer um caminho que fundamenta sua teologia, pois terá a centralidade no Jesus histórico, partindo dos textos bíblicos. Com isso, pretende-se ter um olhar geral sobre os pobres na Bíblia.

Será observado, aqui, o pobre a partir do Primeiro Testamento, sendo que os eventos do êxodo e do exílio são a base para compreender que Deus se coloca ao lado dos pobres. Experiência também assumida pelas figuras proféticas que, cheias de coragem, denunciam as injustiças e relembram a aliança de Deus com os pobres. Ao olhar o Segundo Testamento, prioritariamente para a pessoa de Jesus e sua opção pelos pobres, abre-se o caminho para compreender, também, a razão da escolha do teólogo Jon Sobrino que afirma a opção de Deus pelos pobres. Para tanto, faz-se necessário a explicitação da caminhada dos pobres na Bíblia, antes de explorar o pensamento do autor.

1.1 OS POBRES NA BÍBLIA

Ouve-se muito falar dos humildes, dos pequenos, dos frágeis, por vezes, dos marginalizados, dos empobrecidos e tantos outros adjetivos quando se pretende chamar alguém de pobre. Bem, todos esses são pobres mesmos, merecem o cuidado devido que é o amor, a dignidade, a justiça e o direito. Como se verá agora nos textos bíblicos, eles estão presentes nas figuras do órfão, da viúva e do estrangeiro. Já nos Evangelhos, pode-se vê-los nos leprosos, nos cegos, nos coxos e numa diversidade de pessoas que fazem parte do grupo daqueles que são empobrecidos, desprovidos de dignidade.

Seguindo essa perspectiva de leitura, percebe-se claramente que a história de Israel é a história dos pobres. Sem dúvidas, a vida de Jesus de Nazaré e a das comunidades cristãs também foram e são pobres e dedicadas aos mesmos. Conseqüentemente, a vida da Igreja deve assumir o mesmo posicionamento e convicção da vida de Jesus e dos seus seguidores. É perceptível ver como Deus, ao revelar-se, quis estar ao lado dos mais fracos, dos indefesos.

Sem dúvidas, existem muitas interpretações que se formalizaram sobre o pobre. Segundo o dicionário de teologia “*‘ebyôn* quer dizer pobre no sentido material do termo” (COPPES, 1998, p. 4), ou seja, os que não têm condições materiais de sobrevivência. Este substantivo, aqui usado no sentido social, deve indicar como pobres aqueles que necessitam de proteção e cuidados como deveres daqueles que têm mais condições sociais. “Na legislação mosaica, Deus provê proteção para os necessitados dentre o povo, ordenando que sejam tratados com justiça e que o pagamento de empréstimos lhes seja perdoado no ano da remissão (Dt 15.1-4)” (COPPES, 1998, p. 4).

O Primeiro Testamento² sempre traz a perspectiva do pobre na dimensão social (COPPES, 1998, p. 4), como se pode ver em Ex 23,11; Dt 15,7.9,11; Et 9,22; Jó 31,19. Alguém que passa a viver tempos difíceis, pessoas que necessitam de proteção vivem em condição de pobreza, por isso, “enquanto o português depende do latim, com a deformação de base de ‘pobre-poupe’, aquele que produz pouco, o grego bíblico usa o termo *ptochós*, que se pode traduzir por ‘mendigo’” (FABRIS, 1991, p. 12).

O Segundo Testamento trará uma diversidade na linguagem, mesmo que o mais corrente seja *ptochós*. (FABRIS, 1991. p. 12). Nesse sentido, a compreensão de humilde, já mencionada nas bem-aventuranças de Mt 5, 1-12, também, resgata a compreensão de pobre. É fato que a Bíblia Grega preferiu usar o termo *ptochós*, para referir-se ao pobre e, com isso, perdeu a riqueza presente na língua hebraica para falar do pobre. Segundo Fabris,

a bíblia grega privilegiou o termo *ptochós*, perdendo a variedade da linguagem hebraica, que vai de mendigo a oprimido e pisado. Dois outros vocábulos terão uma história muito interessante na linguagem cristã: *anî* e *anaw*. Eles vêm da mesma raiz semítica, e algumas vezes são confundidos pelos copistas, que escrevem um pelo outro. A raiz comum é *anah*, “responder”, a qual indica uma atitude diante do senhor, poderoso e grande, daquele que não ousa fazer perguntas, mas só responde. Ele é o *anî*: aquele que está curvo, submetido socialmente, que implica também uma condição econômica e cultural. É portando, a condição do dependente e oprimido. Melhor sorte terá um termo aparentado com *anî*, *anaw*, no plural

² É importante ressaltar que no Primeiro Testamento não há um único termo em hebraico que defina os pobres, na verdade os diversos termos, nenhum pode ser traduzido exatamente por pobre. Por exemplo: *anî* é literalmente “afrito”. A aflição consiste em ser membro de uma classe mais baixa, que está sujeita a aflição e sem defesa. Já a forma aramaizada correspondente, *naw* é sinônima, mas já é usada para falar do pobre no sentido mais religioso. Já a expressão *‘ebyon* significa pobre e necessitado. Por isso, existe uma grande imprecisão no termo. O que é importante compreender aqui, é que todos eles levam a uma realidade de indefesos, humilhados, necessitados (MCKENZIE, 1983.).

'anawîn. Passa-se de uma condição social e econômica, como, por exemplo, a dos oprimidos submetidos aos trabalhos forçados e maltratados no Egito, para o forasteiro, o órfão e a viúva, os miseráveis do país de Canaã (FABRIS, 1991, p. 13).

O termo *anawîn* é muito importante nessa reflexão porque ajuda a compreender o pobre como alguém que não tem espaço na sociedade. Ele apenas responde, é alguém que não tem direito a questionar porque está submisso, sendo oprimido. Todas as pessoas em sua dignidade humana não podem ser privadas de perguntar. Isso o faz curvo também, totalmente submisso ao seu senhor.

'Anawîn será o termo que passará a ser usado para os órfãos, as viúvas e os estrangeiros, mostrando assim a sua condição de pobres. A compreensão desses três grupos ajuda a esclarecer como a Bíblia se coloca ao lado dos pobres. Dessa forma, as suas condições de vida refletem a rejeição, exclusão e humilhação sofrida pelos mais vulneráveis.

Primeiro, pode-se pensar: quem é o estrangeiro? Não é somente um desconhecido, mas alguém que traz consigo as marcas de outra cultura, povo e terra. Pode-se dizer que é alguém que “migrou de um território para alguma área israelita, mas que levou consigo hábitos culturais e práticas religiosas que o distinguem quando em contato com grupos atrelados à tradição judaica” (FRIZZO, 2009, p. 37-38). O estrangeiro será sempre frágil, sempre um intruso na terra, sem direitos próprios da cultura predominante e senhora do lugar. “Trata-se de alguém desprovido de qualquer sistema jurídico que possa defendê-lo, facilitando, assim, a exploração de seu trabalho e contribuindo para uma situação de extrema pobreza” (FRIZZO, 2009, p. 36).

Já o órfão, talvez seja mais fácil sua definição, por se precisar como sendo aquele que não tem a proteção paterna. As causas é que podem mudar, mediante a realidade, pois o pai pode ter morrido, as crianças também podem ter sido retiradas à força da presença do pai para o trabalho escravo. Nesse sentido, o órfão se torna vulnerável, porque é totalmente submisso ao trabalho ou não tem os cuidados paternos.

Quanto às viúvas, também é outro grupo de pobres, sem proteção, sem auxílio. A mulher era uma propriedade do homem, quando esta não o tem ficava sem qualquer possibilidade de guiar a casa, os negócios. Dessa forma, “trata-se da mulher que passou a viver sem a proteção do marido, após a sua morte, tenha filhos ou não, e se vê diante de um desafio de procurar a proteção familiar sob as

condições patriarcais” (FRIZZO, 2009, p. 42). E ainda mais, perder o marido, o chefe da casa, significa que a mulher fica em uma situação de debilidade, pois ser viúva “impunha, sobre a mulher, no Antigo Israel, um período de falta de proteção e segurança, quer em seu aspecto físico, quer diante da possibilidade da perda de suas posses patrimoniais” (FRIZZO, 2009, p. 42).

A estrutura social, na qual se encontram os estrangeiros, os órfãos e as viúvas, não dá possibilidades de vida digna. “Não por nada, o estrangeiro vem sempre unido à viúva e ao órfão como paradigmas de pessoas pobres, indefesas e frágeis da sociedade israelita” (DE FIGUEIREDO, 2019, p. 101). O que faz deles tão frágeis? Indefesos? A base israelita está alicerçada na família, por isso, não existe só o indivíduo. Logo, o órfão fica pobre porque não tem mais a proteção familiar, a viúva não tem mais o seu marido que a tem como propriedade e, conseqüentemente, o estrangeiro está fora de seu clã, seus costumes e suas tradições.

Essas três situações de pobreza, muito fortes na Bíblia, expressam também que nem sempre a pobreza é de origem, ela pode ter sido condicionada por situações inesperadas, e até proporcionadas. Aqui, percebe-se que o que falta em grande parte das situações é a aplicação da justiça de Deus. Para tanto, pode-se afirmar, em síntese geral, que: “a viúva e o órfão necessitam de proteção porque falta-lhes o amparo do marido e do pai, assim como ao estrangeiro falta a proteção de seu clã por ele encontrar-se fora de seu território” (DE FIGUEIREDO, 2019, p. 101).

Para Fabris, “quando o órfão, a viúva e o estrangeiro não são defendidos, a aliança foi posta de lado e dispara o mecanismo antiêxodo: o exílio. É o fim da condição para a qual o povo foi conduzido pela ação libertadora de Deus” (1991, p. 81). Deixar a aliança de lado é esquecer-se de Deus e, no entanto, Ele não quer que nenhum dos seus seja esquecido.

Na Bíblia, os pobres devem lembrar ao povo que Deus os ama e que a falta de proteção gera em Deus um agir protetivo sobre eles. Este é um tema que perpassa toda a Bíblia, porque a história do povo está envolvida em situações de pobreza. Essa realidade é visível em Israel, uma vez que é um povo que vive momentos complicados de escravidão, de exílio e a própria condição pobre dos seus.

Sem querer fazer nenhum percurso histórico, muito menos uma análise social do povo de Deus, considerar momentos importantes nos quais se constata a ação de Deus em favor dos pobres, é pertinente. Dizer, pois, que o pobre é centro da teologia é dizer que Deus os coloca no centro e que a opção pelos pobres não vem de uma ideia, mas perpassa toda Bíblia porque está no coração de Deus. É interessante como a dimensão desta realidade toma força no coração de Deus porque o povo foi injustiçado e na história também será assim. É só pensar a América Latina quando faz a sua teologia falando da opção pelos pobres, visto que os povos cristãos sentiram que era preciso estar ao lado e sendo com os pobres.

No texto bíblico, os pobres ajudam a compreender que antes de qualquer ideologização da vida dos pobres, a opção por eles é fundamentalmente uma atitude teológica. Por isso, Vigil afirma:

Mais além e mais ao fundo de todos estes argumentos há outro, que seria quiçá o mais teológico ou o mais teologal: o próprio Deus. A leitura popular da Bíblia está evidenciando à sociedade que como tempo "temos velado mais do que revelado" a originalidade do Deus que nos é revelado na Bíblia. O Deus bíblico original não faz opção pelos pobres: "é" ele mesmo opção pelos pobres, e aparece e se revela na opção pelos pobres dos pobres que se fazem sujeitos históricos (1994, p. 203).

Sendo uma opção feita, a partir da teologia de um Deus que se compadece e acolhe os pobres, torna-se óbvio acolher, hoje, na história, o pobre como lugar de Deus; não é difícil isto, quando a Bíblia ilumina historicamente essa afirmação. Deus quis se revelar neles, e isso não é condicionado pelos homens, mas é do próprio Deus, uma vez que ao homem, cabe acolher e, fazendo uma experiência de Deus, conseqüentemente, acolher nos pobres a presença d'Ele, e ver acontecer na história seu projeto salvífico.

1.1.1 Os Eventos do Êxodo e do Exílio como Manifestação do Deus Libertador

É notório que a Bíblia apresenta Deus como libertador, conforme aparece claramente em Ex 3,7-8, que Deus vê a miséria de seu povo e quer libertá-lo. Que Deus pode fazer isso? Somente um Deus cheio de compaixão pelo povo e que não suporta a pobreza, o sofrimento, o mal na vida destes, daí a razão para tirá-los de uma situação de miséria e colocá-los em um lugar confortável, agradável, terra onde corre leite e mel.

A miséria é incômoda para Deus que, frente à realidade de pobreza, age em prol dos seus. Por essa razão, quanto mais se conhece a Bíblia, mais se tem a oportunidade de perceber como Deus age com compaixão e misericórdia. Diante do pecado, por exemplo, Deus é cheio de misericórdia, como se pode ver no profeta Joel quando afirma, “rasgai os vossos corações e não roupas, retornai a lahweh, vosso Deus, porque ele é bondoso e misericordioso, lento para ira e cheio de amor, e se compadece da desgraça” (Jl 3,13).

Deus é, portanto, libertador, afirmativa explícita no êxodo, evento que marca a vida do povo de Israel. Desse modo, seria impossível qualquer olhar social, histórico e teológico de Israel sem que o êxodo tenha sido o fio condutor, a essência da caminhada, dado que a construção narrativa da saída do Egito rumo à terra prometida quer fazer com que o leitor compreenda a ação de Deus que salva, que escuta o clamor e liberta seu povo. É fato que a libertação ficou marcada como centro da fé do povo de Israel (BRIGHT, 2003, p. 156).

Assim, é pertinente destacar que quem conhece a história do povo de Israel, sabe que o êxodo é teologicamente essencial para eles. Talvez, seja o momento onde mais se percebe, depois da figura Cristo, a marca de Deus libertador ao lado dos pobres. Por isso, para Fabris (1991, p. 56), o êxodo é fé, é o núcleo gerador da fé bíblica do povo israelita, como também no plano histórico.

O contexto do êxodo é conhecido por todos, posto que o povo estava numa situação de miséria, de pobreza, de humilhação, de vida oprimida e qualquer outro adjetivo que se possa colocar sobre alguém que sofre. O povo perdeu sua terra, seus direitos, o povo vivia como escravo. O povo, gemendo sob a escravidão imposta, grita a Deus e este grito sobe até Ele (Ex 2,23). Bem, o fato de o povo gritar, não quer dizer que será escutado, a lógica não seria essa, necessariamente, mas, Deus escuta. “E Deus ouviu os seus gemidos; Deus lembrou-se de sua aliança com Abraão, Isaac e Jacó” (Ex 2, 24). Deus tem uma aliança e não quer romper, até porque a condição do povo toca o coração d'Ele e o pobre não fica sem ser ouvido. Deus ouviu, essa expressão deve fazer pensar que diante da mais miserável situação, como se encontrava o povo de Israel, Deus não iria abandoná-lo.

“Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu grito por causa dos seus opressores” (Ex 3,7). As entranhas de Deus se mexem, o impulsionam a agir, ao ponto de descer para então libertá-lo. “Por isso, descí a fim de libertá-los da mão dos egípcios” (Ex 3,8). Quando Deus decide descer, ele

claramente ampara um povo que está na situação de pobreza, mas naturalmente, enfrenta outro, os opressores. Desse modo, fica claro que não existe o pobre sem o opressor. Assim, diante do desprotegido, Deus se posiciona e o salva.

Com a experiência do êxodo, elemento fundador da fé bíblica, está ligada a imagem de Deus como libertador e defensor dos pobres. São os dois aspectos complementares da imagem bíblica de Deus: redentor e protetor dos pobres. Aqueles que Deus fez sair do Egito são os pobres. Na terminologia já conhecida são os *'anawîn* e, nas expressões correspondentes, "oprimidos", "curvados", submetidos aos trabalhos forçados e maltratados, obrigados aos trabalhos públicos ou nos campos (FABRIS, 1991, p. 57).

Esse evento tão marcante se tornou paradigma para todo o texto bíblico, sendo sempre recordado pelos profetas, celebrado pelo povo em sua caminhada, e, em Jesus Cristo, foi atualizado na sua páscoa. Assim, toda história bíblica encontra sentido quando é pensada a partir do êxodo. Se o êxodo é a libertação dos pobres, e isso vai por toda história israelita, os pobres serão, em toda história, lembrados e merecedores do cuidado e da justiça.

Se o êxodo se tornou paradigma do povo de Israel, o exílio não é tão distante dessa realidade, pois marca o povo, a terra de Israel. É bem verdade que quando se olha a história bíblica, compreende-se que além da dimensão política que levou ao exílio, existe a dimensão espiritual: o povo rompeu a aliança com Deus, desviou-se pelo pecado. A distância do povo em relação a Deus levou-o a infidelidade.

O exílio fará com que o povo recorde a aliança de Deus que foi quebrada por eles mesmos, mediante a condição de sofrimento, mais uma vez, desvendará a imagem do Deus de Israel que liberta o seu povo. Os profetas vão, ao longo de suas profecias, denunciar o erro do povo, porém não deixam de profetizar com firmeza que Deus jamais se esquece deles, uma vez que "A mensagem do segundo Isaías era, antes de tudo, uma mensagem de conforto para com seu povo vencido... Toda a profecia é dominada pelo pensamento do Deus que vem salvar o seu povo" (BRIGHT, 2003, p. 425).

O povo confortado é a imagem dos pobres que não são abandonados. Por isso, é impossível não resgatar, no período do exílio, a história do êxodo, considerando que os profetas são incisivos na imagem de Deus que os ampara. Sem ignorar, contudo, que a aflição do povo por ter perdido a terra, o templo, a dignidade, se torna a nova escravidão.

O Segundo Isaias via a aflição do seu povo como uma escravidão renovada do Egito e a peregrinação através do deserto. Assim, ele descrevia a próxima libertação como um novo êxodo (43,16-21; 48,20ss; 52,11ss), e, portanto, como um reatamento numa escala bem maior dos acontecimentos que constituíram a história de Israel. Sendo assim, ele podia considerar tudo isso como o coroamento da atividade criadora e redentora de Iahweh, remontando não somente ao êxodo, mas à própria criação (51,9-11). O que se esperava claramente não era mera reabilitação da antiga ordem, mas uma mudança da história, além da qual estava o triunfo final do domínio de Iahweh (BRIGHT, 2003, p. 426-27).

A trajetória histórica apresenta, por vezes, o homem rompendo essa aliança. Contudo, quando a imagem do pobre é colocada diante de Deus são alcançados pela sua fidelidade, porque é Deus que conduz o povo. O percurso da vida de alguns profetas mostra a possibilidade de se perceber a sensibilidade em relação aos pobres e a dureza de Deus contra os injustos e promotores da pobreza, da miséria, da fome e da escravidão.

A iniciativa de libertar, de salvar é de Deus que vê a pobreza de seu povo, e que essa foi produzida e mantida pelos homens. Os exilados não tinham forças para se livrarem da humilhação, mas a mão de Deus os guiou de volta à terra. É o próprio Deus que leva seu rebanho e o conduz pessoalmente através do deserto até Sião, e lá, volta a governar seu povo (BRIGHT, 2003, p. 427).

O tempo histórico do êxodo, como o do exílio, é marcado pela escravidão, sofrimento, pobreza. Isso permite evocar a mais bela imagem de Deus: um Deus que não esquece seus filhos, que não rompe a aliança.

1.1.2 Os Profetas e os Pobres

A atuação dos profetas, no meio do povo de Israel, é imprescindível para compreender como os pobres são lugar de Deus. Diante da infidelidade do povo, principalmente dos reis e daqueles que tinham mais bens, os profetas se tornam vigias da aliança. Isso não quer dizer que a grande massa do povo estava livre da denúncia dos profetas, eles se dirigiam a todo o povo, embora, eles tivessem clareza de que tudo surgiu em consequência da realeza. Assim, para a literatura profética, o crescimento da riqueza tinha, como consequência, o empobrecimento de muitos (MCKENZIE, 1983, p. 730).

Quando se olha a relação do povo com Deus, percebe-se claramente como é fácil fugir da aliança, posto que a ganância, o poder, a indiferença, o dinheiro, muitas

vezes prevaleciam, fazendo com que a aliança não fosse mais cumprida. É nessa realidade de rupturas que os profetas surgem porque, no tempo dos reis, a injustiça começa a ser visível, os pobres não estão mais sendo cuidados. A visibilidade dos profetas vai se dando quando eles convidam e alertam o povo para voltar a viver a fidelidade à aliança feita com Deus.

A certeza de que o homem vive na liberdade, para o povo de Israel, é o cumprimento da aliança com Deus, já o rompimento da aliança faz com que o povo saia da condição de livres para a de escravos. O fato símbolo disso é o exílio. A leitura da vida do povo, feita pelos profetas, passará sempre por essa relação (FABRIS, 1991, p. 73). A relação com Deus e com o próximo determina a vida livre ou cativa do povo de Israel. O fato é que os profetas estarão sempre atentos a essa realidade. Toda denúncia, como anúncio, é guiada pelo cumprimento fiel da relação a Deus e não esquecimento do próximo.

Isso ajuda a compreender a centralidade dos pobres na vida dos profetas, não por serem os seus preferidos, mas porque Deus é quem chama os profetas e eles falam em nome de Deus. Ao defender o pobre, os profetas realizam a vontade d'Aquele que os chamou. Por isso, Deus não chama aleatoriamente, sente, porém, uma necessidade de libertação e os profetas são a esperança de vida, pois atuam como defensores dos pobres em nome de Deus.

Entre os profetas, destaca-se Amós por ser o grande defensor dos injustiçados. Amós sai de Técuá, uma pequena aldeia de Judá, e vai por ordem de lahweh falar todas as coisas que estão erradas em Israel. Por isso, fica conhecido como o defensor da justiça, o defensor dos pobres que são injustiçados. Aqui, importa ressaltar que a linguagem dos pobres vai se dando por diversos conceitos, os injustos, os oprimidos, o estrangeiro. Então, quando se fala que o pobre é lugar de revelação de Deus, a inquietação gerada nos profetas confirma verdadeiramente esta afirmação, pois Deus chama para reparar o erro, e o erro é a injustiça instalada pelos grandes no meio do povo. “Uma das coisas mais criticadas por Amós é o luxo da classe alta, que se observa principalmente nos seus magníficos edifícios bem como na sua forma de vida” (SCHOKEL, 2015, p. 985).

Os pronunciamentos de Amós são voltados para o *juízo*, sendo ele, o profeta menos esperançoso de todos, pois seu julgamento é de destruição, pondo fim à vida de Israel. A sua profecia, também se volta, com ênfase, para a *justiça social*, porque os ricos oprimiam os mais pobres, e Amós faz dura crítica a esse sistema social

e religioso que oprimia o povo. Amós também fala do *culto*, criticando fortemente o culto sem a justiça. Ele denuncia duramente a hipocrisia do povo de Israel que celebrava o culto, mas não promovia a justiça. Outro fundamento de sua teologia é a *palavra*, uma vez que para ele a palavra de lahweh produz resultados catastróficos e é uma palavra que dá resultados, produz frutos.

Amós falara contra Israel, “Assim falou lahweh” (Am 2,6). Isso indica que o profeta não fala por si, não é autônomo diante de Deus e do povo, mas sempre fala em nome de quem o envia, manifesta-se sempre a partir do conhecimento das práticas injustas, “por que vendem o justo por dinheiro e o indigente por um par de sandálias” (Am 2,6). O profeta vem e lembra que existe uma aliança que não devia ter sido rompida para fazer ceder à prática exploratória: “Eles esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos pobres” (Am 2,7). Tudo isso, porque a fraternidade foi rompida completamente e a ideia de um só povo é quebrada diante da ganância do homem. Ao recordar a aliança (Am 2,10), a libertação do Egito, é imposto sobre os injustos um castigo (Am 3,13-16). E o profeta profere as palavras: “Ouvi esta palavra que lahweh falou contra vós, israelitas, contra toda família que eu fiz sair do Egito: Só a vós eu conheci de todas as famílias da terra, por isso eu vos castigarei por todas as vossas faltas” (Am 3,2).

Existe um incômodo tão grande nos pronunciamentos que em certo momento o profeta Amós diz: “Eu odeio, eu desprezo vossas festas e não gosto das vossas reuniões, porque me ofereceis holocaustos..., não me agradam as vossas oferendas e não olho para o sacrifício de vossos animais cevados” (5,21-22). A lahweh não importa um culto vazio de caridade, de justiça, tal prática é insignificante, até mesmo a dos louvores: “Afasta de mim o ruído dos teus cantos” (Am, 5,23). Nenhum culto chega até lahweh se não é realizado dentro da justiça para todo povo, assim sendo, “As visitas ao santuário só servem para pecar e aumentar os pecados. As demais práticas não respondem a vontade de Deus. Deus não quer oferendas, holocaustos e cânticos” (SCHOKEL, 2015, p. 986).

Ainda assim, os pobres não podem ficar de fora do culto, da vida de Israel. Por isso, é preciso sempre ser lembrado ao povo, pelo profeta, como agradar a Deus: “que o direito corra como a água e a justiça como um rio caudaloso” (Am 5,24). O direito e a justiça não podem ser secundários, mas constituintes da vida de Israel, porém o povo esqueceu isso, pois “vós, porém, transformastes o direito em veneno e o fruto da justiça em absinto” (Am 6,12). A reação de lahweh é de acolhida

e defesa do pobre, mas de punição ao opressor e ao promotor da injustiça. Ver um injustiçado mexe com as entranhas de lahweh e O faz agir seguramente contra os exploradores: “Ouvi isso vós que esmagais o indigente e quereis eliminar os pobres da terra. Não esquecerei jamais nenhuma de suas ações” (Am 8,4.7b).

Já o profeta Miquéias faz duras críticas aos pecados concretos do povo de Israel, por essa razão, a estrutura do livro profético será sempre no discurso de ameaça, a realização da promessa (SCHOKEL, 2015, p. 1066). A ameaça é sempre contra os opressores e a infidelidade, mas a promessa é carregada de esperança pela libertação dos pobres. O profeta Miquéias, pois, vem para lembrar ao povo que Deus cumpre a promessa, que o pecado e a injustiça não passarão sem punição. Por isso, Romer (2010, p. 522) afirma que “Miquéias apresenta um discurso muito crítico em relação às elites. Sua mensagem quase não trata de questões religiosas, está essencialmente ligada à problemática da justiça social”.

Contra os opressores, Miquéias profetiza: “Ai daqueles que planejam iniquidade e que tramam o mal em seus leitos!” (Mq 2,1). Miquéias lembra que se Deus é cumpridor da promessa, bem severo será contra todo aquele que tenta impedir sua aliança e acrescenta ainda que a força do mal pode até se apresentar, mas ai daqueles que tentem fazer o mal. “Se cobiçam os campos, eles os roubam, se uma casa, eles a tomam; oprimem ao varão e à sua casa, e ao homem e à sua herança” (Mq 2,2).

Aos chefes que oprimem o povo lahweh, em Miquéias 3,1-4, jura esconder sua face, pois suas atitudes foram más. Aos chefes de Jacó é feito o anúncio da ruína de Jerusalém (Mq 3,9-12). Isso acontece porque não se observou o direito e a justiça.

lahweh não se conforma com a mentira e o engano feito pelos ricos ao povo: “Posso considerar quites as balanças falsas, uma bolsa de pesos falsificados? Ela cujos ricos estão cheios de violência e cujos habitantes proferem a mentira e têm na boca uma língua mentirosa” (Mq 6,11-12).

A exigência miqueana de justiça e direito é reelaborada nos capítulos 6,1-7,7 em que é explicitamente posta em relação com a história que une Deus ao seu povo. Dessa maneira, a história da salvação (6,4-5) conduz exigências éticas muito fortes. Bem mais que holocaustos (cf. 6,7), o que lahweh exige “nada mais que respeitar o direito, amar a fidelidade, e aplicar-te a caminhar humildemente com teu Deus” (ROMER, 2010, p. 525).

Já Isaías é considerado um dos grandes profetas, não por ser mais importante, mas pela sua atuação e temas abordados. Não diferente de todos os profetas, a sua mensagem é em nome de lahweh, por isso, denuncia toda injustiça, infidelidade, abandono dos pobres, liturgias vazias. “Que me importam vossos inúmeros sacrifícios? diz lahweh” (Is 1,11), e prossegue: “Basta de trazer-me oferendas vãs: elas são para mim incenso abominável” (Is 1,13). Com isso, lahweh acusa o povo de hipocrisia e denuncia a estrutura de morte que se instala na injustiça: “Quando estendei vossas mãos, desvio de vós meus olhos; ainda que multipliqueis a oração não vos ouvirei. Vossas mãos estão cheias de sangue: lavai-vos, purificai-vos” (Is 1,15-16a). É importante que lahweh acusa-os, mas apresenta como fazer esse processo de purificação: “Cessai de praticar o mal, aprendei a fazer o bem, buscai o direito, corrigi o opressor” (Is1,17).

Não se trata, porém, de apenas encobrir as aparências. É preciso mudar radicalmente o comportamento e a atitude da vida. Os quatro imperativos seguintes, agrupam-se em duas duplas, que passam do desaparecimento do negativo (“apartai de minha vista vossas más ações”, “cessai de fazer o mal”) para a implantação do positivo (“aprendei a fazer o bem”, “preocupai-vos com o direito”). São frases que correm o risco de se perderem permanecendo vagas. Por isso, os três últimos imperativos concretizam suas exigências. O “bem”, o “direito”, abstratos à primeira vista, realizam-se na preocupação pelas pessoas mais fracas: “erguei o oprimido, defendei o órfão, protegei a viúva” (SICRE, 2015, p. 259).

A denúncia do profeta atinge diretamente os grandes. Conforme, retrata no cântico da vinha, no capítulo 5, lahweh reconhece estar desapontado com o homem, uma vez que esperava a prática do direito, porém isso não ocorre, pelo contrário, a transgressão é muito forte (Is 5,7). Mesmo assim, lahweh não abandona os pobres, pois vendo o esquecimento do direito, da justiça, ouvindo os gritos de desespero dos injustiçados ameaça os grandes: “Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo até que não aja mais espaço disponível” (Is 5,8). “Ai” é a pronúncia da ameaça, de que lahweh não vai permitir passar impune essa situação.

Os pobres encontram a esperança unicamente em lahweh. Isaías O apresenta como libertador, consolador: “Farei brilhar meu direito como luz entre os povos. Breve chegará minha justiça, surgirá minha salvação” (51,4-5). O texto de Isaías 61,1-2 pode ajudar, ainda mais, a compreender a mão de lahweh sobre os pobres, pois declara que o profeta é ungido para anunciar a Boa Nova aos pobres. O

profeta é ungido, porque é o próprio lahweh que deseja que os pobres sejam os destinatários da mensagem do profeta.

O Profeta Jeremias, também, apresenta a defesa do pobre quando fala diretamente à casa de Judá: “Arrancai o explorado da mão do opressor, para que minha cólera não saia como fogo e queime sem que ninguém possa apagar, por causa da maldade de vossas ações” (Jr 21,12). Mais à frente repete: “Praticai o direito e a justiça; arrancai o explorado da mão do opressor, não oprimeis estrangeiro, órfão ou viúva, não os violenteis e não derrameis sangue inocente neste lugar” (Jr 22,3).

A voz denunciante do profeta volta carregada de ameaça: “Ai daquele que constrói a sua casa sem justiça e seus aposentos sem direito, que faz seu próximo trabalhar de graça, sem dar-lhe o seu salário” (Jr 22,13). Dessa forma, “A fidelidade a Deus, “conhecer” ou crer em Deus, aderir a ele, na linguagem bíblica significa praticar o direito e a justiça e defender a causa do pobre, do miserável. Isso faz parte da lógica da aliança” (FABRIS, 1991, p. 81). A realidade apresentada na lógica do profeta é de exploração, poder ameaçador para com os mais pobres. Por essa razão, há o enfrentamento, com sinais da ação de libertação e de alerta aos opressores.

mas tu não tens olhos nem coração senão para teu lucro, para o sangue inocente a derramar, para opressão e para violência a praticar. Por isso assim disse o Senhor...” (Jr22,17-18a). O profeta anuncia o juízo de Deus: a ruína se abaterá sobre a casa reinante. A relação com Deus não se funda na observância de uma norma religiosa fora do princípio da aliança, que é o da defesa, da acolhida, e da solidariedade com o pobre. É somente nesse contexto que a relação religiosa com Deus tem sentido (FABRIS, 1991, p. 81-82).

O último olhar, a partir dos profetas, vem de Sofonias que tem uma grande riqueza teológica sobre o tema dos pobres, visto que “Sofonias é um marco relevante na história da práxis e da consciência dos oprimidos. Vê nos pobres da terra e na pobreza o eixo da libertação futura” (GORGULHO, 1989, p. 27)³. Isso será muito significativo, pois concretiza verdadeiramente a vontade de Deus, porque não se deseja um mundo de ricos, mas um mundo de justiça, paz, fraternidade. Sofonias convoca os pobres para perto de lahweh: “Procurai a lahweh vós todos, os pobres da terra” (Sf 2,3). É preciso, pois, encontrar o amparo em lahweh e não nos

³ Quem são os pobres da terra? São todos os lavradores espoliados pelo regime tributário de Israel é um povo enfraquecido. Dominado (GORGULHO, 1989).

que o oprimem: “Contudo, a esperança não está nas estruturas políticas e ideológicas da cidade (Sf 3,1-4). Está nos “pobres da terra” e no “povo oprimido e enfraquecido” de Jerusalém (Sf 3,12)” (GORGULHO, 1989, p. 27).

A compreensão do pobre e do oprimido que traz o profeta Sofonias é libertadora e faz um forte apelo à conversão. Assim, a conversão para o profeta é a busca da pobreza como estilo de vida fiel a Deus. Com isso, desmascara os poderosos, pois percebem que lahweh não está ao lado deles, mas caminha ao lado dos que eles oprimem: “Diante da ruína que pesa sobre a cidade, e diante do fetiche dominador da classe dirigente, a saída está nos pobres e na conversão que é a busca da pobreza” (GORGULHO, 1989, p. 27). Poderia o homem imaginar que a salvação estaria no mundo dos pobres? Essa perspectiva deve gerar o desejo da conversão, a partir da pobreza⁴.

No contexto do imperialismo assírio, o profeta viu a dimensão do fetiche da dominação. Este é como o espírito que impulsiona o grande dominador assírio, que se tornou rei absoluto e reduziu todos os povos a instrumentos coisificados de sua riqueza e seu poder político. A classe dominante de Jerusalém submeteu-se inteiramente a este fetiche e sua idolatria foi uma política de dominação e de destruição da vida e da liberdade do povo. Sofonias viu que a única saída era destruir este fetiche pela raiz. Daí seu apelo à conversão: a busca de lahweh e a busca da justiça tem por raiz dinâmica a busca da pobreza. Esta é também a nova subjetividade, o espírito novo que vem dos pobres da terra, capaz de mudar toda a marcha da sociedade nos níveis da economia e da política. Assim, o apelo de Sf 2,3 mostra como se deve entender o espírito dos pobres e indica o realismo deste espírito como única força capaz de destruir a dominação que suprime a liberdade e a vida (GORGULHO, 1989, p. 35).

Tudo isso, quer afirmar que Deus é a justiça. Logo, o pobre que se apoia em Deus não permanece na opressão, dado que: “Buscar lahweh é reconhecer sua presença como fonte de justiça em todos os níveis da vida econômica, política e ideológica (Sf 3,5). lahweh é o rei absoluto que suprime o imperialismo do rei da assíria (Sf 1,5-6; 3,15)” (RIBLA, 1989, p. 29). O profeta afirma: “lahweh é justo no meio dela, ele não pratica a iniquidade, manhã após manhã ele prolonga seu direito, a aurora ele não falta” (Sf 3,5).

⁴ Para Sofonias, o termo característico do profeta está no imperativo da busca da “pobreza”. Será o primeiro profeta a usar este termo. É preciso ter muito cuidado com a expressão, para não ser contraditória a todo o texto. Buscar a pobreza não é viver na miséria, mas é buscar a própria justiça. Deve ser o estilo de vida de Israel. Pela justiça todos devem viver a pobreza, dando a todos a condição de vida digna. “Aí se encontra a atitude fundamental e mesmo a condição para buscar a justiça e buscar lahweh” (GORGULHO, 1989).

1.2 A ESPERANÇA DO MESSIAS DOS POBRES

Os profetas trarão esperança ao povo. O sonho de um libertador do povo, que cuida dos pobres, uma vez que: “Quando houver um rei segundo o coração de Deus, rei do qual Davi é o ideal, os miseráveis não serão esmagados” (FABRIS, 1991, p. 83-84). O povo está cansado de ser massacrado, explorado, por isso sonha com a libertação, com um rei que seja libertador. Para Isaías 11,6, o lobo morará com o cordeiro, e o leopardo poderá se deitar lado a lado com o cabrito. Essa imagem é para falar da aplicação da justiça e a vivência da paz entre todos os povos: “Nesse reino de justiça em favor dos miseráveis não haverá violência” (FABRIS, 1991, p. 83).

É bem verdade que, na perspectiva cristã, tudo isso se concretizará plenamente na pessoa de Jesus Cristo. Ele é o rei que vai dar aos pobres o Reino de Deus. Mas, essa imagem é pré-anunciada pelos profetas, principalmente, Isaías e Miquéias. Mq 4,6 atesta que o senhor reunirá as estropiadas, irá congregar os dispersos, fará às estropiadas um resto e dos dispersos uma nação poderosa. Sem dúvidas, o itinerário do Primeiro Testamento, passando pelo êxodo, exílio, profetas, culminará claramente na esperança messiânica do libertador. Essa esperança messiânica é a confirmação que tudo que foi testemunhado pelo povo da escravidão para liberdade, foi por ação de Deus. E Ele não o abandonará, posto que a concretude desta esperança dar-se com a vinda do Messias que é para Israel a certeza de que os pobres são amados, e herdaram o céu, pois são participantes da aliança.

1.2.1 Missão de Jesus e os Pobres

A Igreja tem a missão de anunciar aos povos a Boa Nova de Jesus de Nazaré. A Boa Nova como se vê em Lc 4,18 é, em primeiro lugar, destinada aos pobres. É nítido que o Reino de Deus, anunciado por Jesus, tem como principais destinatários, os pobres, visto que a missão de Jesus de Nazaré, em sua origem, está no convite dirigido aos pobres para participarem desse reinado, pois não eram inclusos, nem desejados na sociedade da época de Jesus.

A partir de então, começa-se a perceber, também, a identidade da missão da Igreja que é a missão de Jesus. Para Jon Sobrino (2000, p. 11), “os textos que falam

de Jesus Cristo nos introduzem em sua realidade, mas essa sua realidade nos põe em relação com uma constelação de realidades”. Esse autor olha a missão de Jesus como uma tomada de posição diante da realidade, e a missão da Igreja é, a partir de Jesus, também, tomar a mesma posição. Por isso, o pobre está no centro de uma eclesiologia que não fique distante do horizonte dos pobres como ponto de partida de sua ação evangelizadora, tampouco será permitido pensar uma eclesiologia sem referenciá-la a Jesus.

É, nesse sentido, que a presente pesquisa pretende propor uma reflexão acerca dos pobres como lugar teológico. Jesus de Nazaré, para viver a fidelidade a Deus, precisa estar enraizado nas mesmas vontades, que significa olhar para os pobres como espaço, lugar, teologia e caminho de salvação. Hoje, Cristo convoca a Igreja a não se desviar do Evangelho, mas penetrar nessa realidade e fazer dela a sua missão. Jesus é enviado e o Espírito está sempre sobre ele, por isso diz: “ele me consagrou pela unção para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos cativos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade os presos e para proclamar um ano da Graça do Senhor” (Lc 4,18-19).

As palavras da citação bíblica constituem o programa de vida de Jesus de Nazaré: uma proposta libertadora que quebra amarras, enfrenta as estruturas políticas e religiosas e exige justiça social diante de toda e qualquer situação desumana em que viviam os povos de seu tempo (CASALEGNO, 2003, p. 107). A libertação social proposta no programa de vida de Jesus é integral, pois restitui a dignidade do homem e reafirma que nenhum homem pode ser dono do outro. Quando Jesus convida a romper com a injustiça, está também, e de forma muito provocadora, destituindo as amarras da desigualdade. Os poderosos, líderes opressores serão incomodados com tal proposta (CASALEGNO, 2003, p. 107).

Não se pode negar que Jesus manifesta uma radical decisão pelos pobres, pois, afirma categoricamente que veio trazer a Boa notícia para os pobres (Lc 4,18). Isso não é, nem de longe, sem razão, pois, Jesus de Nazaré tem um lado, uma parcialidade clara pelos pobres e, ao mesmo tempo, radical; tão radical, que o reino de Deus não acontece sem passar por eles.

Ora, a Galileia era uma região de muitos pobres, o que acontece ali é sinal e paradigma para toda missão de Jesus. “O que acontece no pequeno microcosmo da Galileia antecipa a realidade do macrocosmo de toda obra lucana” (CASALEGNO, 2003, p. 109). Ou seja, Jesus chega com a clara proposta do reino de Deus:

libertação para seu povo. Essa libertação está intimamente ligada com o sentido de dignidade. Situação esta que Lucas coloca na boca de Jesus ao apresentar seu grande programa de vida.

Por essa razão, não se pode pensar a vida de Jesus de Nazaré fora dos pobres, pois é intrínseco a vida d'Ele na Galileia. Ao olhar a práxis de Jesus, compreende-se como é viver a fidelidade ao projeto de Deus, fazendo, portanto, de uma vida configurada à mensagem bíblica de salvação para todos, a começar pelos pobres. Nesse sentido, uma eclesiologia a partir de Jesus de Nazaré, configurada com sua práxis, não é critério secundário e/ou opcional, mas um imperativo firme e, sobretudo, essencial para a constituição de uma Igreja/comunidade discípula missionária e testemunha da missão de Jesus em meio aos pobres da Galileia e, posteriormente, de todos os povos e nações. Dessa forma, o Cristianismo, como comunidade de fé, deve ser/fazer-se, radicalmente, à luz de Jesus, pobre para os pobres.

A pobreza será sempre um ideal, porque pelos pobres será possível acolher a novidade do Evangelho trazida por Jesus. E colocar-se ao lado deles, como fez Jesus, é um convite ao povo para uma mudança de vida: praticar a justiça e viver na humildade.

É evidente a novidade cristã, ao propor a humildade como ideal. É o contrário da pessoa segura, que se afirma. A exortação de Paulo “cada um de vós, com humildade, julgue os outros superiores a si mesmo” (Fl 2,3) introduz uma revolução cultural no mundo dos filósofos, no qual a humildade lembrava a imagem do servo, arrastando-se por terra, *Humilis*, diante do Senhor. Através da categoria do pobre foi levada para a sociedade a novidade crista de uma imagem alternativa de Deus (FABRIS, 1991. p. 13).

Jesus se faz humilde, pobre, escravo, sofredor, obediente, visto que, “Ele, estando na forma de Deus não usou de seu direito de ser tratado como Deus, mas se despojou, tomando a forma de escravo” (Fl 2,6-7). Quando se refere a Jesus como alguém que assume a condição de pobre, fala-se exatamente porque assume a situação humana com todas as suas fragilidades. Ele nasceu pobre e não há espaço para o orgulho, para o luxo, para a vaidade em Jesus de Nazaré, justamente porque a vida d'Ele é dedicada ao anúncio do Reino de Deus.

1.2.2 Situação dos Pobres na Época de Jesus

Quando se conhece a vida de Jesus de Nazaré, a partir do Evangelho, entende-se a escolha que fizera pelos pobres, como critério para a realização do Reino de Deus. Importa destacar que a Galileia estava repleta de pobres. Para maior clareza, pode-se falar dos pobres como aqueles que estavam à margem, que padeciam das condições básicas de vida e de dignidade.

Os evangelhos se referem às pessoas para quem Jesus voltou sua atenção por meio de várias expressões: os pobres, os cegos, os coxos, os aleijados, os leprosos, os famintos, os miseráveis (aqueles que choram), pecadores, prostitutas, coletores de impostos, endemoninhados (aqueles que estavam possuídos por demônios impuros), os perseguidos, os esmagados, os cativos, todos os que labutam e estão sobrecarregados, a ralé que não conhecia nada da lei, as multidões, os pequenos, os que são menos que nada, os últimos e as criancinhas ou as ovelhas perdidas da casa de Israel (NOLAN, 1987, p. 39-40).

Ora, são muitos os que eram pobres. Eles, por sua vez, eram humilhados, excluídos, tratados como seres inferiores e privados das relações humanas. Não é à toa que Jesus de Nazaré se volta para eles, pois estão desacreditados, desvalidos, sem esperança, e sem ninguém por eles. Quem os defendia? Ninguém! A religião acusava a muitos de sua situação ser consequência do pecado, o Império Romano não via valor no pobre. É, no entanto, Jesus de Nazaré quem vem e apresenta o Reino de Deus como realidade para este povo.

Essas pessoas eram desprezadas. Sofriam não só a fome, mas a dignidade lhes era roubada (NOLAN, 1987, p. 41). Suas relações eram privadas, não podiam interagir, nem mesmo viver sua fé dentro dos espaços nos quais se encontravam os puros, como se julgavam os homens do Templo (Lc 18,10-14). Os pobres eram, de fato, privados de cargos, seus testemunhos não eram válidos. Pode-se ver que era muito difícil um pobre sair da condição de pobre, pois todas as estruturas sociais e religiosas os impediam de qualquer relação, mergulhando-os, cada vez mais, numa vida de pobreza e sem dignidade.

Diante dessa realidade, Jesus, movido de compaixão, se lança no meio dos pobres. Ora, Jesus não apenas se lança no meio dos pobres, ele se faz um pobre, nasceu pobre, na periferia, na Galileia. Jesus é pobre e a sua fala é própria do lugar de fala dos pobres.

Certamente, Jesus não era um pobre miserável (NOLAN, 1987, p.48), mas sua compaixão fez dele um pobre no meio dos outros e é esse estar com eles que fará de Jesus o defensor dos fracos. Quando Jesus anuncia a eles o Reino de Deus não o faz de forma passiva, silenciosa, mas os convida à festa (Lc 14,21), e dá gratuitamente o Reino a eles. Em Mt 5,1-3, Mt 25,31-46 e Lc 4,18 não é difícil constatar a ação salvífica de Deus em favor dos pobres.

Vale salientar que é muito perigoso falar do pobre na missão de Jesus somente na dimensão econômica, mas, muito mais perigoso é fugir dessa realidade e falar do pobre somente na dimensão espiritual. Sem dúvidas, as polarizações foram e ainda são riscos e/ou deturpações, as quais podem cair a partir da tentativa de se viver o Evangelho. Entretanto, não se pode negar que Jesus age em favor daqueles que são excluídos, marginalizados. E nisso, o cântico de Maria, em Lc 1,47-55, permite entender melhor como Deus olha para os humildes, pobres e abandonados.

Todo aquele que tem sua dignidade ferida é pobre, uma vez que foi tirada a sua própria capacidade e liberdade de ser humano. Por isso, é fundamental essa compreensão para entender as opções de Jesus. A pobreza ultrapassa os limites materiais, porque agride de forma avassaladora as entranhas do homem, destrói sua capacidade de se relacionar, sucumbe sua alegria e fere sua honra. Ser pobre coloca o indivíduo não mais como pessoa, mas como marginal, uma vez que a pobreza gera no ser humano a incapacidade de viver dignamente.

Por essa razão, quando apresenta o Reino para os pobres, Jesus fala claramente ao mundo que estes precisam deixar de ser mantidos em situações de pobreza indignas, com a pretensão de ocuparem os grandes lugares dos que governam as nações ou tornarem-se ricos economicamente, mas para serem cuidados e tratados com dignidade e justiça. Não se trata de uma inversão de classes, mas do reestabelecimento do pobre como “não pessoa” à categoria do humano. Jesus não se conforma com as estruturas fabricadoras de pobres e, diante de tais estruturas, oferece a todos, em especial, aos pobres, a vida e vida em abundância (Jo 10,10). Jesus oferece e dar o Reino a eles (FABRIS, 1991, p. 85).

Para oferecer essa vida a todos como realização do projeto de Deus, Jesus quebra as barreiras, rompe estruturas e leis religiosas que não correspondiam à realidade da vida, pelo contrário, impediam o povo de viver com dignidade. Com

efeito, para oferecer a dignidade, Jesus parte de situações muito concretas, vividas nas aldeias por onde Ele passava anunciando a Boa Notícia do Reino.

Jesus não fala da 'pobreza' abstratamente, mas daqueles pobres com os quais trata enquanto percorre as aldeias. Famílias que sobrevivem miseravelmente, pessoas que lutam para não perder suas terras e sua honra, crianças ameaçadas pela fome e pela doença, prostitutas e mendigos desprezados, leprosos marginalizados pela sociedade e pela religião. Aldeias inteiras que vivem sob a pressão das elites urbanas, sofrendo o desprezo e a humilhação. Homens e mulheres sem possibilidades de um futuro melhor (PAGOLA, 2014, p. 131).

Ao olhar, pois, os pobres, como alvo da missão de Jesus, pode-se compreender que a revelação de Deus em seu Filho passa, indiscutivelmente, pela realidade e pela pessoa do pobre. Não é possível apenas olhar para eles como objeto passivo da evangelização ou da formação eclesial, mas é preciso entendê-lo como elemento constitutivo da fé. O anúncio da Boa Nova do Reino e da salvação, passa pelo caminho dos pobres como receptores, sujeitos e protagonistas da missão de Jesus.

1.2.3 A Nova Lógica do Reino de Deus

Não se pretende, aqui, fazer análise exegética dos textos bíblicos, visa-se, porém, destacar a partir de uma hermenêutica eclesial, o lugar que o pobre ocupa no Evangelho, e, sobretudo, destacar o lugar que ele ocupa na vida e no ministério de Jesus como condição necessária e essencial para a realização do Reino de Deus. A teologia de Jon Sobrino, partindo da realidade histórica, vê, essencialmente, os textos bíblicos como fundamentos para afirmar a opção de Jesus e de Deus pelos pobres.

A perícopes de Lc 4,16-30, na qual, o evangelista está citando o profeta Isaías (61,1-2), ajuda a entender, como é o propósito do ministério público de Jesus. Com Jesus se inicia um novo tempo, um novo Reino rompendo com o velho e implantando um novo modelo de vida, que implica ir muito além da implantação de um novo sistema religioso, para buscar a concretude do Reino de Deus no meio do povo.

O ensino de Jesus é um grande anúncio querigmático que, diversamente da pregação convidando à "conversão" e anunciando a "proximidade do Reino de Deus" apresentada por Marcos (1,14b-15) e por Mateus (4,17)7, é proclamado como "ano aceito (da parte) do Senhor" (Lc 4,19). Jesus é

aquele que vem instaurar o “ano da graça” do Senhor: a bondade e a misericórdia de Deus concretizadas na atenção prioritária aos mais pobres e pecadores. Todavia, o ensino de Jesus encontra reações opostas: por uma parte, acolhida calorosa, por outra, absoluta rejeição (AUGUSTA, 2008, p. 71-72)

Lucas apresenta Jesus como o Messias que traz a salvação para o povo. Entretanto, cabe ressaltar que Lucas não entende o Messias como uma perspectiva que circundava em parte da mentalidade judaica, que tinha uma visão imperiosa, mas o compreende como Aquele que por meio dos pobres inicia o programa de instauração do Reino de Deus. Logo, a comunidade precisa ser edificada, nesse Reino, e conduzida para a vivência desse propósito.

Os discípulos sentem dificuldade em compreender o projeto apresentado por Jesus, porque a compreensão deles ainda estava presa à ideia de um Messias de Israel que fosse governar todo o povo. Comprova-se isso quando se lê o relato de Lc 9,18-27, no qual, momentos antes da subida para Jerusalém, Jesus anuncia sua paixão como consequência de sua missão. Quando Pedro proclama que Jesus é o Messias, o Cristo de Deus, imediatamente, Jesus o repreende e faz o anúncio da paixão exatamente para mostrar qual é a sua identidade como Messias e qual é a vida dos discípulos diante desse caminho.

Quando Jesus apresenta, ao longo do Evangelho, as dificuldades e as provações a serem enfrentadas em seu seguimento, mostra, na verdade, a oposição entre o seu Reino e as estruturas deste mundo. A chegada do Reino de Deus rompe com as velhas e falidas estruturas que massacram, oprimem e alienam o povo. Tal realidade, não pode fazer parte deste novo tempo inaugurado por Jesus, posto que, não são similares as duas formas de viver. A adesão ao Reino de Deus provoca perseguição, porque exige ruptura, exige comprometimento com a justiça e a verdade, provocando mal-estar entre aqueles que não aderiram a esse mesmo Projeto de Deus.

Os discípulos subiram com Jesus para Jerusalém e, ao longo da caminhada, tinham a tarefa de compreender e assimilar as mesmas opções, vontades e vida do Mestre. Nessa situação, Jesus é obstinado, quando em Lc 9,51, ao iniciar sua subida a Jerusalém, fala das perseguições, fala da cruz e também da rejeição pelo “mundo”, para anunciar o Reino de Deus. Já em Lc 21, Jesus, também, é claro e decisivo quando não garante leveza nem tranquilidade para o seu seguimento, apontando possíveis situações: perseguição, cadeia, traição e martírio. Essas foram

palavras ditas por Jesus para o povo como consequência da adesão ao Reino, porém, em troca, Jesus garante a vida eterna, somente isso.

O evangelista Lucas faz um itinerário teológico subindo para Jerusalém. Isso ajuda a entender a pretensão teológica do autor, uma vez que, não dá para ser discípulo sem a fidelidade a este Reino que, por sua vez, tem uma lógica totalmente diferente da lógica que pairava na mentalidade judaica daquela época. Portanto, ser seguidor de Jesus Cristo, sendo fiel ao seu Reino, implica assumir as suas causas, opções e consequências de tal escolha. Por esta razão,

[...] discernir os sinais presentes na práxis de Jesus como manifestação do Reino de Deus é tarefa empenhativa e urgente, um paradigma de vida cristã e de missão apostólica. Portanto, a grande viagem de Jesus a Jerusalém, enquanto criação de Lucas, torna-se um foco iluminador a partir do qual se pode observar a organização das demais partes de seu evangelho assim como seu propósito literário e teológico (AUGUSTA, 2008, p. 39).

Nesse sentido, o Evangelho de Lucas apresenta a proposta de seguimento e discipulado, a partir da nova lógica do Reino de Deus que Jesus veio instaurar.

1.2.4 A Boa Nova aos Pobres

Jesus não se acomoda ou se conforma ao ver a situação do povo. Ele precisa agir, transformar e recuperar a esperança da comunidade em Deus que instaura o novo reino. Para Jon Sobrino, Jesus é uma Boa Nova, pois ele deu ao contexto do povo judeu na Palestina expressão religiosa, oferecendo assim, esperança de que o fim daquelas situações de injustiças estava perto. E também, Jesus deu dignidade pessoal a grande parte das pessoas, os pobres (SOBRINO, 2000, p. 329). Por isso, sentir compaixão fez parte da missão de Jesus, pois é próprio de Deus ser compaixão. Suas entranhas se comovem, ou seja, todo seu ser no mais íntimo se compadece do outro, sente a dor do outro. Para a teologia de Jon Sobrino, essa é a capacidade de Deus de se colocar na vida do outro. A expressão referenciada é muito forte, pois implica dizer que todo seu ser se move em favor do outro, no caso, dos pobres. Agindo assim, Jesus dá um novo teor ao termo compaixão, e ultrapassa todas as compreensões, pois seu amor é incondicional.

O que torna diferente o bom samaritano dos demais é, exatamente, a capacidade de sentir compaixão pelo homem que foi espancado e que se encontra à beira da estrada (Lc 10,33). Do mesmo modo, o que torna diferente o pai amoroso é

o excesso de compaixão que sente por seu filho que retorna (Lc 15,20). E o que torna Jesus diferente é a compaixão que ele sente pelos pobres e pelos oprimidos à sua volta (NOLAN, 1987, p. 49).

Em Lc 4, Jesus se declara o Messias que assume a causa dos pobres e “Num sábado qualquer, em Nazaré, Jesus diz que essa passagem da Escritura se cumpre Nele” (VIGIL, 2007, p. 60). Ora, Nele a vontade de Deus se torna presente e real. Os pobres agora serão acolhidos, amados, e a eles a Boa Nova será anunciada, eles serão os preferidos, pois Jesus foi enviado para anunciar aos pobres o Reino Deus. É a grande novidade deste anúncio: A Boa Nova é anunciada preferencialmente aos pobres.

Jesus proclamara que acolher qualquer um daqueles pequeninos era acolhê-Lo (Mt 25,40), não acolher esses pequeninos é recusá-Lo (Mt 25,45). Ora, “a escolha a favor dos pobres é escolha pela identidade da escolha cristã, adesão da vida vivida a Jesus” (FABRIS, 2014, p. 372). Para tanto, acolher a todas essas categorias de pessoas expressa ter compreendido a lógica da práxis da realização do Reino de Deus, uma vez que “A separação definitiva acontecerá, pois, baseando-se numa práxis de amor para com o próximo” (FABRIS, 2014, p. 371). Aqueles que não prestam assistência a quem se encontra em qualquer uma destas situações, não são acolhidos no Reino, mas afastados (Mt 25,41).

A vontade de Deus, a sua misericórdia é para os pobres. “Deus manifesta sua misericórdia pelos pobres” (VIGIL, 2007, p. 60). Eles são o caminho, a forma de entender o querer de Deus para humanidade. O Reino de Deus apresentado na obra lucana, como em todos os evangelhos, não pode passar por um caminho que não dê aos pobres a predileção. No contexto evangélico do Reino, eles são o caminho de encontro com Deus e sua proposta de salvação. Por esta razão,

Os pobres não são apenas objeto de compaixão e de assistencialismo, nem somente vítimas do pecado estrutural que exigem justiça. São algo mais; são um ponto focal básico para a teologia, pois a eles foram revelados, de forma especial, os mistérios do Reino, ocultos aos sábios e prudentes deste mundo. [...] Não se trata de substituir o lugar eclesial da fé pelos pobres, mas de considerá-los como lugar hermenêutico e social para ler a revelação da Escritura e da Tradição eclesial (VIGIL, 2007, p. 72).

Os pobres devem ser entendidos como lugar teológico da Igreja, temática esta que será abordada no segundo capítulo. Quando se olha o pobre como lugar teológico, lugar da fala, presença e preferência de Deus, rompe-se com a

mentalidade de que ele é objeto de salvação. Por muito tempo, olhava-se para os pobres como meio de salvação, como forma de ganhar o céu, ou seja, reduzindo-os à caridade, a uma mera forma de assistencialismo.

Jesus não usa os pobres, mas ama, acolhe e os eleva à categoria de pessoa humana revestida de dignidade, de seres que se relacionam e contribuem para um mundo melhor. Nesse sentido, os pobres são reintegrados ao mundo por meio do amor-justiça. Por conseguinte, quando a justiça se estabelece, o Reino de Deus se torna possível, real e visível. Nessa perspectiva, ao olhar para os pobres, percebe-se que eles se tornam caminho, e não instrumentos de salvação.

A Boa Nova, anunciada primeiro aos pobres, como consta no programa de Jesus, narrado por Lucas, insere-se, essencialmente, no seu espírito de vida, de intimidade com Deus e igualmente com a parcialidade de Deus. Por essa razão, parece contraditório se dizer cristão e não assumir esse espírito de Jesus expresso em Lc 4,18 (PAGOLA, 2012, p. 78). Portanto, pensar uma eclesiologia a partir de Jesus de Nazaré é assumir seu espírito, seu projeto, sua missão, sua parcialidade que é também a parcialidade de Deus.

Assumir, pois, a opção de Jesus pelos pobres deve ser imperativo de qualquer denominação que se entenda como cristã e que deseje adotar a sua proposta, pois nela se manifesta a intimidade com o amor de Deus revelado em Jesus. Percebe-se isso em Lc 10,25-37 quando um legista, para experimentar Jesus, pergunta o que fazer para herdar a vida eterna (Lc 10,23), e Jesus responde perguntando como está na lei, e o legista cita: “Amarás o Senhor teu Deus, de todo teu coração, de toda a tua alma, com toda a tua força e de todo teu entendimento; e ao teu próximo como a ti mesmo” (Lc 10,27).

1.2.5 Os Pobres como Primeiros Ouvintes

Por sua opção, Jesus é categórico em relação à defesa dos pobres. Declara que o Reino de Deus é para os pobres (PAGOLA, 2014, p.130). Por que Deus quis que os pobres fossem privilegiados? A propósito, por que a preferência de Deus é por eles? É válido ressaltar que a opção de Deus pelos pobres não implica em exclusão à outra classe de pessoas. Ademais, a parcialidade de Deus pelos pobres deve ser entendida na perspectiva de realização do amor-justiça, não de privilégios. Sendo assim, não cabe dizer que, pela parcialidade de Deus, os pobres têm

privilégios, mas que Deus os olha a partir da necessidade de justiça que a eles compete.

A pregação inaugural de Jesus, em Nazaré, marca o início de uma nova história: a história dos pobres e oprimidos que serão libertados para usufruírem a vida dentro de novas relações fraternas. “Jesus é ‘hoje’ a boa-nova, é graça e liberdade para os homens”. Jesus começa seu ministério a partir da Galileia, de sua cidade de Nazaré e numa Sinagoga (AUGUSTA, 2008, p. 73).

É sim, o início de um Reino totalmente diferente, marcado agora pela acolhida aos mais fracos e oprimidos, no qual, o rei é um pai misericordioso, porque Deus quer mostrar, por meio de Jesus, que os pobres não estão sozinhos. A pregação que inaugura a atividade pública de Jesus revela isso. A lógica do Reino de Deus é inversa à lógica dos reinos deste mundo, por isso até mesmo os discípulos de Jesus tiveram dificuldade para entender essa nova lógica.

Os textos que seguem denotam exatamente a dificuldade que os discípulos de Jesus tiveram para compreender o seu messianismo e a lógica do seu Reino. Em Mt 18,1, os discípulos se perguntam quem é o maior no Reino de Deus; Em Mc 10,37, os discípulos Tiago e João, filhos de Zebedeu, pedem os lugares de honra quando estiverem no reino. Os outros discípulos, por sua vez, vendo o interesse dos filhos de Zebedeu pelos lugares de honra ficam com raiva dos dois (Mc 10,41).

Entretanto, ao ver isso, Jesus vai ao encontro das perturbações de seus discípulos revelando que, se na lógica do mundo os grandes dominam e tiranizam, entre eles não pode ser assim (Mc 10,42-43). Segundo o ensinamento de Jesus, aquele que quer ser grande e deseja ocupar o primeiro lugar, precisa aprender a ser o servo de todos (Mc 10,44). Essa é, portanto, a lógica de Jesus e do Reino de Deus.

Em Lc 22,27, diante de uma discussão sobre quem seria o maior, Jesus diz: “O maior dentre vós torne-se como o mais jovem, e o que governa como aquele que serve” (Lc 22,26), e prossegue: “Eu, porém, estou no meio de vós como aquele que serve” (Lc 22,27). Em Jo 13,14-15, no relato do Lava-pés, Jesus mostra que ele sendo o Mestre e Senhor, coloca-se a serviço. Jesus dá o exemplo e pede que a comunidade faça a mesma coisa. Como se constata, os evangelhos apresentam a lógica do Reino de Deus a partir do serviço aos outros.

Se a lógica deste mundo é dos méritos, da produtividade, do prestígio social, do poder, do lucro, da opressão e de tantas outras marcas que geram a

desigualdade, certamente, está contrária à lógica de Deus. Jesus é a imagem de Deus que quer comunicar e manifestar a sua vontade e a sua lógica que vai de encontro à lógica do mundo.

É importante olhar para Jesus não como uma atitude demasiadamente demagoga, porque as opções de Jesus são concretas. Por essa razão, a compreensão da vida de Jesus, revela que a pobreza deixa de ser castigo, e passa a ser um estilo de vida que é capaz de superar a desigualdade, a injustiça, a miséria, pois ser pobre como Jesus é viver o Reino. Mais do que qualquer discurso vazio ou relativista, deveria ser a confirmação de que a Igreja, de fato, permanece ou deseja permanecer fiel a Jesus, por entender que o Deus de Jesus, no qual se professa a fé é, decididamente, dedicado, inclinado aos pobres.

Lucas viu, no discurso programático de Jesus em Nazaré, o anúncio da boa-nova da salvação em favor dos pobres, isto é, daqueles que se encontram, de alguma forma, privados do necessário, em especial: cativos, cegos, oprimidos, excluídos. E Jesus proclama essa boa nova de libertação dos pobres impulsionado pelo Espírito (cf. Lc 4,18); não é discurso demagógico, mas compromisso de fidelidade ao Pai e aos pobres, ainda que à custa da rejeição dos seus contemporâneos (AUGUSTA, 2008. p. 97).

Não resta dúvida de que a vontade de Deus, que Jesus manifesta, está, incondicionalmente, nos pobres como primeiros ouvintes da Boa Nova. Evidente que a proposta do Reino exige uma resposta pessoal, na qual a conversão e a disposição de deixar tudo e seguir Jesus são fundamentais. A entrada nesse Reino depende da relação com os outros, sobretudo, com os pobres e sofredores. Nisso, manifesta-se a adesão a Jesus de Nazaré. Por isso, é incoerente pensar o Reino de Deus sem anunciá-lo, primeiro, aos pobres como proposta de realização social da justiça.

A condição dos pobres é uma condição de humilhação, encurvados perante os demais. Se estão encurvados, medrosos, é porque assim os deixaram pela força da opressão social e política, bem como, pela força da manipulação religiosa. A beleza de Jesus é a capacidade de olhar nos olhos dos pobres, levantar suas cabeças e dizer a eles que podem caminhar alegres, felizes, porque é deles, por direito, o Reino de Deus.

Os pobres são, pois, os ouvintes que primeiro recebem a Boa Nova, porque sempre foram privados do direito e da justiça que lhes pertencia. São os primeiros ouvintes porque sobre eles pesava mais do que nos outros o poder opressor do

império, o fardo e o julgo de uma estrutura religiosa que estava falida, tanto que precisou se reinventar. Nesse sentido, deve-se olhar o pobre não como um objeto de estudo ou simplesmente categoria social, mas, sobretudo, como lugar da teologia e igualmente lugar de fala de um Deus que se fez pobre para enriquecer a todos com a sua vida.

Cada vez que alguém se debruça sobre a pessoa de Jesus escolhendo os pobres, mais deve lutar para superar a pobreza que mata, exclui. Superar toda estrutura que mata, que gera pobres na atualidade. Isso será possível a partir da superação do egoísmo, da indiferença. Visto que enxertar esperança no mundo é semelhante a derrubar as barreiras da injustiça, da violência.

Em primeiro lugar porque nós no Terceiro Mundo o que experimentamos não é o triunfo do capitalismo, mas o seu rotundo fracasso: o aumento constante da pobreza e da exploração no que foi e é sua área de influência. E se no momento atual se registra uma constante, esta é a do incremento da pobreza até limites nunca antes conhecidos. O verdadeiro mistério é porque não explode uma situação por si mesma explosiva. O "pós-modernismo", feito de uma genial combinação de individualismo, indiferença, apatia, desencanto, resignação, renúncia, preguiça, falta de esperança... se comporta como o melhor aliado do neoliberalismo para manter a população indiferente e passiva em condições de vida nas quais a mera utilização da palavra "triunfo" deveria ser proscrita, para não ofender a dignidade dos pobres do Terceiro Mundo. Triunfo do capitalismo? Qual? Onde? (VIGIL, 1994, p. 194).

Esse primeiro capítulo, traz um percurso pela história bíblica, buscando compreender onde está o pobre em toda revelação. Acredita-se que, com o que fora apresentado, fica claro que o pobre é central em toda Bíblia, como Deus quis salvá-los das mãos dos opressores, e como o Reino foi dado a eles. Essa compreensão ajudará no entendimento do capítulo seguinte que trata do pobre como lugar teológico.

2 O POBRE COMO LUGAR TEOLÓGICO

2.1 DEUS SE REVELA AOS POBRES EM JESUS DE NAZARÉ

No capítulo anterior, foi analisado o pobre a partir de um olhar bíblico. Neste capítulo, propõe-se apresentar o pobre como lugar teológico. É necessário que toda a teologia, e a Igreja inteira, seja capaz de olhar humildemente para a realidade dos pobres como centro de sua reflexão e ação.

A proposta é investigar como, na realidade sofredora dos povos crucificados na história, está a presença de Deus e, como esta, se constitui numa presença transformadora, libertadora, vivificante. Com a presença de Deus, no meio dos pobres, e a partir de Jesus, é possível dizer que a teologia não pode fugir da exigência que a realidade impõe: a de que o Reino será anunciado preferencialmente aos pobres, mesmo que isso não seja compreendido por alguns ou por muitos. Nesta pesquisa, é oportuno investigar as resistências feitas à opção de Deus e de Jesus pelos pobres, uma vez que os poderosos e opressores rejeitam Jesus e o seu reino.

Nesse sentido, a teologia de Jon Sobrino orienta a pesquisa, a partir de então, embora se tenha clareza de que está longe de ser um aprofundamento completo da teologia de Sobrino. Porém, aqui, busca olhar para a rica cristologia dele, a fim de compreender, como na vida de Jesus os pobres foram centrais, e dessa forma, pensar a eclesiologia. O desejo de uma Igreja pobre e com os pobres para salvar o mundo do pecado, das injustiças, mobiliza a aproximação da cristologia de Jon Sobrino. Por isso, é importante esclarecer que a intenção não é estudar a exaustão o pensamento de Jon Sobrino, mas fazer de sua bela teologia o tema proposto na presente pesquisa.

2.1.1 Revelação

É sabido que o estudo teológico só é possível acontecer por meio da Revelação de Deus, visto que Deus se dá a conhecer, e, se tem acesso, mesmo que, a partir da condição humana. Jon Sobrino, a partir da América Latina, fará com que se detenha o olhar sobre a Revelação, a partir do mundo dos empobrecidos. Porém, antes é prudente analisar como se compreende a Revelação em geral. A

Revelação é a automanifestação do Divino ao homem (MCKENZIE, 1983, p. 795). O homem, por entender que o Divino está fora de sua realidade palpável, vê sempre qualquer comunicação divina, como extraordinária⁵, pois foge aos limites do seu raciocínio.

A Revelação ajuda o homem a compreender sua própria existência e sentido de vida. É certo que, a partir da fé, professa-se que toda a vida está em Deus, da origem ao fim. Nesse sentido, o Catecismo da Igreja Católica – CIC (1999, n. 27) apresenta que o desejo de Deus está inscrito no coração dos homens, e que o homem é criado por Deus e para Deus, e o ser humano será atraído por Deus, pois em Deus está plenamente a verdade.

O Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* – GS, ressalta que a expressão máxima da dignidade do ser humano está em viver sua plena comunhão com Deus, desde sua origem: “Não viverá, pois plenamente, segundo a verdade, se não reconhecer livremente esse amor e confiar no seu Criador (GS, 2007, n. 19).

Para o CIC, “as faculdades do homem o tornam capaz de conhecer a existência de um Deus pessoal. Mas, para que o homem possa entrar em sua intimidade, Deus quis revelar-se ao homem e dar-lhe a graça de poder acolher esta revelação na fé” (1999, n. 35). É sempre plano de Deus, sempre sua iniciativa dar-se a conhecer.

Essa compreensão, a partir do CIC e da GS, dão a possibilidade de enxergar a Revelação de Deus aos povos. Mas, a Revelação acontece a partir de um plano de amor, porque Deus quer se comunicar e salvar, começando sempre pelos que mais estão fora, mais excluídos. Isso está explicitado no próprio CIC.

O reino pertence *aos pobres e aos pequenos*, isto é, aos que acolheram com um coração humilde. Jesus é enviado para “evangelizar os pobres” (Lc 4,18). Declara-os bem-aventurados, pois o “Reino dos Céus é deles” (Mt 5,3); foi ao “pequenos” que o Pai se dignou revelar o que permanece escondido aos sábios e aos entendidos (1999, n. 544).

⁵ É muito comum, para o povo de Israel compreender a revelação como teofanias, ou seja, manifestações de Deus. Quando Deus queria se comunicar com seu povo utilizava os fenômenos da natureza, como quando se revela a Moisés na sarça ardente, em Êxodo 3,1-4. Em Êxodo, 19, 18-19 no momento de estabelecer aliança com o povo, o texto diz que toda montanha do Sinai fumegava, porque o Senhor havia descido até ela. Em 1Reis 19,11-13, o Senhor que convida Elias a ficar diante de dele, pois ele mesmo iria passar [onde está o elemento da natureza, próprio da teofania?]. São muitos os relatos no Antigo Testamento nos quais Deus se dá a conhecer.

No entanto, a Revelação de Deus jamais deixará de ser mistério, não por não ser compreendida, mas porque nunca será esgotada. Jesus será sempre a maior Revelação, a forma mais clara de conhecer, amar e ser de Deus, porque Jesus assume a história da humanidade. A Encarnação do Filho de Deus é a doação total de Deus ao homem, por isso, a melhor forma de chegar perto de Deus é acolhendo seu Filho e o Reino anunciado por Ele.

Para Jon Sobrino (1985, p. 100), Jesus foi captando o transcendente de Deus. Por isso, a carta aos Hebreus menciona a aprendizagem de Jesus, suas súplicas e lágrimas a Deus. Pode-se considerar que é processo, uma vez que “Sua captação de Deus como realidade e sentido não se produziu à margem de sua captação da realidade histórica, mas através dela” (SOBRINO, 1985, p. 100). Deus vai se dando a conhecer e Jesus vai acolhendo essa revelação e mostrando ao mundo até chegar ao ponto alto dessa Revelação que é a própria cruz.

A vida de Jesus passou por diversas etapas que não são diferentes só no nível externo descritivo, mas também para sua interioridade, para sua concepção de Deus. E a passagem de uma para outra etapa não aconteceu sem a tentação, a crise e o não saber. Essa é a forma concreta de Jesus deixar que Deus seja Deus em sua vida. A realidade de um Deus transcendente, de um Deus sempre maior, maior inclusive do que as reflexões do próprio Jesus, é o que explica a vida de Jesus, as mudanças, e a ruptura dentro da mesma vida (SOBRINO, 1981, p. 28-29).

Fica claro, nessa reflexão, que o ser humano, tendo sua origem em Deus Criador, recebe d'Ele mesmo sua Revelação. Isso acontece pelo seu mistério de amor, pois ao criar não abandona, mas atrai para si, porque deseja salvar, e salva de fato. E, sem nenhuma dúvida, começa pelos pobres, os mais frágeis.

Mas, faz-se necessário que se compreenda alguns pontos importantes da teologia de Jon Sobrino para que seja possível entender a Revelação e o que se deseja com essa pesquisa. A Revelação não é algo que se dá sem a ação do ser humano. Ela será interpretada e acolhida, a partir de uma realidade concreta. Por essa razão, só se pode falar do pobre como lugar teológico na medida em que se compreende que Jesus é pobre e é história. É Fundamental para Jon Sobrino que o ponto de partida, no caso da cristologia, se dê a partir do Jesus histórico, “ou seja, a pessoa, doutrina, fatos e atitudes de Jesus de Nazaré enquanto são acessíveis, pelo menos de um modo geral, para a investigação histórica e exegética” (SOBRINO, 1983, p. 27).

Qual a questão de Sobrino? Não é negação da teologia tradicional, não consiste em apontar erros teológicos, mas a sua grande preocupação é saber o ponto de partida dessa teologia. Para Sobrino, a teologia tradicional começa a partir do Concílio de Calcedônia, que afirma as duas naturezas do Cristo (SOBRINO, 1983, p. 28). Essa afirmação é fundamental para a fé cristã, segundo Jon Sobrino, mas não pode ser o ponto de partida. Por que é importante essa relação entre a cristologia e a Revelação? A resposta é simples, porque a cristologia tem suas raízes na Revelação de Deus. Isso não nega a necessidade de um contexto histórico para acontecer. Toda realidade histórica é ocasião para a Revelação, e a realidade da América Latina é também lugar da Revelação, marcada por tantos empobrecidos, tanta miséria, injustiças. Os evangelhos constataam isso na vida pobre de Jesus e pelos pobres a quem Jesus foi ao encontro. A compreensão de Jesus deve se dar, segundo Jon Sobrino, pelos textos passados que reportam a Ele (Bíblia, Magistério, Tradição) enquanto Revelação e pelo tempo presente, o atual da história (SOBRINO, 1994, p. 42). Não é possível compreender a presença de Jesus sem esses dois aspectos.

A América Latina, olhando para sua realidade, compreende que só é possível uma teologia que toque, entre na vida das pessoas, se for capaz de libertá-las. A teologia precisa estar no mundo dos empobrecidos. Só será acessível uma Revelação que esteja na vida real das pessoas. Jon Sobrino inverte a lógica, coloca não mais a Revelação como fora da realidade humana, mas como uma realidade que é feita a partir dela. Ele diz: “começa-se a falar de libertação lá onde há inocultável opressão. Mas ainda, neste lugar e não em outro a libertação se converte em conteúdo estritamente teológico, e como tal, é redescoberta na revelação” (SOBRINO, 1994, p. 43).

A notificação feita pelo Magistério ao teólogo Jon Sobrino não é o foco dessa pesquisa, mas torna-se importante fazer uma observação a esse respeito em razão de sua cristologia. Diante da sua teologia, que claramente tem como referência e ponto de partida o Jesus Histórico⁶, que se desenvolve no mundo dos pobres, o

⁶ Vigil (2007) ajuda a compreensão do pensamento de Jon Sobrino. Para compreender Jesus é preciso olhar para a realidade, por isso Vigil afirma que “O ponto de partida para compreender Jesus não poderá mais ser o mesmo recebido do cristianismo presente no continente latino-americano e caribenho desde o século XVI, fortemente marcado pelo caráter eurocêntrico no cultural e teológico. A partir do processo de libertação, a busca do Jesus histórico se faz a partir de quem está à margem. Busca-se compreender Jesus a partir da situação dos que não são considerados pelo sistema

então, prefeito da Congregação para Doutrina da Fé-CDF, Cardeal William Joseph Levada, confronta algumas afirmações de Sobrino. São seis proposições feitas: 1) os pressupostos metodológicos, 2) a divindade de Jesus Cristo, 3) a Encarnação do Filho de Deus, 4) a relação entre Jesus Cristo e o Reino de Deus, 5) a autoconsciência de Jesus Cristo e 6) o valor salvífico da sua morte.

Para Jon Sobrino, os pobres deste mundo são lugar teológico, é uma realidade substancial para cristologia (1994, p. 49). “Para justificar esta opção, a cristologia pode invocar *a priori* a relação entre Jesus e os pobres e sua presença neles, tal como aparece no NT” (1994, p. 49). E mais, para Sobrino, os pobres iluminam toda a realidade. Afirma que “a “irrupção do pobre” é o fato principal, “sinal dos tempos”, presença de Deus e de seu Cristo” (1994, p. 49).

Por outro lado, a notificação da Congregação para a Doutrina da Fé afirma que “O lugar eclesial da Cristologia não pode ser a “Igreja dos pobres”, mas a fé apostólica transmitida pela Igreja a todas as gerações” (2006, s/p.). Para a CDF não partir desse pressuposto apostólico, pode correr o sério risco de desvirtuar os conteúdos fundamentais da fé.

À medida que o ponto de partida de Jon Sobrino é o Jesus histórico, entra em cena uma discussão sobre a divindade de Jesus, a autoconsciência de Jesus, sua relação com o Pai como Filho. Para Jon Sobrino, “Jesus não dá pé para afirmar que ele se compreendesse a si mesmo como Messias” (2000, p. 219). Se ao longo dos textos bíblicos não se tem clareza disso, não será possível afirmar com certeza se, realmente, se compreendia como Messias. Essa é a conclusão de Sobrino, mas para a CDF, as diversas afirmações do Jon Sobrino, tendem a diminuir o alcance das passagens do Novo Testamento que afirmam a divindade de Jesus.

Imaginar um Jesus com consciência de sua divindade, dispondo da clarividência e onisciência divinas e, ao mesmo tempo, gozando da “visão beatífica” do presépio até a cruz pode ser uma dedução lógica de uma cristologia que não leva em consideração a exegese: Beira o grotesco é

dominante” (2007, p. 146). Em tese, a compreensão europeia não pode ser paradigmática para o fazer teologia. Vigil diz ainda que na América Latina e no Caribe, “devemos buscar o Jesus histórico a partir dos pobres, dos oprimidos, dos excluídos, dos indígenas, dos afro-americanos, dos camponeses e das populações suburbanas submetidas à pobreza extrema. Essa busca do Jesus histórico a partir dos pobres exerce e exercerá uma tensão sobre toda a teologia. A opção pelos pobres toma-se a chave hermenêutica da reflexão teológica, na medida em que o pobre-excluído toma-se o valor universal, exatamente porque nele temos o critério escatológico de salvação ou perdição. A opção pelos pobres significa, em última instância, uma opção pelo Deus do Reino que Jesus nos anuncia” (VIGIL, 2007, p. 137-138).

desumano e isso não está afirmado no Novo Testamento, tampouco no Evangelho mais próximo à linguagem mitológica da *gnosis*, como a de João. Negar a fé a Jesus opõe-se não somente ao texto explícito de Hb 12,2, mas também a tantas passagens do Novo Testamento onde essa é a primeira condição que ele pede aos seus ouvintes e discípulos, bem como aos beneficiários dos “milagres” de Deus (VIGIL, 2007, 151).

Para Jon Sobrino (2000, p. 211), a humanidade de Jesus é em si reveladora, é mediadora da salvação, sem precisar acréscimos a essa natureza. A vida de Jesus, com toda sua ação manifestando misericórdia, fidelidade, entrega total e solidariedade com os pobres reais é sinal real de sua relação com Deus, a partir de sua humanidade. Essa forma de ver a divindade de Jesus não é aceita pela Igreja tradicional. É como se estivesse diminuindo a pessoa de Jesus em sua relação com Deus. Ora, para Sobrino, Jesus é revelação enquanto humano, *sarx*, Deus se tornou *sarx*, ou seja, é a realidade histórica de Jesus, que está marcada pela fraqueza, pelo frágil, e isso se confirma na cruz (SOBRINO, 2000, p. 298).

O que se pode concluir aqui sobre a notificação é que o ponto de partida optado pelo teólogo o leva a olhar Jesus sempre a partir de sua humanidade e sua relação com os pobres, sem jamais desconsiderar sua divindade revelada em sua humanidade. Se a teologia tradicional parte de cima, do revelado, Jon Sobrino compreende que tudo se revela a partir da realidade marcada pela vida dos pobres.

2.1.2 Lugar Teológico

Até o momento tem-se feito o esforço de compreender que o pobre é em sua natureza, um lugar teológico. Por lugar teológico, entende-se, a partir de Jon Sobrino, o ver no mundo dos pobres a revelação de Deus, portanto, lugar do fazer teologia.

É bem verdade que isso não é tão comum dentro da reflexão teológica, seja na Cristologia, na Eclesiologia ou qualquer outro campo do fazer teológico. Os pobres nem sempre entram nas fontes da teologia⁷. Por isso, os teólogos da

⁷ Aqui trago uma reflexão do Teólogo Aquino Junior, quando ele busca definir o conceito de lugar teológico. “Melchor Cano, baseando-se nos Tópicos de Aristóteles, compreende os “lugares teológicos” como os lugares de onde se tiram os argumentos teológicos: “Assim como Aristóteles propôs em seus Tópicos uns lugares comuns como sedes e sinais de argumentos, de onde se pudesse extrair toda argumentação para qualquer classe de disputa, de maneira análoga, nós propomos também certos lugares próprios da teologia como domicílios de todos os argumentos teológicos, de onde os teólogos podem sacar todos os seus argumentos ou para provar ou para refutar”. Ele estabelece dez “lugares teológicos”: autoridade da Sagrada Escritura, autoridade das

América Latina, de modo especial, aqueles que compreendem que a teologia precisa ser libertadora, buscam fazer teologia a partir do mundo sofrido dos pobres.

Se uma das grandes dificuldades será expressar metodologicamente como o mundo dos pobres é lugar teológico, diferenciando lugar e fonte da teologia, a teologia da libertação abre possibilidades para uma boa reflexão. A fonte deve ser entendida como *depósito da fé*, ou seja, aquilo que expressa o verdadeiro conteúdo da fé. Para Ellacuría e Jon Sobrino a compreensão de lugar teológico é para designar de onde se parte o horizonte, “o ponto de vista ou a perspectiva social em que o teólogo se situa e ler e interpretar as próprias ‘fontes’ da teologia” (AQUINO JUNIOR, 2010, p. 453).

A fonte como depósito, na verdade, não elimina o fato de o mundo dos pobres ser lugar teológico. As fontes serão sempre fontes, e necessárias para o fazer teologia. A grande novidade é que o lugar de buscar essa fonte pode ser, também, o mundo dos pobres. É isso que Ellacuría, segundo Aquino Junior traz.

Ellacuría distingue, ao menos metodologicamente, entre “lugar” e “fonte” da teologia. Por “fonte” da teologia, entende o “depósito da fé”, isto é, “aquilo que, de uma ou de outra forma, mantém os conteúdos da fé”. Por “lugar” da teologia, entende o a partir de onde (social) se tem acesso às “fontes” da fé e da teologia e o a partir de onde essas mesmas “fontes” dão mais ou menos de si (AQUINO JUNIOR, 2010, p. 452).

Aquino Júnior ao tratar do conceito do lugar teológico, sob a perspectiva do Ellacuría e Jon Sobrino, que distinguem as fontes e o lugar teológico, não porque sejam diversos, mas porque se completam perfeitamente, ajuda a teologia a dar um novo passo, e é fundamental, para o ser Igreja. Assim, é preciso deixar a teologia nascer das realidades concretas. O que os pobres oferecem para a teologia são as próprias fontes, a própria expressão de fé e presença do Cristo que sofre na cruz.

Na obra *Jesus o Libertador* (1994), Jon Sobrino é assertivo ao colocar não os textos, não as fontes isoladamente, mas uma realidade situada e histórica. É preciso, pois, ser capaz de manifestar a presença de Deus e perceber que o mundo dos pobres emerge como lugar real da manifestação do Deus que se crê no cristianismo. Por isso, afirma:

Tradições de Cristo e dos Apóstolos, autoridade da Igreja Católica, autoridade dos Concílios, autoridade da Igreja Romana, autoridade dos Santos Padres, autoridade dos Teólogos Escolásticos e dos Canonistas, Razão Natural, autoridade dos Filósofos e autoridade da História Humana” (2010, p. 451).

Para algumas cristologias o lugar teológico são textos, embora tenham de ser lidos num lugar físico e embora sejam levadas em conta as exigências novas da realidade, os sinais dos tempos em sentido histórico-pastoral. Para a cristologia latino-americana o lugar teológico é antes de tudo algo real, uma determinada realidade histórica na qual se crê que Deus e Cristo continuam fazendo-se presentes; são por isso lugar teológico mais que lugar teológico, e lugar de onde se podem reler mais adequadamente os textos do passado (SOBRINO, 1994, p. 48).

Sempre que se lê sobre o tema do lugar teológico, como realidade do mundo dos pobres em Jon Sobrino, tem-se sempre como consequência a preferência de Deus por uma realidade histórica, a saber, a dos pobres. E essa preferência é compreendida na própria releitura dos textos sagrados, nos quais Deus outrora falou ao seu povo, como na vida de Cristo que se fez pobre para salvar a todos. Por isso, o lugar teológico, é muito mais do que só um fazer teologia, mas uma possibilidade de, a partir da teologia presente nos pobres, acolher a Revelação de Deus que está presente ali, no sofrimento, na dor, na miséria, nos injustiçados. “Por lugar, se entende aqui antes de tudo, um *quid*, uma realidade substancial na qual a cristologia se deixa dar, afetar, questionar e iluminar” (SOBRINO, 1994, p. 49). Sobrino exemplifica isso do seguinte modo:

Nas palavras pastorais de Mons. Romero a camponeses aterrorizados depois de um massacre: “Vocês são a imagem do divino transpassado”. Estas afirmações podem ser discutidas teoricamente, mas o que agora nos interessa acentuar é que a cristologia latino-americana, menciona, de fato, a presença de Cristo na realidade presente, a descobre nos sinais dos tempos e os determina em sua acepção histórico-teológico (SOBRINO, 1994, p. 46).

A afirmativa é muito mais que elaboração teórica sobre argumentos da fé, como se faz a partir das Sagradas Escrituras, do Magistério, da Tradição, há um olhar penetrante a partir da realidade dos empobrecidos. O que o teólogo Jon Sobrino vem alertando e orientando é o horizonte que se deve ter, tendo em vista que é a partir do mundo dos pobres que a construção de um novo jeito de ser e fazer teologia acontece. Isso alguns teólogos latino-americanos vêm realizando com eficácia.

Sem a interpretação dos sinais dos tempos, que marcam a vida dos povos, sem assimilação da realidade histórica, é impossível uma teologia que toque a vida das pessoas, que seja capaz de levar os seres humanos a experiência real e profunda do transcendente. A teologia deve ser constitutiva da vida das pessoas, por isso, Jon Sobrino a vê como enraizada na vida dos pobres, pois quando vivida e

acolhida ali, é capaz, pois, de ajudar a reerguer o mundo, levando esperança e transformação.

2.1.3 O Mundo dos Pobres

Quando se volta o olhar para a missão de Jesus, compreende-se que o mundo dos pobres, como seu lugar de ser e de manifestar o Reino de Deus, revela as suas escolhas e convicções. De certa forma, impulsiona, também, a compreender que Jesus é inequivocamente a melhor referência para uma autocompreensão eclesiológica autêntica e melhor referência para entender o porquê dos pobres como lugar teológico.

Aliás, não é demasiado afirmar que a cristologia é fundamental para uma autêntica eclesiologia. O fato é que a eclesiologia tem sua origem, seu valor, na missão de Jesus que é confiada aos seus discípulos, como atesta Mt 28,16-20; Mc 16,15; Lc 24,47-49 e Jo 20,21-23. É o próprio Jesus que envia os seus discípulos para testemunharem tudo aquilo que d'Ele viram e ouviram. Jesus é o fundamento, portanto, da eclesiologia e toda esta eclesiologia precisa ser compreendida a partir da realidade dos empobrecidos, porque Cristo se encarnou ali.

É nítido que não é pertinente fazer uma eclesiologia fora de Jesus e, menos ainda, que não seja a partir do lugar teológico do pobre, conseqüentemente, inserido no do mundo dos pobres⁸. Sendo assim, pensar o pobre como lugar teológico implica, necessariamente, compreender as orientações de Jesus como a missão da própria Igreja, uma vez que se a Igreja é Igreja de Jesus, a sua missão não é outra senão a missão de Jesus. Nesse sentido, é preciso compreender que o mundo dos pobres como lugar de Deus abre para toda a Igreja um caminho de esperança. Este mundo tem muito a oferecer à comunidade eclesial, posto que os pobres põem em movimento toda caminhada da Igreja rumo ao Reino de Deus.

Exatamente por serem pobres oferecem uma diferença para a fé dos que não o são, de modo que na Igreja não pode haver simples adição de fés

⁸ O mundo dos pobres compreende o lugar conseqüente de vida daqueles que são empobrecidos. Será comum a expressão “lugar teológico” e “mundos dos pobres” não expressando o mesmo sentido para o texto, mas como continuidade do pensamento. Não existe os pobres sem um lugar, tempo e contexto. Esse lugar é o mundo dos pobres, conseqüentemente, também é u lugar teológico, pois ali se encontram os pobres.

individuais, mas complementação; dito com mais precisão, solidariedade, tolerar-se mutuamente na fé, acolher a fé dos pobres e oferecer a própria fé. Por outro lado, e a nível de conteúdo, devido ao fato de os pobres serem os destinatários privilegiados da missão de Jesus, eles levantam as perguntas fundamentais para a fé e com força de comover e pôr em movimento toda uma comunidade no processo de “aprender a aprender” o que Cristo é. Por serem privilegiados de Deus e pela diferença que há com a fé dos que não são os pobres, os pobres questionam dentro da comunidade a fé cristológica e lhe oferecem sua direção fundamental (SOBRINO, 1994, p. 53).

Jon Sobrino compreendeu profundamente a realidade dos pobres. Entendeu que sem eles a Igreja ficava estagnada no tempo, falando de coisas que não transformariam as estruturas, sem ser capaz de tirar as pessoas da morte para a vida. Os pobres põem a Igreja em movimento, não movimento temporal ou espacial, mas movimento de horizontes e sentido de ser, como sendo o movimento libertador e renovador para as pessoas, porque o mundo dos pobres, faz a Igreja encarar os questionamentos e perceber Jesus muitas vezes indignado e chamando à conversão. Se os pobres questionam, movimentam, logo são constitutivos da identidade da comunidade cristã.

O mundo dos pobres tocou profundamente Jesus de Nazaré, por ser Ele um pobre também. Por essa razão, Jesus deixou-se contagiar por eles, e isso o fez compreender a imagem de Deus que também é pobre. Jesus vai compreender Deus a partir da história de relação de Deus com o povo, são vidas entrelaçadas, em perfeita comunhão. Jesus não anuncia um Reino isolado, sem acolher a voz de Deus que o coloca numa realidade histórica, porque é nessa realidade que ele vai perceber como Deus, ao longo da história, colocou-se ao lado dos excluídos, dos marginalizados. Desse modo, o mundo dos pobres fará Jesus amadurecer e acolher o Projeto de Deus como o único possível para a humanidade ser realmente transformada a partir do amor. Para Jon Sobrino,

A experiência de Deus que Jesus tem só se pode compreender tendo como pano de fundo o reino de Deus e da história do próprio Jesus em relação a esse reino. Deus vai se manifestando na dupla realidade de “amor” e de “maior”. Para Jesus, Deus é inequivocamente um Deus a favor dos homens. Mas esse “a favor de” tem também uma história que vai se desenvolvendo e se concretizando. Significa salvação plenificante libertação do pecado histórico; significa que Deus faz justiça não tanto vindicativa, mas criativamente; significa que Deus é “parcial” e está diretamente a favor daqueles que não tem ninguém a seu favor, e que a salvação dos poderosos só pode ser conquistada através de sua conversão aos oprimidos. Jesus também vai concretizado que Deus é maior em sua própria pessoa, através de sua própria história e da conflitividade dessa história. Deus é para Jesus, pessoalmente, o pai amoroso, a quem ele chama com inusitada confiança ‘abba’, confiança que chega a seu ápice na

agonia do horto, onde essa confiança está livre de um otimismo ideologizado e é confiança provada (SOBRINO, 1981, p. 35).

A comunidade pobre é um lugar, pode-se dizer de maior profundidade da experiência de Deus, já que o contato com o desprezível é capaz de fazer encontrar o valor supremo da vida. Quando Jesus de Nazaré presencia esse povo sofrido, sente que por trás existe toda uma cultura de desprezo e abandono. Dessa maneira, compreende-se o amor do Pai, pois ele chega até os pobres para revelar que Deus se faz história n'Ele mesmo para salvá-los, dizendo que não estão sozinhos. “Na Igreja dos pobres, enfim, Jesus se faz presente e essa Igreja é seu corpo na história” (SOBRINO, 1994, p. 53). A presença de Jesus é a presença de Deus, é a ação libertadora e salvífica de Deus na história. Por isso, Jon Sobrino (1994, p. 53) afirma: “Mas não é corpo de qualquer forma e sim enquanto oferece a Cristo aquela esperança e práxis libertadora e aquele sofrimento que podem torná-lo presente como ressuscitado e como crucificado”.

Um fato importante para entender a presença de Jesus no mundo dos pobres, é exatamente a inutilidade dessas pessoas. Deus se aproxima para dar vida, tirando-os do nada para o tudo n'Ele. À medida que a pesquisa avança vai ficando claro que não existem pobres porque o mundo é feito de ricos e pobres, mas porque existe uma estrutura social que os fabricam.

Isso implica que nunca haverá o interesse real pela superação da pobreza por parte de nenhuma estrutura da sociedade. É possível dizer que, só em Jesus de Nazaré se vive e se revela o desejo de Deus de salvar os pobres e, a partir das convicções geradas na experiência com Jesus, no próprio Reino de Deus, alguém se importará com os pobres. Por conseguinte, a comunidade eclesial, imitadora de Jesus, é fundamental na transformação da vida dos empobrecidos.

Aprendemos que os pobres deste mundo não interessam praticamente a ninguém, que não interessam aos povos que vivem na abundância e que, certamente, não interessam aos que têm algum tipo de poder. Por isso acho que os pobres podem ser definidos também desta forma: pobres são os que têm contra si todos os poderes deste mundo. Tem contra si, certamente, as oligarquias e empresas multinacionais, as forças armadas e praticamente todos os governos. Mas os partidos políticos, as universidades e até as igrejas também não se preocupam muitos com eles, com as notáveis exceções de Igrejas como a de Monsenhor Romero ou de universidades com a de Inácio de Ellacuría. E se os pobres não interessam como indivíduos dentro de seus países, tampouco interessam como povos no conceito de nações. Portanto, para dizer de maneira suave, o Terceiro Mundo não interessa ao Primeiro Mundo; e, tal como mostra a história,

interessa-lhe sobretudo poder depredá-lo para sua própria abundância (SOBRINO, 2020, p. 17).

Jon Sobrino, como todos os teólogos latino-americanos que se colocam na teologia, a partir dos pobres, não erra quando desperta para a realidade dos pobres. Pelo contrário, ajuda a humanidade e, principalmente, aos teólogos, a fazerem agora uma teologia sem esquecer o mundo dos empobrecidos. Os teólogos latino-americanos ajudarão, cada vez mais, a Igreja a mergulhar, sem medo, no mundo dos preferidos de Deus e a amá-los como irmãos e irmãs, e isso só é possível pela experiência de fé.

Para o autor, a realidade dos pobres ilumina a fé e a purifica, levando-a assim a transformação. “A teologia latino-americana está mais interessada em libertar a realidade de sua miséria, pois foi isso que obscureceu o sentido da sua fé” (SOBRINO, 1982, p. 30). Os pobres vão purificando a própria estrutura eclesial. Para Jon Sobrino, a tarefa da teologia “não é tanto reconciliar o significado da fé em presença da miséria da realidade, mas a de transformar esta última e assim recuperar plenamente o significado da fé [...] trata-se de uma nova práxis surgida de uma nova fé” (1982, p. 30). A Igreja vai assumindo sua missão de discípula de Jesus de Nazaré, à medida que não perde de vista esses pobres.

Nesse sentido, ser Igreja é antes de tudo, uma vocação, um chamado de Deus, onde “Ser discípulo de Jesus se baseia na vocação que provém de Jesus” (SCHILLEBEECKX, 2008, p. 213). Se é pretensão, como Igreja, assumir a vocação de Jesus, tem-se que encarnar em si a sua vida. É forte esta expressão de assumir a vocação de Jesus, mas é condição para o discipulado, dado que a Igreja é chamada a ser reflexo da vontade de Jesus.

A preocupação fundamental de Jesus é o Reino de Deus que vem, e que chama o povo à conversão. O que Jesus busca é reunir seu povo, o povo de Deus que é Israel, em torno de uma nova perspectiva do reino de Deus, para que volte a ser fielmente o verdadeiro povo de Deus (SCHILLEBEECKX, 2008, p. 213).

Reunir, congregar o povo de Deus, conduzi-los à salvação, convidar à conversão é, acima de tudo, pedir para retomar um caminho, refazer-se. Segundo Is 1,4, Israel se desvirtuou dos caminhos do Senhor. Jesus, por sua vez, tem em si, a vontade e o plano de apresentar ao povo o Reino Deus como proposta autêntica e real para fazê-lo viver fiel à vontade Deus. A imagem de Israel é necessária para a Igreja hoje, pois mesmo que Israel tenha se desvirtuado, Deus, ainda assim, os

quer. Deus para tornar visível, presente o seu Reino, se encarna, se faz história. Claro que Israel não estava identificado com o Reino de Deus, pois vivia na injustiça e explorava os pobres, com vistas à mudança, Deus em Jesus se encarna para apresentar uma proposta de vida, a vida do reino.

Se o sentido da atividade missionária de Jesus é a condução ao plano transcendente do povo (com os pobres privilegiados) para Deus, a eclesiologia será o lugar da visibilidade desta ação de Deus manifestada em Jesus, por isso, o Reino se faz na história, no meio dos pobres. Jesus quer salvar apresentando uma proposta de vida para o aqui e o agora, uma vida segundo o Reino no curso da história. Porém, somente uma vivência autêntica e profética do Reino, torna possível a transcendência, pois atinge diretamente a realidade dos empobrecidos. Quanto mais penetra em seu mundo, mais se encontra o plano de Deus se realizando.

Quando Jesus assume a historicidade de Deus no mundo, por meio de sua encarnação, vem e encontra um povo fora do plano de Deus, ou seja, fora de sua aliança, não é algo somente negativo ou mau. Contudo, é preciso entender que a partir desta realidade, marcada pelo sofrimento e injustiça na qual se encontra o povo, Deus se manifestará e, em Jesus, restitui sua aliança. Ora, é a própria misericórdia de Deus que se revela na missão de Jesus. Se os chefes das nações e os poderosos da religião de Israel estavam oprimindo, massacrando, excluindo os pobres, agora Deus quer que dentro do plano salvífico, todos (inclusive os pobres, aliás, preferencialmente os pobres) sejam reunidos no seu único povo.

A revelação de Deus é, então, re-ação ao sofrimento que alguns seres humanos infligem a outros: o sofrimento das vítimas. A esta re-ação demos o nome de 'misericórdia', que não se deve entender como mero sentimento, e que deve ser historicizada segundo a vítima (VELASCO, 1995, p. 26).

Deus se faz história para historicizar sua bondade infinita, sua misericórdia. A partir dos pobres e oprimidos, Deus se revela e apresenta seu Reino. Isso é fundamental para compreender o pobre como lugar teológico e compreender a eclesiologia. Assim, quando se fala que parte d'Ele, fala-se, exatamente, que suas raízes e essência vêm do Nazareno. Desse modo, constitui-se uma Igreja a partir de Jesus à medida que se encarna no meio dos povos sofridos a misericórdia de Deus. Por isso, o pobre é sim um lugar teológico, pois é a partir deles que Deus vem e se faz história, através de Jesus de Nazaré e quem O segue vai se parecendo com Ele.

Parecer-se com Jesus é reproduzir a estrutura de sua vida. Segundo os evangelhos, isto significa *encarnar-se* e chegar a ser carne real na história real. Significa *levar a cabo uma missão*, anunciar a boa notícia do Reino de Deus, iniciá-lo com sinais de todo tipo e denunciar a espantosa realidade de antirreino. Significa *carregar o pecado do mundo*, sem ficar somente olhando-o de fora – pecado que continua mostrando sua maior força no fato de causar morte a milhões de seres humanos. Significa, finalmente, *ressuscitar*, tendo e dando aos outros vida, esperança e alegria (SOBRINO, 2020, p. 35-36).

As palavras de Jon Sobrino são expressivas e determinantes. Pode-se dizer que *encarnar-se* é sentir e tocar a carne sofrida do povo; *levar a cabo uma missão*, fazer um caminho de discipulado mesmo que seja desafiante; *carregar o pecado do mundo*, entrar sem medo na realidade de pecado, de injustiça; *ressuscitar*, afinal é pra isso que a Igreja está presente no mundo, para ressuscitar as pessoas das realidades de mortes.

2.2 O LUGAR TEOLÓGICO E O ENFRENTAMENTO SOCIAL E RELIGIOSO

2.2.1 Jesus Quebra os Esquemas de Seu Tempo

O anúncio do Reino de Deus, tendo como elemento constitutivo os pobres, gera um mal-estar entre a pessoa de Jesus de Nazaré e a estrutura estabelecida em Israel pelo Templo e o Império, porque “Jesus é o profeta escatológico que atua contra a apostasia escatológica de Israel. Pois ele convoca Israel, decisivamente, para a conversão definitiva” (SCHILLEBEECKX, 2008, p. 270). A conversão definitiva fala do Reino, por isso, Jesus de Nazaré pede ao povo que se converta e diz que o Reino de Deus já chegou, é preciso se converter e viver para ele. A conversão, por sua vez, implica mudança de mentalidade e de atitudes.

A comunidade seguidora de Jesus de Nazaré não poderia continuar a reproduzir os mesmos esquemas, as mesmas atrocidades cometidas pelo Templo e pelo Império, a saber: a exploração dos mais pobres, o castigo do pecado, as injustiças sociais que tanto geram empobrecidos. A comunidade de Jesus precisava ser um sinal diferente no meio do povo, ser um sinal de transformação. As bem-aventuranças, em Mt 5,1-12, ajudam a entender como ser esse sinal de transformação numa sociedade marcada pela opressão e desprezo aos pobres. Por essa razão, a proposta de Jesus rompe com as estruturas políticas e religiosas mantenedoras desse mundo injusto.

Nisso fica evidente que a proposta, por exemplo, das bem-aventuranças constitua um enfrentamento às estruturas e a lógica do seu tempo. Eis a razão da não acolhida da proposta de Jesus pelo mundo. Como imaginar que é feliz quem é pobre? Onde está a felicidade do pobre? Como ser perseguido e, ao mesmo tempo, ser feliz por causa da justiça? Felicidade e justiça combinam, mas como conciliar felicidade e perseguição?

A verdade é que, quando se entende o estar no meio dos pobres, dos marginalizados, dos injustiçados, dos perseguidos do Reino de Deus, e se compreende igualmente a realidade deles como lugar teológico, e, portanto, a Revelação, a presença e a fala de Deus em Jesus, encontra-se a fonte de uma felicidade que naturalmente não é compatível com a ideia de felicidade do mundo dos poderosos e opressores. Além disso, a experiência com a pessoa de Jesus e com a sua parcialidade deve gerar na comunidade dos discípulos uma alegria verdadeira que supera e faz suportar todas as exigências do Reino. Com isso, é possível romper com as estruturas, gerando em cada discípulo uma alegria que dá sentido à vida. Por essa razão,

Quando se analisa a estrutura das bem-aventuranças percebe-se que a felicidade da qual elas falam não é produzida pelo esforço dos pobres, dos que choram, dos não violentos, dos famintos, dos sedentos de justiça, dos misericordiosos, dos puros de coração, dos que trabalham pela paz. Não são eles que geram a felicidade. A felicidade 'acontece' nestas pessoas porque elas têm Deus como Rei e Senhor de suas vidas. Elas são proclamadas felizes porque recebem seu consolo, porque são saciadas por Ele, porque gozam de sua misericórdia e de sua ternura, porque são seus filhos. A felicidade, pois, provém de Deus (PAGOLA, 2016, p. 22).

A proposta das bem-aventuranças leva, em última instância, a comunidade a ter consciência de que precisa romper com as estruturas opressoras. É, portanto, uma exigência para que o Reino aconteça. Jesus não suporta as estruturas de poder opressor, por isso vai chamar o rei Herodes de raposa (Lc 13,31), e denunciar os escribas e fariseus como sepulcros caiados (Mt 23,27). Assim, condena ao fracasso uma religião que não mais falava de Deus, mas vendia a imagem de Deus. "Sois semelhantes a sepulcros caiados, que por fora parecem belos, mas por dentro estão cheios de ossos de mortos e de toda podridão" (Mt 23,27).

À margem de um sistema político e religioso hipócrita, gerador de injustiça, miséria, fome e exclusão, estava a multidão de pobres, de pessoas que almejavam a vinda de um libertador, que os tirasse da situação de vergonha em que viviam.

Jesus é o libertador que veio tirar Israel de toda essa opressão. Por isso, não podia estar ligado à estrutura social e, muito menos, às estruturas religiosas. Bem se sabe que a religião é a ponte entre Deus e o seu povo, mas o judaísmo estava mergulhado em uma desordem, na qual, Deus não se manifestava como um Deus dos pobres, em favor da vida, mas apenas para legitimar as leis da religião. Diante de tudo, Jesus toma partido, o partido dos pobres. Ser do lado deles se torna a condição, o medo expresso de enfrentamento contra as estruturas da sua época e, ao mesmo tempo, o modo de concretizar, fazer emergir o Reino de Deus.

Jesus se coloca fora do sistema, do esquema religioso e social do seu povo, e por isso mesmo, se põe ao lado das multidões que aguentavam o peso de uma religião alienada e do poder opressor do império. Isto implicava para Jesus tomar, desde o começo, o partido de uma classe de gente, contra outras classes, como a única possível forma de se dirigir verdadeiramente a todos na perspectiva do reino (VELASCO, 1995, p. 26).

Quando Jesus se coloca ao lado dos pobres, não o faz às escondidas, ou de forma passiva, mas proclama a todos e age como tal. O ato de chamar para perto de si, outros, formando assim uma comunidade, (não outra religião, mas comunidade que pudesse pôr em prática os valores do reino), implica apresentar sua vida como modelo a ser seguido a partir daquele momento. Em outras palavras, é possível um modo de vida alternativo à vida das grandes cidades moldadas a partir das leis do Império e do legalismo estéril da religião mosaica.

Com efeito, esse modo de vida é diferente, exigente, radical, visto que para viver a proposta do reino alternativo de Jesus, é preciso, por exemplo, deixar tudo, inclusive renunciar a si mesmo (Lc 9,23). O deixar tudo é critério para fazer-se pobre e, conseqüentemente, para ser discípulo de Jesus. O grupo de Jesus não é uma nova estrutura social, uma nova forma de religião em Israel, mas a autenticidade da concretude do Reino Deus no agora da história. “Jesus ‘não pretende reformar a sociedade do seu tempo [...] Seu projeto não é reformista, mas de mudança radical dos fundamentos da sociedade, um novo modelo de sociedade’” (VELASCO, 1995, p. 38). Daí a exigência para deixar tudo leva naturalmente a outro critério para pertencer ao grupo de Jesus, a saber, o testemunho da pobreza com a própria vida.

Para pertencer ao grupo de Jesus é preciso ser pobre, ou tornar-se pobre. Os chamados ‘relatos da vocação’ dos primeiros discípulos o confirmam de uma maneira radical (Mt 4,20.22; Mc 1,18.20; Lc 5,11.28), e o episódio do jovem rico parece indicar expressamente a impossibilidade de fazer parte do grupo de Jesus sem tornar-se pobre (Mc 10,17s) (VELASCO, 1995, p. 31).

Ora, se a comunidade formada pelo modelo de Jesus não vive a pobreza, está longe de ser discípula. Por isso, deduz-se que uma autêntica autocompreensão eclesial precisa ser decididamente identificada com Jesus, sua práxis e sua parcialidade. Uma Igreja que foge da pobreza é porque esqueceu o convite de Jesus ao homem rico (Mc 10, 21-22) que fica triste ao escutar a exigência de Jesus de vender tudo e dar aos pobres. Essa, por sua vez, é condição indispensável à Igreja de Jesus.

Essa característica/condição de pertença ao grupo de Jesus desperta a indisposição da parte da religião e do Império, porque ser pobre como modo de vida provoca nos grandes, o medo. O fato é que esse novo modo de vida, quebra um entendimento teológico vigente há séculos no qual a riqueza é sinal da graça. Jesus ameaça a perpetuação das formas de opressão e exclusão causadas pelo poder religioso e político da época. Aí reside um dos motivos de tanta perseguição a Jesus e ao seu grupo, visto que a vida e as palavras de Jesus constituem uma denúncia clara aos grandes do seu tempo.

A compreensão, a intimidade e a convicção de Jesus em seu Deus eram tão fortes e intensas que fez d'Ele um defensor dos pobres, um homem que não aceitava seguir a lei na qual não havia vida. Por essa razão, Jesus faz oposição de forma clara aos que usavam a lei para oprimir os pobres, marginalizados. Isso se torna um referencial para que a comunidade não tenha dúvida de que será essa, também, a sua missão como discípula de Jesus. Para tanto, toda a comunidade precisa perceber e acolher os sinais dos tempos. O indigente que precisa que seja feita justiça se torna o lugar dessa relação com Deus, o pobre que está desempregado, nu, com fome, injustiçado etc., é o lugar no qual Deus se faz presente.

Para Jesus, Deus continua sendo o “último”, mas, porque é amor e não um fim em si mesmo, o correto acesso a Deus é impossível sem corresponder a essa realidade de amor. Se Deus é para os homens, não pode haver culto a deus, não pode haver “sábado” sem ser para os homens. Esta é a revolução teológica preparada no AT e pregada por Jesus. Deus já não é aquele a quem se serve através do culto e da observância do sábado. O serviço não se dirige mais a Deus, como uma realidade em si mesma. O correto serviço a Deus é serviço ao homem, ao homem em sua necessidade. Esta é a digna observância do sábado, este é o verdadeiro culto a Deus. O verdadeiro culto a Deus, segundo Jesus, não meramente pode ser, mas tem que ser o serviço ao homem (SOBRINO, 1981, p. 28-29).

Por isso, Jesus quebra todos os esquemas, porque não se sujeitou as teorias da lei, mas aplicou a lei a partir da realidade dos injustiçados e empobrecidos, logo, a quebra dos esquemas partiu do amor que moveu Jesus. Quebrar os esquemas não é tornar-se rebelde, mas ter a capacidade de olhar a realidade com os olhos de Deus e percebê-Lo presente ali.

2.2.2 Rejeição a Jesus de Nazaré e ao Reino de Deus

A partir dos Evangelhos, constata-se que o confronto de Jesus com as estruturas religiosas e políticas, gera também uma grande recusa à mensagem de Jesus por parte dos poderosos, como também por parte de muitos pobres que não entraram na dinâmica do Reino. É notório que Jesus foi rejeitado por todos aqueles que não queriam viver os valores do Reino, porque para a Lei de Israel, Jesus não poderia ter tomado atitudes tão revolucionárias, ao ponto de afrontar a religião. Jesus rejeita a interpretação aramaico-farisaica da Lei, bem como, a piedade arbitrária dos saduceus. A solidariedade com os impuros, publicanos e os pecadores, era inaceitável para a religiosidade oficial. Nesse sentido, Jesus era um revoltado, um contra a Lei (SCHILLEBEECKX, 2008, p. 290).

Jesus se torna um fora da lei, alguém que não respeita o sagrado por diversas atitudes, por sentar à mesa com os pecadores (Mt 9,10-13; Mc 2,15-17), caminhar com mulheres (Lc 8,1-3), curar em dia de sábado (Lc 14,1-6), perdoar os pecados. Todas essas práticas de Jesus, ao apresentar o reino, colocam o amor como fundamento de tudo, não a lei. Ora, as atitudes de Jesus provocavam, porque, na verdade, eram grandes denúncias a um sistema religioso condenativo. A imagem do samaritano expressa bem essa realidade. Segundo Jon Sobrino, Jesus mostra que a Igreja precisa ser samaritana, mesmo que não seja compreendida pelos homens.

Os que praticam a misericórdia não desejada pelos “salteadores” são hoje chamados de tudo. Na América Latina são chamados – sejam ou não – “subversivos”, “comunistas”, “liberacionistas”... e até são mortos por isso. A igreja da misericórdia deve, portanto, estar disposta a perder a fama no mundo da antimisericórdia; deve estar disposta a ser “boa”, mesmo que por isso a chamem de “samaritana” (SOBRINO, 2020, p. 55).

Não se encontra em Jesus condenações, mesmo se estava o povo mergulhado em pecado, segundo a lei judaica. A expressão de acolhida aos pobres denuncia a falência da religião estruturada em Israel.

A mensagem de Jesus é Boa Nova, é Evangelho, mas é para os pobres. Para os ricos, a mensagem de Jesus é uma ameaça. Se o Reino de Deus se faz acontecer, os privilégios, a manipulação, as massas deveriam acabar. Isso é assustador aos olhos dos poderosos. Sem sombra de dúvida, a comunidade de Israel deveria ser a nação luz para os povos, sinal da aliança de Deus com a humanidade, mas a ambição, o desejo de poder desvirtuou a comunidade israelita; diante de tudo isso, Jesus deve ser o restaurador da aliança.

A não acolhida a Jesus representa o fracasso da tradição religiosa judaica. Não aceitaram o reino, a luz foi rejeitada. Os evangelhos trazem uma parábola para expressar essa realidade, a dos vinhateiros que matam o filho do patrão para ficar com a herança (Mc 12,1-12; // Lc 20,14-15). Os homens se sentem donos da religião e não mais como servos do Reino, instrumentos para que a revelação de Deus acontecesse na humanidade.

Israel, representado pelos seus chefes religiosos, não aceita que Deus é para os pobres e pecadores, não aceita que Deus possa sentar à mesa com os pecadores. Para Israel, Jesus não apresenta nenhuma Boa Notícia, apenas desinstala, amedronta e ameaça o que a religião sempre pregou. Para os grupos religiosos, e para o poder do Império, não há evangelho em Jesus.

o reino de Deus é uma boa notícia, um evangelho, e, como tal, 'pertence *unicamente aos pobres*'. Para os ricos, pelo contrário, é uma má notícia, como se se vê nas maldições de Lucas (Lc 6,24), porque 'é mais fácil um camelo passar pelo fundo da agulha do que um rico entrar no Reino de Deus' (Mc 10,25) (VELASCO, 1995, p. 34).

A convicção de Jesus a respeito do Reino não o deixa amedrontado pela rejeição à sua proposta. Pelo contrário, sempre foi sinal de fidelidade à vontade do Pai, posto que Jesus tinha consciência que enfrentaria perseguições e não engana a comunidade dos seus seguidores. É sempre claro com seus discípulos para que acolham a perseguição como consequência do amor ao reino, como se pode constatar em Mt 5,1-12 e Lc 9,23. A perseguição está no horizonte da Igreja. Ela, por sua vez, assume como tarefa realizar tal como fez Jesus a vontade Pai.

Assim sendo, somente uma comunidade que faz a experiência de Jesus de Nazaré, como Filho de Deus Pai, e assume a sua missão como sua tarefa é capaz de aceitar com resignação o rebaixamento, a humilhação, a calúnia e, se preciso for, derramar o próprio sangue para que o Reino aconteça. O fato é que da mesma forma que Jesus não é acolhido, nenhum que pregue o reino a partir dos pobres, como fez Jesus, será acolhido.

Opor-se tão radicalmente à ordem deste mundo, pôr-se do lado dos oprimidos e marginalizados numa sociedade que não suporta que eles deixem de sê-lo, e lutar frontalmente contra as causas desta situação é algo que não se pode fazer impunemente, e o grupo deve saber o que o espera (VELASCO, 1995, p. 37).

É pertinente evidenciar que o Filho de Deus não teve privilégios, não foi elevado às honras no Templo, nem foi tido como herói. Para Israel, foi um malfeitor, um falso profeta, pois enganava o povo com a promessa de um Reino para os pobres. Por essa razão, não é estranho que a Igreja de Jesus compartilhe, igualmente, em muitas situações e circunstâncias, essa experiência de rejeição, apatia e indiferença.

Certamente, o grande desafio para a Igreja é aceitar não ter honras, mas a perseguição. Uma Igreja aos pés de Jesus é uma Igreja das margens, excluída e, muitas vezes, morta pelos poderes religiosos e políticos deste mundo. Desse modo, quando se propõe a pensar uma eclesiologia a partir de Jesus, faz-se necessário acolher, como condição do seguimento, todas as adversidades possíveis pelo caminho. Como Igreja só é possível ser de Jesus se existe identificação com todas as opções, vontades e sentimentos d'Ele.

2.2.3 Reino de Deus e os Pobres

É bem certo que acolher Jesus de Nazaré como aquele que anuncia a Boa Nova e instaura o Reino de Deus, é acolher a rejeição dos poderosos, e assumir as consequências do rompimento com as estruturas mortificadoras das grandes massas de empobrecidos na história. Para Jon Sobrino, não é simples pôr em palavras o conceito de *Reino de Deus*, pois está amplamente relacionado com o mistério da revelação. Por isso, não se pode fugir da realidade da vida justa para todos, porque a relação de Jesus com os marginalizados é o caminho mais concreto

para compreensão do Reino de Deus. Jon Sobrino diz que é o caminho mais frutuoso, pois, “o conteúdo concreto do Reino surge de seu ministério e atividade, considerados como um todo” (SOBRINO, 1985, p. 208).

O termo Reino poderia muito bem remeter à ideia do reinado do Império Romano, por ser um sistema opressor. Jesus fala do reino, mas transforma seu significado, dando novo sentido e amor. Os pobres agora olham para o Reino não mais como um peso, mas como uma esperança de libertação e de vida digna. É novo, mas é transformador. O rei, na verdade, não é um senhor somente todo poderoso, o Onipotente, mas é um Pai que acolhe e diz que todos são filhos.

Jesus fala claramente que o Reino tem direção, não fala de forma abstrata e vaga, mas aponta, direciona para um grupo específico: os pobres. Para Paulo o Reino de Deus não é comida nem bebida, mas é justiça, paz e alegria no Espírito Santo (Rm 14,17). Jesus anuncia aos pobres, conforme é apresentado em Lc, 4,18 e Mt 11,15, e com isso fica estabelecido uma relação inseparável entre anúncio do Reino e a realidade dos pobres (SOBRINO, 1985, p. 208). É preciso, pois, entender essa dimensão dos pobres, como os destinatários, que não passa pela exclusão dos justos e dos não-pobres, mas é direcionar para os que não tem vida, é colocar em predileção os que estão sofrendo. Deus é assim, escuta o clamor e não abandona.

Neste caso, o reino de Deus não será um símbolo universal e esperança utópica, intercambiável com qualquer outra utopia, mas será concretamente a esperança dos grupos de homens que sofrem sob um tipo de opressão material e social. A boa notícia será então, em primeiro lugar e diretamente, o que hoje se denomina libertação, que encontra seu paralelismo bíblico mais na linha profética do que na concepção apocalíptica da história universal (SOBRINO, 1985, p. 208-209).

É importante ressaltar que falar desse Reino dado aos pobres, não é uma espiritualização dos pobres, mas é uma espiritualidade como estilo de vida. Para não correr o risco de perder a dimensão histórico-libertadora, Jon Sobrino afirma: “convém recordar que os destinatários do reino são aqueles que estão mais privados de vida e em seus níveis mais elementares” (SOBRINO, 1985, p. 209). Nessa perspectiva, o Reino é libertação real para os que não esperavam mais nenhuma libertação, os cansados, os abatidos. Para estes, o anúncio de Jesus de Nazaré, a boa notícia, “é então o fato de trazer vida àqueles aos quais foi secularmente negada” (SOBRINO, 1985, p. 209).

O Reino de Deus, dado na história, não pode ser confundido com a mentalidade do reino deste mundo. Nos Evangelhos, acontece uma discussão sobre quem é maior e a resposta de Jesus é clara: “Sabeis que os governadores das nações as dominam e os grandes as tiranizam. Entre vós não deverá ser assim” (Mt 20,25). A mentalidade do Reino de Deus convida a um empobrecimento justo e libertador. “Aquele que quiser tornar-se grande entre vós seja aquele que serve, e o que quiser ser o primeiro entre vós, seja o vosso servo” (Mt 18,1-4; 20,27; Mc 9,35; Lc 9,48). É fundamental entender que a dinâmica do Reino não espera a vida futura, logo, se concretiza de forma real aqui, visto que a construção do Reino de Deus acontece com a participação dos que aderiram ao convite do Mestre e Senhor. Por essa razão, ficar esperando o Reino futuro, faz com que o presente seja de morte e de pecado.

É no presente que acontece o Reino de Deus e é neste tempo que deve acontecer a conversão. O presente é o único tempo disponível, o tempo fecundo, capaz de gerar o futuro. Se hoje não houver conversão, também amanhã não haverá Reino de Deus. O futuro só é salvação para quem aprende que agora, hoje, é a oportunidade, o único tempo para uma decisão e uma busca empenhada, sem ilusão (DENARDI, 2006, p. 67-68).

Jesus apresenta uma lógica invertida do Reino, não como pensam os governos que oprimem e matam, mas como verdadeiro serviço, doação, a partir dos pobres. E isso Jon Sobrino vai dizer que é promoção da vida justa. Ainda que não esgote o conceito de reino, já se aproxima da realidade de Jesus e de tudo que Ele anunciou desde a Galileia até o ápice da cruz.

A “*vida*”, diz Sobrino (1994, p. 196), é exatamente porque se encontra a dimensão utópica do Reino. “O ladrão vem só para matar, roubar e destruir. Eu vim para que tenham a vida e a tenham em abundância” (Jo, 10,10). Jesus se coloca como aquele que dá a própria vida pelas ovelhas, e dará de forma crível na cruz. A dimensão “justa” leva à compreensão da vida para aqueles que não a tinham, pois oferecer a vida será o caráter sempre libertador (SOBRINO, 1994, p. 196). E isso, perpassa todo o percurso histórico-bíblico.

Jon Sobrino não faz reducionismo do Reino, mas o torna dizível e possível de ser experimentado na vida. Por isso, insiste nessa compreensão, pois vê na realidade do terceiro mundo, como a pobreza está relacionada com a morte, como são íntimas. Os pobres vão morrendo lentamente pela opressão das forças esmagadoras do reinado deste mundo, e muitos são violentamente mortos. Colocar,

pois, a vida como expressão do Reino de Deus, num Deus que assume a dor, a morte dos empobrecidos é dizer que com a chegada deste Reino, a morte vai sendo vencida.

É a própria criação de Deus que se firma na história. Para Jon Sobrino (1994, p. 197), “o reino de Deus é o escatológico, paradoxalmente, sendo o protológico, o ideal “mínimo” de Deus expresso em sua criação”. Só com o caminho da justiça será possível concretizar esta vida. Para isso, é preciso fraternidade, diálogo, enfrentamento e dignidade para que os pobres participem do que é deles por princípio.

A “vida justa” relaciona o conceito sistemático de reino de Deus. Como conceito evangélico. É a boa-notícia para milhões de seres humanos, é o que leva a pôr sinais do reino e o que leva à denúncia do anti-reino. Acrescentamos que propiciar a vida é hoje também o que continua causando conflito, perseguição e morte. Tudo isso faz com que hoje se possa formular com sentido que o reino de Deus é a vida justa dos pobres (SOBRINO, 1994, p. 197).

Para Jon Sobrino, toda vida está aberta a um “mais”. Por isso, a compreensão do Reino como vida justa para os pobres, leva também a olhar a vida dos pobres como realidade de transcendência que passa pela realidade transcendente do Reino de Deus. Nesse sentido, a vida expressa o ideal utópico do Reino, ou seja, o mais sublime, mais almejado é a vida em Deus. Segundo Jon Sobrino, essa realidade transcendente do reino, é não só teologal, mas se faz concretamente na história.

O Reino, como realidade histórico-transcendente, Jon Sobrino (1994, p. 1997) chama de “fenomenologia do pão” como o grande símbolo da vida. O pão é a própria superação da morte, porque saciar os famintos é oferecer alimento a quem tem fome. Nisso, abre-se uma reflexão-ação capaz de transformar a sociedade. Não é à toa que Jon Sobrino quer olhar a dimensão histórica do Reino a partir do pão. Ele crê não ser possível chegar à realidade teologal sem que a vida, hoje, esteja sendo cuidada e preservada em sua dignidade. O pão precisa chegar a todas as mesas, como o ideal apresentado At, 2,45, quando ninguém passava necessidade.

O pão repartido é a visibilidade do Reino no hoje da história. Sem sombra de dúvidas, o fato de que não haja pão para todos, revela uma realidade injusta que mostra que o Reino ainda não é real. Por isso, o pão deve ser buscado, conquistado e repartido entre todos como realização ética do Reino de Deus. Para Jon Sobrino (1994, p. 198), “o pão conseguido e partilhado por alguns converte-se

imediatamente em pergunta pelo pão para todos, outros grupos e outras comunidades, definitivamente, o pão para todo um povo”.

A indignação deve acompanhar todo homem que luta pelo Reino de Deus. Como diz Jon Sobrino (1994, p. 198), a falta de pão deve gerar muitas perguntas sobre o porquê da falta, e sem dúvida, surge, assim, tantas outras dimensões do Reino de Deus, seja política, social, religiosa, e leva a pensar quais metodologias devem ser aprofundadas para superar a falta de pão.

Todo homem que se deixa envolver pela realidade do Reino de Deus, a partir do pão, será um homem que sempre olha a possibilidade do “mais”, do transcendente. Jon Sobrino (1994, p. 1998) afirma que é preciso “misericórdia para que as entranhas se remexam diante dos sem-pão, coragem para lutar por ele, fortaleza para manter-se nos conflitos e perseguições, verdade para analisar as causas de não haver pão”. Portanto, o pão é gerador de vida em todas as dimensões do ser humano, porque “o pão mobiliza, então, todas as forças do espírito humano e o confronta, sobretudo, com a pergunta se é ou não capaz de amar, se é capaz ou não do maior amor” (SOBRINO, 1994, p. 1998). Dessa forma, o pão será o instrumento capaz de gerar entrega, generosidade, solidariedade, justiça, até mesmo, “maior amor da entrega da vida” (SOBRINO, 1994, p. 1998).

A busca pelo Reino de Deus, na transcendência histórica, olhando para o pão como fonte geradora de vida, vai sempre gerar no ser humano perguntas sobre as causas e as possibilidades. Por isso, para Jon Sobrino (1994, p. 1998), “esta fenomenologia do ‘mais’ que há no pão, seja qual for a fortuna de sua descrição, só pretende mostrar como a ‘vida’ se desdobra sempre num ‘mais’”

A boa-notícia do pão leva a agradecer ao Deus que o fez ou pode levar a perguntar porque permite que não haja pão e que não seja repartido. Leva a seguir Jesus que multiplicou pães para saciar a fome ou pode levar a perguntar por que a história mata homens como ele. Pode levar a perguntar se há algo além de pão, se há um pão da palavra, necessário e boa-notícia, inclusive quando não há pão material, se é verdade que no final da história haverá pão para todos e se vale a pena trabalhar na história por ele pois muitas vezes a escuridão permeia tudo, se a esperança de haver pão é mais sábia que a resignação (SOBRINO, 1994, p. 1998).

O Reino de Deus é radicalmente a superação da morte. Porém, percebe-se a morte naqueles que “ainda têm vida” (fome, miséria, violência, exploração). É preciso erradicar essa morte, a morte de quem está vivo. Isso é transcendência, é o

“mais” do pão, que não é só pão em si, mas uma experiência do amor de Deus pelos pobres.

Na dimensão da transcendência histórica, o Reino de Deus é concreto no pão que sempre leva ao “mais”. É importante ressaltar que Jon Sobrino também coloca a dimensão da transcendência teologal do Reino de Deus. Na verdade, elas são unificadas. Jon Sobrino quer proteger o Reino de Deus das críticas que podem surgir. A dimensão da transcendência teologal, introduzida no mistério Deus, referenda que o Reino está inserido no plano salvífico de Deus para todo homem.

Quanto ao “conteúdo” de Deus, teologicamente pode chamar Deus de Deus da vida, porém é preciso, especificar que essa vida é a dos pobres, de todas as vítimas, que o próprio Jesus revelara durante a missão no meio dos povos sofridos da Galileia, na sua relação com o Pai, e como Ele fala de Deus em suas parábolas. Jesus expressa que Deus é sim o Deus da vida, porque veio para que todos os pobres tenham vida em abundância (SOBRINO, 1994, p. 200).

“O reino de Deus, aquele que é preciso construir, está, portanto, em correlação com aqueles que estão mais privados da vida. E por isso, para conseguir uma noção operativa do conceito do reino de Deus, será necessário adotar óptica dos sem vida, sem poder, sem dignidade, e não pretender que fora desta óptica já se sabe mais e melhor o que é o reino. Dessa forma a noção de reino não se verá paralisada pelo universalismo abstrato de seu conteúdo ou pela imposição precipitada da reserva escatológica sobre ele. Os pobres, os pecadores, os desprezados representam o lugar necessário, embora não suficiente sob todos os aspectos” (SOBRINO, 1985, p. 209).

Deus se revela para que os pobres vivam, encontrem esperança e libertação, porque Deus se revela humano. “A partir da inumanidade flagrante a que estão submetidos os pobres se manifesta a humanidade de Deus em forma de abaixamento amoroso, de ternura, de alegria quando os pobres deixam de ser pobres” (SOBRINO, 1994, p. 200). Assim sendo, é possível perceber que Deus é muito distinto do que é pensado, e que a teologia só pode conhecer, aprofundar o mistério de Deus se é capaz de brotar dos pobres, não porque são maiores, mas porque Deus está, necessariamente, lá nos pobres.

Jon Sobrino (1994, p. 200) afirma: “No tocante ao ‘mistério’ de Deus, a vida justa dos pobres nos introduz eficazmente num Deus distinto do pensado, pois a razão de o reino ser para os pobres é simplesmente porque Deus é assim”. Só se compreende que Deus é parcial se for possível pensar num Deus que é tão bom! Para Jon Sobrino (1994, p. 200), o jeito de Deus ser “não é o pensado nem o

pensável pela razão natural e muito menos pela razão pecaminosa”. Essa novidade de Deus, que é a parcialidade do Reino, se converte em mediação histórica do que, em Deus, há de novidade e impensabilidade.

É uma forma poderosa de afirmar o mistério de Deus, de deixar Deus ser Deus. Deus é assim, tão bom (SOBRINO, 1994, p. 200). Deus é simplesmente, bom, é o Deus dos pobres. Por isso, não cabe na lógica do homem. Muito menos Deus será submetido a qualquer realidade do antirreino, ou melhor, que seja de não dar vida aos pobres. Pode-se forçar outra compreensão de Deus, o que não seria o verdadeiro Deus revelado em Jesus de Nazaré. Deus maior sempre se faz o Deus menor, que é considerado um escândalo, portanto, Deus não poderia morrer.

Mas esse Deus menor é definitivamente, um Deus maior, é a utopia que, a partir do futuro, continua dando esperança e animando sempre a construir o reino da vida justa para os pobres. Enquanto princípio utópico, esse Deus continua dando início a realidades boas para os pobres, na história e contra a história: esperança, luta pela justiça e trabalho pela paz, a eficácia e a gratuidade, a ação e a contemplação, a prática e o espírito... E na medida em que tudo isto for realidade é que se reconhece a Deus como presente em seu reino e que o reino é caminhar para Deus, até que todos os principados – o anti-reino – sejam vencidos e Deus seja tudo em todos: o reino definitivo de Deus (SOBRINO, 1994, 201).

A acolhida ao Reino seja na dimensão da transcendência histórica seja na dimensão da transcendência teológica, só será verdadeira se colocar, realmente, os pobres como aqueles que são os destinatários da boa notícia. Não há Reino de Deus sem vida justa, sem paz, sem fraternidade, sem superação das estruturas de mortes. A relação de vida digna para todos é fundamental. Esse Reino de Deus “é a alteridade última de Jesus; enquanto ‘reino’ aponta para o amor real e histórico, como forma de ser, amor no qual se dá a comunhão do indivíduo com os outros homens e destes com a sua origem e seu próprio” (SOBRINO, 1981, p. 35).

A “vida justa” para todos os povos é a realização histórica e teológica de Deus que se faz presente, liberta e salva. Falar do Reino de Deus é falar do pão para todos, justiça, dignidade, trabalho pela paz, vida de pureza, mistério de Deus, vida eterna. E sempre compreender que ainda é “mais”.

2.3 A PARCIALIDADE DE DEUS PELOS POBRES

Comumente se usa a expressão de que “Deus é de todos”, e não resta dúvida de que Deus ama o homem em sua totalidade e ama a todos. Jon Sobrino, partindo

da realidade do mundo dos pobres, coloca a opção por eles como uma realidade essencial que identifica Deus e Jesus. Ele afirma que optar pelos pobres a partir de Deus é uma atitude estranha ao pensamento teológico do mundo grego, não somente pelo fato de ser pelos pobres, mas a necessidade de uma “opção” é que coloca muitas reflexões contrárias (SOBRINO, 2000, p. 363).

Deus é parcial, é um Deus que tem um lado. Isso precisa ser afirmado para que a salvação, realmente, possa ser para todos. Então, pode compreender essa parcialidade de Deus à medida que se compreende sua revelação ao longo da história, e de forma plena na pessoa de Jesus de Nazaré. Ainda, é possível compreender a parcialidade de Deus a partir das realidades de desesperanças, nas quais o coração de Deus se volta totalmente para os pobres. É certo que o mundo dos pobres, desperta a todos para a parcialidade.

A realidade calcada pela desesperança e pela falta de justiça torna-se “lugar” da revelação da “parcialidade de Deus e de Cristo,... do anti-reino contra o qual é preciso anunciar o reino; do seguimento de Jesus; das bem-aventuranças e da presença de Cristo nos pobres...”; inclusive a mudança de percepção da imagem do Cristo alienante para o Cristo Libertador, dá-se ocasionado por esta imagem, ou seja, pela imagem do Cristo libertador (DENARDI, 2006, p. 49).

Deus reage ao sofrimento do povo. Pode-se contestar que isso não implica parcialidade, mas sim, implica, porque quando escuta o sofrimento, o lamento do povo (Ex 3,7-10), ele se abaixa e atende seu povo. E de que forma? Enviando um libertador, Moisés (Ex 3,16-20). Para Jon Sobrino (2020, p. 37), essa ação de Deus é ato que está na sua origem, o desejo de libertar e salvar. E não é tanto a forma como Deus vai realizar essa ação, mas a motivação para agir. Por isso, tratar da parcialidade de Deus é entender que o clamor dos pobres impulsiona a ação: “Deus escuta os clamores de um povo sofredor e só por este motivo se decide a empreender a ação libertadora” (SOBRINO, 2020, p. 37-38). A libertação é consequência.

Deus envia um libertador e faz perceber que desde o início do povo de Deus, Ele sempre teve um lado, sempre teve clara sua posição: vida plena para todos, pois à medida que a injustiça se instala, ele sente em si a necessidade de fazer justiça. À medida que essa vida é roubada, Deus se posiciona, porque se existe a opressão, a pobreza, existe o que oprime e o que torna pobre. Porque Deus não pactua com a injustiça, Ele é parcial. Para Jon Sobrino, Deus é em essência amor, por isso, se

enche de misericórdia pelos pobres. Mas, Deus que se revela como amor não pode ser concebido a partir de um amor abstrato e intemporal, é antes de tudo, um amor que se manifesta na própria vida dos povos, na história. “Por isso, aparece desde o início como um amor ‘parcial’. Por isso, se dirige aos que não detêm o poder – aqueles que supõem que deus é poder – mas aos sem poder” (SOBRINO, 1981, p. 29).

A revelação de Deus, a partir dos oprimidos, é a expressão da sua misericórdia que quer livrar seus filhos do sofrimento. Nessa vida massacrada, oprimida, Deus se revela, porque a opressão do povo não é a ocasião ou o porquê da manifestação, mas ela expressa a bondade infinita, revela quem é Deus em sua misericórdia e em sua vontade de salvar seu povo massacrado e roubado do direito à vida digna.

O fundamental, todavia, é que essa ação de Deus é uma re-ação. Não se trata de que Deus tenha decidido manifestar-se simplesmente, nem que tenha usado a opressão de um povo como *ocasião* para sua manifestação. Isto supõe algo prévio diante do que Deus reage. E esse prévio é a aflição, os clamores, os sofrimentos, a opressão de um povo, com tudo aquilo que Deus está relacionado de maneira transcendente, não ocasional (SOBRINO, 2020, p. 132).

Jesus, imbuído da experiência de Deus, não hesita em assumir para si a parcialidade do Pai. Essa posição de Jesus não o classifica dentro dos esquemas humanos, nos quais, muitas vezes o torna um rei severo, mas compreende a sua manifestação como obra de salvação. Por isso, “Jesus percebe, pela sua singular experiência de Deus, que Deus está *em outro lugar* bem diferente daquele em que os homens, espontaneamente, tendem a colocá-lo” (VELASCO, 1995, p. 28). Em Jesus, se vê um Deus totalmente diferente daquele concebido pelo templo e suas liturgias.

Jesus apresenta o Deus que ama os pobres e se faz pobre também. Isso é escândalo, é destruidor para o Templo e para as hierarquias. Um Deus pobre, do lado dos pobres, totalmente parcial. Que Deus é esse? Ademais, assumir essa perspectiva significa afirmar que Jesus, manifestado como Filho de Deus, apresenta um movimento totalmente revolucionário.

Segundo Jon Sobrino (1994, p. 23), “a bondade de Deus se concretiza em Deus estar a favor da vida dos pobres, amar com ternura, os privados da vida. Identificar-se com vítimas deste mundo”. Quem se identifica se impõe, e é isso que

Deus faz, assume sem medo o mundo das vítimas. Por isso, é certo dizer que no meio dos moradores de rua, lá está Deus identificado; no meio dos catadores de lixo, Deus está identificado, nos pais e mães de família, lá está Deus identificado; nas crianças abandonadas, lá está Deus identificado; nos injustiçados, explorados, escravizados e em qualquer pessoa que tenha sido empobrecida lá está Deus totalmente identificado, assumindo suas dores e vida em sua totalidade. É preciso crer neste Deus bom e neste Deus parcial (SOBRINO, 1994, p. 23).

É revolucionário porque exige o rompimento de uma mentalidade criada e imposta sobre a figura de Deus (SOBRINO, 1994, p. 23). Embora, a partir de Jesus não seja concebido ver Deus como Senhor dos Exércitos, um Deus vingativo, um rei severo, ou até mesmo a imagem do todo poderoso que ainda se usa, e acima de tudo, que sempre se escuta como sendo um Deus universal. De fato, é universal, mas o é a partir da realidade parcial.

A imagem apresentada por Jesus é revolucionária, é desmistificada das tradições. Segundo Alberto Maggi (2013, p. 60), Deus é segundo a imagem do homem, ou seja, os poderosos deste mundo fizeram Deus à sua imagem e semelhança, não o homem a imagem e semelhança de Deus. Em oposição a essa imagem, o teólogo Velasco, afirma que o movimento conduzido por Jesus de Nazaré é radicalmente, “uma revolução de Deus, que revoluciona por primeiro as imagens que dele nós, os homens, forjamos, em nome das quais se cometeram os maiores atropelos da história humana” (VELASCO, 1995, p. 28). Por isso, os poderosos deste mundo não podem tirar também dos pobres a única esperança: Deus. Os grandes deste mundo não podem se sentir donos de Deus, mas ao contrário, como afirma Jon Sobrino: “Se alguém nesse mundo pode dizer que Deus é “nosso” só os pobres e as vítimas deste mundo podem dizê-lo diretamente” (SOBRINO, 1994, p. 23).

É preciso estar nesta radicalidade da parcialidade de Deus para assumir o Reino, sem fugir a verdadeira imagem de Deus, porque é a forma de estar presente. “O estar de Jesus na realidade das coisas foi um estar parcial, junto ao mais clamoroso de sua realidade, a miséria dos pobres e pecadores e a exigência da superação dessa miséria” (SOBRINO, 1985, p. 99).

A partir dessa parcialidade Jesus compreendeu a totalidade da realidade como negação do reino Deus e exigência desse reino, embora este se aproxime em graça. Seu estar na realidade das coisas foi um ser fiel às

próprias exigências éticas dessa realidade, que o levou à ativa defesa dos pobres e à denúncia e desmascaramento dos poderosos. Seu estar na realidade das coisas foi uma prática de pregação, curas, exorcismos etc., tendentes objetivamente à sua transformação. Foi, por último sofrer a realidade das coisas em sua própria perseguição e morte, e gozar a realidade das coisas quando o reino se aproximava e era conhecido pelos pequenos (SOBRINO, 1985, p. 99).

Assim, não se pode usar a imagem de Deus para justificar as atitudes, as ações, em vista de benefício próprio. Contudo, é preciso que a imagem de Deus pobre seja acolhida. A experiência de Deus, manifestada em Jesus, deve gerar uma comunidade livre para viver o evangelho. Ora, “o Deus que se manifesta em Jesus não incute medo” (MAGGI, 2013, p. 69). Mas, lança para a liberdade, para qual foi criado, como se vê em Gl 5,1.

Jesus não está só. “O decisivo aqui é que Deus fica ao lado de Jesus, e contra seus representantes oficiais que o mataram por causa da subversão que resultava do movimento por ele desencadeado” (VELASCO, 1995, p. 45). Os homens e as mulheres que se colocam ao lado dos pobres hoje, também, não estão sozinhos. Os pobres, principalmente, não estão sozinhos. O Deus que, desde o princípio, estava do seu lado é o mesmo Deus em nome de quem Jesus anunciou a boa nova aos pobres, que morreu na cruz e ressuscitado inaugurou a Igreja dos pobres. A parcialidade de Deus é fruto do seu amor, por isso é infinita, não se esgota. O homem e a mulher deste tempo precisam perceber essa presença amorosa. “Eis a questão: um condenado à morte pelos representantes de Deus é reivindicado pelo próprio Deus contra esses mesmos representantes” (VELASCO, 1995, p. 45). Aqui está a esperança daqueles que não tem ninguém por eles.

2.3.1 Os últimos das Galileias

Já se constata que dentro da proposta de Jesus de Nazaré, não cabem os paradigmas existentes, nem da religião, nem do poder dominador do tempo, muito menos do Império Romano. Jesus não se enquadra em tais paradigmas e, por isso, é rejeitado pelo Império. As motivações dos poderosos para o distanciamento e a rejeição de Jesus se dão por suas opções de vida.

É inevitável que “a vinda do reino comporta uma mudança radical da situação do povo. O decisivo nesse texto é assinalar ao lado de quem Jesus se coloca, de que lugar social parte o seu movimento” (VELASCO, 1995, p. 27). Nesse

contexto, os não lembrados, os castigados e oprimidos são os que recebem a primazia do anúncio do Reino. Ora, Jesus é radical e não permite que seus seguidores não correspondam a essa radicalidade. Tem que se colocar ao lado dos pobres, e acima de tudo, fazer-se pobre. Pois, “para entrar na dinâmica do movimento de Jesus é necessário fazer uma opção: *escolher ser pobre*” (VELASCO, 1995, p. 31).

É um escândalo ver Deus assim. Como é possível que o Deus todo poderoso seja tão frágil ao ponto de ser um com os pobres? Como pode Jesus ser o Messias e viver com pecadores? Como conceber Deus sem as verdades pregadas pela religião oficial no tempo? No entanto, “Jesus declara categoricamente que o reino de Deus é para os pobres” (PAGOLA, 2014, p. 130). E o bonito em Jesus é que Ele revela Deus e este é, exatamente, o escândalo: Jesus revela Deus como bondade, Deus com uma parcialidade clara de amor aos pobres.

E o grande sinal a captar, que é também o grande escândalo a superar, para se ter a chave do movimento de Jesus, é o seguinte: que o reino de Deus é uma *boa notícia para os pobres*. Este é o sinal de que estamos diante da grande bondade de Deus, de sua imensa misericórdia, e não diante do julgamento severo ou da cólera de Deus que pregava João (VELASCO, 1995, p. 27).

Quando se olha para Deus revelado em Jesus, fazer uma opção pelos últimos, torna-se uma exigência. Nesse sentido, a Igreja precisa ficar constrangida para fazer um caminho de volta aos pés de Jesus. A atitude dos poderosos do templo não pode ser a atitude dos que se dispõem a seguir Jesus e, menos ainda, dos que hoje presidem a Igreja de Jesus. Logo, a opção pelos pobres não confere uma posição de privilégio, não corresponde à mentalidade de serviço a uma classe por ser melhor do que outra.

Aliás, não é novidade que entre os pobres também existem pessoas de coração duro (Mt 18,23-33), que não sabem amar, não sabem perdoar. Em todo caso, colocar-se com os pobres, optar por eles é assumir na própria vida a parcialidade de Deus e, nela, o compromisso para que se realize a justiça. A opção pelos pobres é condição *sine qua non* para que o Reino aconteça. Afinal, como pensar o Reino de Deus num mundo cheio de injustiças? Como pensar o Reino de Deus num mundo em que impera a opressão e a exclusão? Essas realidades são incompatíveis com a lógica e a justiça de Deus, visto que Deus quer fazer valer, a

justiça, o direito, a bondade, a misericórdia, que todos vivam em comunhão, constituindo, assim, o seu reino, reino de justiça, de liberdade, de paz.

Não são as virtudes dos pobres que atraem Deus, mas sua miséria. O Deus de Jesus é atraído pela miséria dos pobres e, diante da miséria, revela-se compadecido, misericordioso. É só por amor. Não há lógica nessa opção aos olhos de nenhuma estrutura social, seja ela religiosa, política, cultural. Frente a essa atitude, Jesus muda a história com sua opção. Nisso, também Deus quebra a sua própria imagem criada pelos homens para oprimir.

Quem olharia para um povo pobre? Ninguém! Quem acolheria, na cultura judaica, um Filho que sujou a honra da família (Lc 15,11-32)? Ninguém! Deus sim, Deus amou e quis estabelecer a justiça. Por isso, os últimos da Galileia se tornam os preferidos da missão de Jesus. Como já afirmado, não por serem melhores, mas pela sua condição de exclusão, de miséria. O abraço do pai misericordioso expressa a infinidade do amor de Deus. A capacidade de acolher os pecadores quebra os preconceitos e paradigmas naturalizados, ao longo do tempo, e inaugura, por assim dizer, uma nova lógica, a lógica dos últimos serem os primeiros. Os últimos da Galileia são os primeiros na parcialidade de Deus e, conseqüentemente, destinatários do reino que Jesus veio anunciar.

Seguindo esse raciocínio, pode-se indagar: como os pobres não ficariam felizes com esse Deus? Jesus em sua pregação dirá que a felicidade consistirá na observância da vontade de Deus. As bem-aventuranças (Mt 5,1-13) são um convite a colocar a vida a serviço do reino, a partir da parcialidade de Deus.

Poderíamos dizer que a felicidade que Jesus oferece consiste nisto: “Felizes, benditos sois vós que exerceis a misericórdia, que tendes olhos limpos, que trabalhais pela paz, que tendes fome e sede de justiça, que sois perseguidos por causa dela, que sois pobre...” escandalosas, mas iluminadoras palavras. Jesus quer que os seres humanos sejam felizes, e o símbolo dessa felicidade consiste em estarmos juntos, na mesa partilhada. Mas enquanto não aparecer na história a grande mesa fraternal do Reino de Deus, é preciso exercer a misericórdia, e isso – diz Jesus – produz gozo, alegria, felicidade... (SOBRINO, 2020, p. 44).

É, então, nessa lógica dos últimos que uma verdadeira eclesiologia se configura com a práxis de Jesus. Longe de Jesus e dos pobres como revelação de Deus, será apenas mais um grupo organizado que utiliza o pobre para justificar sua atividade, mas que não se alimenta, nem fortalece a esperança dos últimos da

sociedade. São muitos os últimos do tempo atual de quem a Igreja precisa se colocar ao lado para caminhar juntos.

2.3.2 A Dignidade de Filhos aos Pobres, a partir de Jesus de Nazaré

Compreender a grandeza dessa posição de Jesus é se entranhar no amor de Deus pelos seus. O Reino precisa ser real no meio do povo, por isso, Jesus declara felizes os pobres (Lc 6,21), não porque um dia terão o Reino, mas porque no agora da vida e da história já é deles. Em contrapartida, ameaça os ricos que oprimiam e privavam os pobres de sua dignidade (Lc 6,24).

Ser pobre é uma condição de resistência, de luta, de grito pela libertação de todos os que vivem presos em estruturas de miséria, condenação, peso cultural, ideológico, dentre outros. Em todo caso, “opta-se por ser pobre para optar pelos pobres, pela libertação dos pobres que é uma exigência do Reino de Deus que vem” (VELASCO, 1995, p. 31). Deus quer libertar, quer oferecer seu Reino aos pobres, quer que os pobres O tenham como rei e pai. “A expressão ‘pai’, portanto, dirigida a Deus, declara desde o princípio qual é para Jesus o fundo ‘último’ da realidade, que não se deve buscar na beleza nem no poder, mas no amor. Por isso, se dirige a Deus como ‘pai’” (SOBRINO, 1981, p. 29).

Cabe aqui ressaltar que a imagem de rei que Deus utiliza é um Deus-rei-Pai. Por isso, quem quer segui-lo não pode deixar de lado essa opção de Deus. Se o grupo quer ter Deus como rei, precisa assumir a pobreza. “Somente nessas condições, o grupo pode ter *Deus por rei*. Escolher ser pobre é o primeiro passo que se deve dar para entrar na totalidade das promessas de Jesus. Não dar este passo é um impedimento para tudo o mais” (VELASCO, 1995, p. 31).

Ser pobre apenas por ser não é bom, não faz sentido. O ser pobre se torna uma obrigatoriedade para ser Igreja porque é condição necessária para ter Deus como soberano, como rei, como Pai. O ser/fazer-se pobre é o caminho para reconduzir todo o povo de volta à soberania do Deus, rei e Pai. Quando Israel estava longe, o caminho de volta passou, necessariamente, pela pobreza. Diante da pobreza, da miséria do povo, Deus lhes dá um caminho de libertação.

Sabe-se, pois, que tais posições de Jesus e, precisamente, de seus seguidores, devem provocar um desconforto, pois exige um desinstalar e um rompimento. Posto que, tornar-se pobre para fazer-se discípulo de Jesus, exigência

do seguimento, é sem dúvida, uma atitude revolucionária. Somente quem faz a experiência de caminhar com Jesus é capaz de compreender essa escolha.

O sentido da opção de Jesus pelos pobres está em gerar neles a dignidade de filhos. Como não ser uma atitude rebelde de Jesus? Revolucionária? Quem já pensou o leproso ser considerado digno do Reino? As prostitutas? Os cobradores de impostos, os camponeses, os coxos, cegos, os mendigos? Não! Nunca teriam a dignidade de filhos. A religião judaica considerou essas categorias de pessoas como castigadas por Deus por seus pecados ou de seus antepassados. A Boa Notícia anunciada e vivida por Jesus traz esperança aos povos sofridos do seu lugar. Jesus começa a mostrar que todos são filhos e filhas de Deus (SOBRINO, 2000, p. 329).

A história com Jesus é refeita. A dignidade não pode ser limitada, condicionada a alguns a partir de determinada lei do judaísmo. Ora, Jesus está convicto dessa sua parcialidade pelos pobres e desconcerta a todos. “Aqueles pobres camponeses da Galileia, estão vivendo um momento privilegiado: estão experimentando a salvação com a qual tanto haviam sonhado seus antepassados” (PAGOLA, 2014, p. 123). O que mais esperaram, o que mais foi prometido pelos profetas, agora se concretiza. A salvação se estendeu a todos. Os pobres se alegram porque agora eles se sentem parte do reino.

O que os pobres querem é ser libertos de tantos fardos, e “[...] O que preocupa a Deus é libertar as pessoas de tudo quanto as desumaniza e as faz sofrer” (PAGOLA, 2014, p. 124). Deus age a partir do sofrimento destes pobres. Se estavam em plena desumanização, agora, vivem a alegria do que é ser humanizados, respeitados, amados. Não é estranho achar que os próprios pobres ficaram impressionados, maravilhados com essa situação que chegava para eles. A promessa de seus antepassados se realizava, e agora eles podiam ver em seu mundo o amor de Deus. É essa mensagem nova que é Boa Nova.

Jon Sobrino (2000, p. 329) vê nessa fé que o povo agora vive a devolução da dignidade pessoal às pessoas que foram marginalizadas na história. O que aconteceu para que os pobres ficassem assim cheios de esperança? Deus amou-os! Eles, considerados pobres marginais da sociedade, foram tratados como filhos queridos de Deus que são dignos de amor. Nesse sentido, o anúncio de Jesus impacta desde o início, entusiasma todos por vida nova na Galileia. Certamente, os pobres, pela primeira vez, se sentiam filhos, dignos. A superação das injustiças, do pecado, será real quando todos os povos se sentirem dignos. Se a mensagem de

Jesus fez com que muitos pobres se sentissem amados, é preciso pensar, partindo da realidade, no caso, a América Latina, que muitos ainda precisam se sentir como se sentiram muitos pobres no tempo de Jesus: filhos.

Deus não suporta ver o homem sofrer, por isso quer restituir a ele o gozo, a alegria. O Reino de Deus chegou para todos os que estavam excluídos da possibilidade da experiência com Deus. Lá onde os enfermos eram tidos como castigados, onde os doentes eram vistos como endemoninhados, os leprosos castigados, onde os marginalizados eram tratados como não dignos do Templo, da religião e dos prestígios sociais, Jesus os perdoa por seu amor, porque o Reino está no meio deles e é Jesus com sua proposta de vida.

Quando todos os que são considerados pobres recebem a liberdade, eles são amados. A *práxis* do amor dota-os de liberdade e restitui neles a dignidade de filhos. E se são filhos, são dignos. A dignidade dá ao ser humano a capacidade de se levantar, de caminhar sem precisar ser um intruso no meio da comunidade, sem precisar se retirar de lugares privilegiados da sociedade, como o Templo. Talvez a melhor expressão para dizer que são tratados com a dignidade de filhos é que são livres. A liberdade é inteira, não é só dos lugares, mas a liberdade do ser para amar e ser amado. “O Reino de Deus abre caminhos lá onde os enfermos são resgatados do sofrimento, os endemoninhados se veem libertados de seu tormento e os pobres recuperam a dignidade” (PAGOLA, 2014, p. 125).

O relato lucano da cura do paraplégico (Lc 5,17-26) ajuda a entender a opção de Jesus que liberta o homem em sua totalidade, pois quando trazem um homem paraplégico em uma maca, e o colocam descido pelo teto, pois grande era a multidão ao redor de Jesus no meio de sala (Lc 5,19), Jesus faz algo extraordinário. A fé dos homens que o traz e a fé do próprio homem o fez perdoado de seus pecados (Lc 5,20). Na ação salvífica de Deus, a ação do homem é importante, é nossa resposta em favor de Deus.

Entretanto, a atitude de amor de Jesus ao perdoar aquele homem gera revolta nos representantes oficiais da religião. Esses, por sua vez, questionam a atitude de Jesus (Lc 5,21). A reação dos escribas e fariseus diante da ação de Jesus, expressa que eles não conseguem perceber em Jesus o poder de perdoar, porque não reconhecem que Jesus é Deus, e só Deus pode perdoar pecados. Não obstante, Jesus que já havia perdoado o homem paraplégico, inconformado com a dureza dos

chefes religiosos e, sobretudo, para lhes mostrar a infinitude do amor de Deus, ordena que o homem pegue a sua cama e volte para sua casa (Lc 5,24).

Ora, antes de mandar o homem levantar e ir para casa, a sua dignidade já tinha sido restituída. Deus já o tinha amado, pois, a ação de Deus é completa. Se todos olhavam para os doentes como aqueles que carregavam culpas de pecado, Jesus olha para o parálítico e o perdoa, quer apenas que ele seja livre das amarras de um sistema religioso que oprimia e colocava esse grande fardo em suas costas. A cura física é apenas sinal visível, não mais para o parálítico, mas para a comunidade incrédula que não fez a experiência do amor de Deus.

A ação de Deus junto aos pobres é integradora e total. Por isso, ao curar, Deus liberta, e aqueles que foram alcançados com a cura se sentem dignos e amados por Deus como filhos. É preciso que, assim como Jesus, a comunidade se liberte das leis que aprisionam para poder libertar as pessoas. Assim, fez o samaritano que socorreu o homem ferido na estrada (Lc 10,25-37), uma vez que não foram os homens religiosos que tanto pregavam o amor, mas um samaritano, um impuro diante da Lei de Israel.

O culto judeu já não correspondia aos anseios de uma comunidade que se encontra com o Deus criador, rei e pai, pois não fazia do Templo um lugar de oração. É preciso estar aberto a acolher o dom do Pai. A relação de Deus com Israel não era de Pai para filhos, pois a comunidade judaica com seus rituais vazios, como denunciou Amós (5,21-25), não chegava ao coração de Deus. Para Jesus será muito importante, na dinâmica do Reino, ter Deus como Pai. “É curioso observar como Jesus, que fala constantemente do ‘Reino de Deus’, não chama Deus de ‘rei’, mas de ‘pai’” (PAGOLA, 2014, p. 126).

O rei sempre foi a figura do Senhor. Era um Deus. Todos tinham medo, todos o obedeciam não por sua autoridade, mas pelo seu domínio opressor e autoritário. Na pedagogia de Jesus, encontra-se a desmistificação desse Deus/rei e encontra o Pai misericordioso, este rei que não quer ser chamado de rei, mas de Pai.

A doação da vida pelo Reino expressa a assimilação do amor do rei que é pai. O que vai caracterizar esse novo ideal de mundo vivido por Jesus e por seu grupo é o amor, isso se dá pela condição de filho. A dinâmica do reinado de Deus não faz nenhuma ligação com o reinado deste mundo. É decisivo ser filho como tal, sentir-se filho, querido, amado, e essa condição de filho permite dar o lugar ao outro. Nisso, constrói-se o Reino no qual todos são irmãos, de forma que a prática da

justiça, da fraternidade, da igualdade, da acolhida, da amizade, da comunhão e da paz se torna essencial no Reino de Deus Pai.

Deus não fez uso de seu poder como está formado na consciência humana, mas fez uso do seu amor, seu maior poder. “Deus é grande não porque tenha mais poder do que qualquer outro para destruir seus inimigos, mas porque sua compaixão é incondicional para com todos” (PAGOLA, 2014, p. 312). Deus amou sem medidas e encheu os pobres de esperança, comprometendo-os com seu Reino.

Jesus pensa em homens e mulheres que entrem na dinâmica do reino de Deus com um coração não violento, para enfrentar as injustiças de maneira responsável e valente, desmascarando a falta de humanidade contida em toda a sociedade que se constrói sobre a violência e vive indiferente ao sofrimento das vítimas. Estas são as autênticas testemunhas do reino de Deus no meio de um mundo injusto e violento. Não serão muitas. Serão apenas umas minorias capazes de agir como filhos e filhas do Deus da compaixão e da paz. Não parece que Jesus esteja pensando em grandes instituições. Seus seguidores serão ‘semente de mostarda’ ou pequeno punhado de ‘fermento’. Mas sua vida, quase sempre crucificada, será uma luz capaz de anunciar o mundo novo de Deus de maneira mais clara e digna de crédito (PAGOLA, 2014, p. 318).

Jesus vai convidando homens e mulheres, pessoas dispostas a se comprometerem com a construção do seu Reino, pessoas que olhem para o próximo e não sejam indiferentes. Aqui, não se deve preocupar com quantidade, mas com a qualidade de um grupo autêntico e fiel ao programa de Jesus de Nazaré.

Dessa forma, a preocupação de Jesus será a de fortalecer seu grupo para que seja, no mundo, um sinal de esperança. Nenhuma proposta de vida se consolida sem convicções. É preciso estar convicto das opções que se faz com a Igreja para o Reino de Deus, porque a eclesiologia ganha autenticidade na medida em que está enraizada, configurada com a vida e a *práxis* de Jesus de Nazaré.

Dado o exposto, justifica-se o fato de se permitir aprofundar tanto no projeto de Jesus. O fato é que não existe eclesiologia autêntica sem uma identificação com a *práxis* de Jesus, visto que Ele é referência absoluta para a eclesiologia. Somente por meio da identificação com Ele, com o seu projeto, a sua parcialidade, o seu Deus, é que a Igreja pode figurar no mundo como um sinal crível do Reino de Deus na esfera intra-histórica da humanidade.

Esse sinal crível, manifestado por Jesus de Nazaré, faz dos pobres dignos de todo o amor do Pai. Jon Sobrino diz que “segundo Jesus, Deus não quer proclamar nenhum direito para si a não ser o amor eficaz ao homem”. (SOBRINO, 1981, p. 30).

2.4 A MISERICÓRDIA COMO PRINCÍPIO

A compreensão do pobre, como lugar teológico, interpela a assumir essa realidade do mundo dos pobres como opção clara do Evangelho. É uma opção não de escolha dentro do seguimento a Jesus, mas é opção de seguir Jesus, a partir deles. Se essa realidade é bíblica e histórica, portanto, enraizada, deve-se ao longo do caminho de fé, entender o que motiva a olhar para os pobres e ver neles o lugar da fonte da teologia. Jon Sobrino fala do princípio da misericórdia como fundamento da ação de Deus.

Para ele, a misericórdia deve mudar o modo de pensamento do homem, mas, sobretudo, muda os “olhos para ver o que estivera diante de nós, sem vê-lo durante anos, e mudar o coração de pedra em coração de carne, quer dizer, deixando-nos mover pela compaixão e a misericórdia” (DENARDI, 2006, 46-47).

Ora, o princípio dessa opção da Igreja parte de Jesus que manifestou a misericórdia de Deus. Para Jon Sobrino, Jesus será definido pela misericórdia, bem como, sua missão. “A misericórdia não é a única coisa que Jesus exercita, mas é o que está em sua origem e o que configura toda a sua vida, sua missão e seu destino” (SOBRINO, 1994, p. 37). O que pensar da experiência da cruz, se não, tendo como princípio a misericórdia?

Elevar a princípio esta misericórdia pode parecer um mínimo, mas, segundo Jesus, sem ela não há humanidade nem divindade, e, com todos os mínimos, é um verdadeiro máximo. O importante é que este mínimo-máximo é o primeiro e o último: Não existe nada anterior à misericórdia para motivá-la, nem existe nada mais além dela para relativizá-la ou recusá-la (SOBRINO, 1994, p. 35).

A expressão mínimo-máximo que Jon Sobrino traz é totalizante da misericórdia. Deus não é, sem que ela seja tudo n'Ele. Toda ação libertadora-salvífica de Deus nasce das suas entranhas, do seu coração. A misericórdia fará Deus ser conhecido pelos homens na história, pois a revelação de Deus, é a visibilidade da sua misericórdia. O próprio teólogo Pagola (2012, p. 182) vai afirmar que “a misericórdia é a única reação verdadeiramente humana diante do sofrimento alheio que, uma vez interiorizada, se transforma em princípio de atuação e de ajuda solidária a quem sofre”.

Pode-se ver que a misericórdia define qual o lugar da Igreja. É, certamente, fora de si. Determinar qual é seu lugar é o problema fundamental para a Igreja. A

resposta formal é conhecida; seu lugar é o mundo, uma realidade logicamente exterior a ela mesma (SOBRINO, 2020, p. 47). A misericórdia deve levar a Igreja à experiência mais profunda de sentir o outro em sua totalidade, a partir do sofrimento.

O exercício da misericórdia é o que coloca a Igreja fora de si mesma e num lugar bem preciso: ali onde acontece o sofrimento humano, ali onde se escutam os clamores dos humanos... o lugar da igreja é o ferido no caminho – conhecida ou não, física ou geograficamente, este ferido com o mundo intraeclesial –; o lugar da Igreja é o “outro”, a alteridade mais radical do sofrimento alheio, sobretudo quando é em massa, cruel e injusto (SOBRINO, 2020, p. 47-48).

Os pobres devem ser a própria Igreja, enquanto corpo sofredor de Cristo, mas eles se estendem nas periferias do mundo. É, certamente, um processo difícil o de sair de si mesma, ainda que seja urgente e não opcional. O próprio indivíduo, para sair de si, precisa se desfazer de muitas coisas. É necessário pensar, como Igreja, uma descentralização de si mesma.

Por muito tempo, e ainda hoje, a Igreja é tentada aos privilégios, as honras, as convenções sociais. Quando se fala em descentrar para agir com misericórdia, fala-se de uma opção de pobreza e pelos pobres deste mundo. É preciso denunciar aqueles que poderiam oferecer os privilégios, é deixar de ser autorreferencial para colocar no centro os povos pobres e empobrecidos deste mundo. Pode ser até um processo doloroso, mas conhecendo Jesus e tudo que ele proclamou aos pobres, vivendo a experiência profunda da crucificação e da ressurreição se tornará o mais bonito e libertador processo do homem, bem como, da Igreja.

Quando a Igreja sai de si mesma para ir ao caminho no qual se encontram os feridos, então ela realmente se des-centraliza, e assim se assemelha em algo sumamente fundamental a Jesus, que não pregou a si mesmo, mas ofereceu aos pobres a esperança do Reino de Deus e sacudiu a todos. Em suma, o ferido no caminho é quem des-centra a Igreja, se converte no outro (e no radicalmente outro) para a Igreja. A re-ação da misericórdia é o que verifica se a Igreja se des-centralizou e em que medida se des-centrou (SOBRINO, 2020, p. 49).

A Igreja não voltará a pensar em viver sem este princípio da misericórdia depois que descobrir a beleza da libertação para os pobres. Pagola afirma que, “a misericórdia é o princípio fundamental da atuação de Deus e que configura toda a vida, a missão e o destino de Jesus” (2012, p. 183). Sendo princípio para Deus se torna para o homem da Igreja, também. Não se pode esquecer que o sofrimento do ser humano é sempre sentido por Deus e “diante do sofrimento, não há nada mais

importante do que a misericórdia. Ela é a primeira coisa e a última. O princípio ao qual se deve subordinar todo o resto. Também a Igreja” (PAGOLA, 2012, p. 183).

Jesus quer ensinar, mostrar a comunidade que não pode esquecer que neste princípio fundamental está a origem da vida cristã e a sua finalidade (SOBRINO, 1994, p. 36). O que não pode ser apenas obras de misericórdia, mas postura de vida, sensibilidade de coração para olhar o outro diante de sua miséria e sofrimento. “É um fundamental perante o sofrimento alheio, em virtude do qual se reage para erradicá-lo” (SOBRINO, 1994, p. 36).

O exercício da misericórdia define o próprio Deus, pois o compreende, agora, como primeiro e último, causa de toda reação de Deus. Isso também define o homem. Para Jon Sobrino, a misericórdia nem aparece como possibilidade ou característica do homem e da comunidade cristã. É origem e fim, mínimo-máximo, primeiro e último. “Portanto, esta misericórdia não é uma entre tantas outras muitas realidades humanas, mas a que define diretamente o homem” (SOBRINO, 1994, p. 34).

Não obstante, olhando para Jo 8,1-11, no famoso relato da mulher adúltera, também, encontra-se uma expressão de que o Reino de Deus, pautado no princípio da misericórdia, rompe com a legitimidade da religião estabelecida. Quando os homens trazem a mulher adúltera querendo, na verdade, pôr Jesus à prova (Jo 8,6), e colocam-na no meio, humilhando-a e expondo-a, esperam de Jesus uma condenação. Jesus não inicia estabelecendo um juízo, mas lança um desafio: “Quem dentre vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra” (Jo 8,7). Diante dessa pergunta, foram saindo, um a um, sem atirar nenhuma pedra.

O fato é que todos os acusadores eram pecadores. Além disso, como bem se sabe, numa cultura patriarcal, os homens são mais responsáveis pelo adultério que as mulheres (Jo 8,9). Uma vez que saíram, Jesus ficou sozinho com a mulher humilhada, e a ela “se dirige [...] com ternura e respeito [...] De seus lábios não sairá nenhuma condenação” (PAGOLA, 2013, p. 124). Olhou para mulher com amor e não a condenou. Apenas amou!

Sua atitude em relação à mulher não ilude o problema, não é um descompromisso. Jesus é o Filho de Deus, ele não é pecador, ele pronuncia o juízo; mas é um juízo feito de perdão e de convite à conversão. É verdadeiramente o juízo de Deus” (FABRIS, 2006, p. 363).

Jesus não apresenta uma lista de pecados, mas apresenta sua vida como doação para gerar vida naqueles que mais sofrem. Por isso, “o primeiro olhar de Jesus não se dirige ao pecado das pessoas, mas ao sofrimento que arruína suas vidas” (PAGOLA, 2012, p. 78). É uma nova perspectiva para os pobres que sempre foram condenados, humilhados e, em última instância, responsabilizados pela sua condição de pobreza e/ou miséria. Jesus inaugura o tempo de liberdade, graça, vida para os pobres (PAGOLA, 2012, p. 78). Por essa razão, entende-se que,

Só é possível viver e anunciar Jesus Cristo a partir da defesa dos últimos e da solidariedade com os excluídos. Se o que fazemos e proclamamos a partir da Igreja de Jesus não é captado como algo libertador pelos que mais sofrem, que Evangelho estamos proclamando? (PAGOLA, 2012, p. 81).

Se o Reino de Deus se impuser, como diz Pagola (2013, p. 81), os pobres serão felizes. O verdadeiro cristão deve estar assim como Jesus, ungido pelo espírito para anunciar a Boa Nova, a começar pelos pobres, falando da libertação e da vida para todos, apresentando a misericórdia como ação que configura a vida cristã.

Entretanto, convém ressaltar e insistir que “a misericórdia não é a única coisa que Jesus exercita, mas é o que está em sua origem e o que configura toda sua vida, sua missão e seu destino” (SOBRINO, 1994, p. 37). Nasce, portanto, da profunda experiência de intimidade de Jesus com o Pai. Em Jesus, muda-se a mentalidade sobre Deus, conhece-se de verdade a misericórdia como rosto de Deus e como ação que deve configurar a vida humana e a *práxis* da Igreja.

Olhar para a realidade atual, e compreender seus desafios, é conceber o princípio misericórdia como critério que deve nortear a *práxis* da comunidade de fé, como Igreja de Jesus, como resposta a essa realidade. De diversos modos o mundo ainda abriga muitos crucificados, resultantes das injustiças, desigualdades sociais, culturais, econômicas, políticas, etc.. Em todo caso, o princípio misericórdia torna-se um imperativo para que a Igreja figure, neste mundo, como uma Igreja identificada com a *práxis* de Jesus e, portanto, a Igreja de Jesus.

2.4.1 Igreja Samaritana e Misericordiosa: Teologia Descentralizada

A Igreja que tem como princípio a misericórdia, a tem, porque é samaritana, e aprendeu com o Deus dos pobres. É livre, despojada, doada, pobre. A parábola do

bom samaritano expressa essa imagem de Igreja, uma vez que ela coloca no centro a imagem da misericórdia.

Amar a Deus e ao próximo é condição mínima-máxima, única e essencial para ganhar a vida eterna. “Faze isso e viverás” (Lc 10,28). Quando o legista tenta se justificar, pergunta quem é seu próximo, então Jesus conta a parábola do bom samaritano. A parábola é conhecida por todos. Em Lc 10,25-37, Jesus expõe a falsa religião dos homens e convida a agir pela misericórdia ao se fazer próximos dos caídos pelo caminho. Um sacerdote e um levita passam, veem o homem caído, mas são indiferentes, e seguem viagem. Essa imagem pode ser de uma Igreja fria e indiferente à dor. Ora, “a falsa religião que eles praticavam tinha endurecido seus corações” (ARMELLINI, 2012, p. 323). Jesus, porém, não falava do Reino com indiferença.

Por isso, sua fala, nessa parábola, também é uma forte denúncia das estruturas religiosas que estavam mais preocupadas com os ritos, do que com a salvação dos pobres e sofredores. O sacerdote e o levita são os homens e as mulheres que não são capazes de sair de si, desviar o caminho, atrasar a viagem, para sentir a dor do próximo. Deus não suporta mais essa religião sem misericórdia: “Deus está farto do cheiro do incenso, dos cânticos, das intermináveis orações com as quais se pretende substituir o compromisso concreto em favor do órfão, da viúva, do oprimido” (ARMELLINI, 2012, p. 323).

Jesus chama a atenção para a realidade porque Deus está cansado de formalidades e ritos que nada significam. É preciso tocar a vida do homem, é preciso se deixar envolver pelos seus sofrimentos de forma intensa, sem medo, sem seguranças deste mundo, apenas pela necessidade de agir com misericórdia, por que é bom, agradável a Deus e libertador dos povos empobrecidos.

À luz do Reino de Deus, pode-se dizer que o samaritano é exemplo de quem tem uma *práxis*, que realiza esse Reino. Quando o homem é assaltado, espancado e fica caído na estrada (Lc 10,30), um samaritano passa pelo caminho. “Chegou junto dele, viu-o e moveu-se de compaixão” (Lc 10,33). Jesus perguntará qual deles agiu como próximo, quem amou, quem cuidou, quem fez a vontade de Deus (Lc 10,36). Certamente, muito constrangido, o legista responde que foi o samaritano e diz: “Aquele que usou de misericórdia para com ele” (Lc 10,37). Ora, Jesus fecha toda questão dizendo: “Vai, e também tu, faze o mesmo” (Lc 10,37).

A atitude do samaritano é a própria atitude de Deus. Ele se envolve do sentimento mais profundo: a misericórdia. A realidade do samaritano ajuda a entender que a Boa Nova aos pobres rompe com os paradigmas estabelecidos e é ação salvífica de Deus. Os homens da Lei deveriam ter cuidado do homem caído, mas passaram adiante, não se encheram de compaixão. Não sabem o que é a misericórdia de Deus.

Nunca fizeram uma experiência de Deus amor, apenas das leis da sua religião distante de Deus. “O sacerdote e o levita, fechados em seu sistema jurídico, não estão em condição de reconhecer a autêntica vontade de Deus, que se efetua no amor para com o próximo” (FABRIS, 2006, p. 127). No entanto, um homem, considerado impuro pelos judeus, sente compaixão e quebra as barreiras preconceituosas da religião e se aproxima com amor, com misericórdia. “Só o samaritano, um herege fora da lei, faz realmente a vontade de Deus, porque é aberto ao amor” (FABRIS, 2006, p. 126-127).

Quando Jesus quer mostrar o que é um ser humano cabal, conta a parábola do bom samaritano. É um momento solene nos evangelhos que vai além da curiosidade em saber qual é o maior dos mandamentos. Nesta parábola se procura dizer-nos numa palavra o que é o ser humano. Ora, esse ser humano cabal é aquele que viu um ferido no caminho, re-agiu e o ajudou de toda maneira que pôde. A parábola não nos diz o que o samaritano pensou nem com que finalidade agiu. A única coisa que nos é dito é que agiu ‘movido por misericórdia’ (SOBRINO, 1994, p. 34).

O Reino de Deus não comporta preconceito, mas a abertura ao amor, a festa, a alegria, a compaixão. Quando o samaritano se move de compaixão, dá a mais bela demonstração de que entende a dinâmica do Reino de Deus. Jesus convida a comunidade a ser samaritana, convida Israel a converter-se com o exemplo do samaritano.

Essa é a imagem da Igreja samaritana, descentrada. Se se observar os sinais dos tempos, é possível constatar que essa parábola é tão atual que, ainda, constrange. Há de se ter, certamente, muitos sacerdotes e levitas indiferentes, que não sabem sentir a dor do outro, que não são capazes de se envolverem com o outro, por medo, insegurança, incapacidade de se fazer pobre e misericordioso. Mas, o grande convite, e desafio é, a partir da própria teologia, perpassando todas as estruturas eclesiais, fazer um processo de saída de si mesma para se centrar na vida humana que sofre e continua a morrer.

Ao término deste segundo capítulo, constata-se que os pobres devem ocupar o lugar central da ação evangelizadora da Igreja. Ora, são muitos os caídos hoje: mendigos, catadores, moradores de rua, prostitutas, refugiados, doentes, desempregados, injustiçados, dentre outros; são os que estão na beira do caminho, implorando misericórdia. A Igreja precisa ir lá, ver, sentir compaixão, abraçar, levantar e cuidar com a mais profunda misericórdia. Superar a indiferença é o caminho para superar tantas realidades que matam hoje.

Por isso, foi feito este percurso olhando a realidade do pobre e a ação de Jesus no meio deles. Assim é possível perceber, que o ideal de uma Igreja pobre, profética, misericordiosa passa pela compreensão do pobre como lugar teológico. E isso só é possível se se insere na vida deles com as alegrias e os sofrimentos.

3 OS POBRES COMO CHAVE ECLESIOLÓGICA

3.1 POBREZA E IGREJA

No capítulo anterior, a atenção foi voltada para o lugar teológico e, nele, constatou-se que, de fato, a vida de Jesus é uma verdadeira opção pelos pobres. Agora, indaga-se sobre as implicações teológicas da cristologia de Jon Sobrino para a eclesiologia. Assim, neste capítulo, o intuito é perceber como uma cristologia histórica ajuda a conceber uma eclesiologia que assuma, verdadeiramente, as características de Jesus. O maior desafio da Igreja será, portanto, configurar-se a Jesus.

Sentir a dor, acolher a perseguição, esvaziar-se, comprometer-se, verdadeiramente, são sinais de uma Igreja que faz a experiência de Jesus e o compreende como libertador dos povos sofridos. A Igreja dos pobres será aquela que, não temendo a realidade difícil, estará alicerçada na experiência de maior amor e misericórdia de Deus: a ressurreição. Esse evento é fundante para a Igreja e é a maior esperança dos pobres de serem salvos e libertos.

3.1.1 Servo de Javé e os Empobrecidos na História

Com essa pesquisa não se tem a pretensão de fazer do mundo dos pobres, do sofrimento dos povos, um caminho teológico apenas focado na dor. É evidente que a dor acompanha todas as dimensões da vida, por essa razão, a dor gerada pelo empobrecimento de muitos, também, não pode ser ignorada. É preciso curar as feridas, amenizar o sofrimento.

No caminho da fé no Deus dos pobres, a dor precisa ser colocada dentro da perspectiva da salvação. Com isso, ela nem é divinizada como algo positivo para o homem, nem é desprezada, como se não existissem as reais marcas de dor na vida dos homens e das mulheres de todos os tempos. Quem apresenta o melhor modo de encarar a dor é o próprio Jesus que nunca a aceitou, mas a tomou pra si para que fosse vencida. Dessa forma, a imagem viva de tantos crucificados na história dará a Jesus condições para denunciar o mal e falar da boa notícia. É importante ressaltar que a pregação de Jesus não acontece sem um destinatário específico, os

pobres. Por isso, ela é sempre parcial e, conseqüentemente, sempre é uma denúncia.

Esse ser conseqüente de Jesus fará dele também sofredor. Daí que a imagem dos povos crucificados, a imagem de Jesus, será diretamente relacionada com a do servo de Javé. Essa estrita relação reafirma a posição de Deus e como a dor e a cruz não podem ser vistas apenas pelo lado da morte em si, mas, se assumida no plano de Deus, será luz e vida para todos.

Jon Sobrino (1985, p. 231), ao falar dessa relação do servo de Javé com Jesus e com os pobres, diz que “teologicamente, não se pode fazer desta semelhança pura identidade”. A semelhança leva a pontos específicos que fazem lembrar e entender a presença de Deus, ao longo da história. Até porque, segundo Jon Sobrino (1985, p. 231), “exegeticamente, é conhecida a dificuldade de saber se o servo de Javé se refere a um indivíduo ou um grupo – o resto de Israel – ou toda a coletividade de povo”. O que Jon Sobrino defende é que mesmo não se conhecendo explicitamente as origens, quem de fato era, não se pode negar que existe uma real semelhança. Como até mesmo se reza nas liturgias.

São povos, em primeiro lugar, sem rosto humano, como recorda Puebla, privados de toda justiça, tendo seus direitos fundamentais violados e seu direito à vida conculcado⁹, sobretudo com desapropriações, torturas, assassinatos e matanças. São povos em segundo lugar, que, como o servo, tentam implantar o direito e a justiça, que lutam pela libertação, entendida esta não só como dos grupos que luta por ela, mas também como libertação do povo dos pobres. São povos, em terceiro lugar, que não só exprimem em sua própria facticidade a opressão, mas que são ativamente reprimidos e perseguidos quando, como o servo, tentam implantar a justiça e o direito. São povos, por último, que se sabem escolhidos para que a salvação passe por eles e interpretam a sua própria opressão e repressão como caminho para libertação. Em seu conjunto, muitos povos na América Latina são expressão e produto do pecado histórico dos homens, carregam esse pecado, lutam contra este pecado, e o poder do pecado histórico se volta contra eles dando-lhes a morte” (SOBRINO, 1985, p. 233-234).

É possível fazer diversas correlações nas pregações e nas interpretações bíblicas. O próprio Oscar Romero, mártir de El Salvador, em uma de suas homilias, falando de Jesus como libertador do povo sofredor e dos povos crucificados, dizia que é tanta a relação de Cristo com os que sofrem que os “intérpretes da Bíblia não

⁹ Esta palavra pode ser compreendida como humilhado, pisado, desprezado. É o mesmo que dizer que uma pessoa foi tratada de qualquer jeito.

sabem se o servo de Javé que Jesus proclama é o povo sofredor ou é Cristo que vem remi-lo” (SOBRINO, 1985, p. 232).

Entende-se ser pertinente trazer presente alguns traços importantes do servo de Javé para que se aprofunde *a posteriori*, a dimensão da Igreja pobre e com os pobres sofredores. É evidente que “a missão do servo é salvífica; salvação que é expressa na linha libertadora do AT, pois, lealmente fará justiça; não vacilará nem desacoroçoará até que estabeleça o julgamento da terra (Is 42,3s)” (SOBRINO, 1985, p. 232).

Evidentemente, Jesus é a salvação apresentada no meio dos pobres. A salvação libertadora, expressa aqui, é manifestada e concretizada em Jesus que carrega os pecados do mundo até a cruz. Sem dizer que essa salvação é de “forma parcial e polêmica, pois se dirige aos oprimidos e se realiza ao abrir os olhos aos cegos, tirar o preso da prisão, e do cárcere os que vivem nas trevas” (SOBRINO, 1985, p. 232).

Em Lc 7,22, Jesus é questionado pelos discípulos de João se de fato, ele é o Messias. E a resposta é: “Ide contar a João o que vedes e ouvis: os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciado o evangelho”. E Jesus ainda complementa a sua resposta para que acolham e vivam assim, “e feliz aquele que não ficar escandalizado por causa de mim!” (Lc7,23). Por isso, a dimensão salvífica coloca o servo de Javé e Jesus em perfeita harmonia com a salvação dos pobres.

Outra característica do servo é a eleição. Escolhido por Deus para salvar os que estão desprezados. Ninguém realiza nenhuma missão sem a bênção de Deus. Ser escolhido é ser a presença de Deus mesmo entre os povos. Não salva para ele mesmo, mas salva para Deus. Não faz sua vontade, mas a vontade daquele que o enviou ao mundo. O próprio Jesus reconhece que foi enviado. Em Jo 6,38-39, Jesus afirma: “Pois, eu desci do céu não para fazer a minha vontade, mas daquele que me enviou. E a vontade daquele me enviou é esta: que eu não perca nada do que ele me deu, mas o ressuscite no último dia”. Sobre o servo de Javé, Jon Sobrino afirma:

O servo é escolhido... eleito para salvar aquele que é “o desprezado, o detestado das nações, o escravo dos tiranos... é escolhido aquele que é nada diante do mundo e, mais ainda, aquele que é aniquilado pelos poderes do mundo. E inversamente, nesse Deus escandaloso, porque escolhe escandalosamente, o servo confia (1985, p. 232).

O fato de ser escolhido não livrou sua vida do sofrimento, pelo contrário, para ser conseqüente com a eleição, suportou muitas dores. O servo fica totalmente desfigurado. “O servo aparece no final como destruído historicamente pelos homens, sem rosto humano (52,14s; 53,2s), abandonado, sem que ninguém saia em sua defesa nem lhe faça justiça (583,8)” (SOBRINO, 1985, p. 232).

como crer em um servo sem força, exilado, fragilizado na fé, escolhido por um Deus, que também foi exilado, e que teve seu templo saqueado e destruído? A resposta vem da resistência e da persistência de mulheres e homens que carregam, desde o útero da mãe, a memória de uma história de salvação. Nos exilados, brotam, desde as entranhas, os sentimentos mais profundos de libertação diante do Império que quase fez sucumbir sua identidade e sua história de luta e fé. Esta memória retoma a ternura de Deus, que chama, pronuncia o nome, protege com sua mão e envia os pequenos e os pobres para que anunciem a sua salvação (SILVA, 2007, p. 53).

Jon Sobrino afirma que tudo não é casual, mas tudo é assumido por convicção da missão confiada. Para ele, a causa são os próprios pecados dos homens. “O servo morre por estes pecados, e estes pecados o levam à morte. Afirma-se a correlação histórica, elevada a drama universal, entre pecado e dar a morte” (SOBRINO, 1985, p. 232).

A morte do servo de Javé trará salvação, a morte de Jesus na cruz trará salvação para toda humanidade. A morte precisa ser ressignificada. O grande paradoxo e escândalo é que na morte que sobrevém pelo fato de carregar os pecados, há salvação (53, 5.11). E deduz-se, inversamente, que a salvação só se realiza carregando o pecado (SOBRINO, 1985, p. 232-233). A morte se tornou o grande momento de libertação. “Este servo, por sê-lo, triunfou. Sua condição de servo não só produz salvação para os outros, mas também exaltação para si mesmo” (SOBRINO, 1985, p. 233). O servo de Javé sofre, mas carregando o pecado, apresenta a plenitude da vida. “Se no primeiro cântico do servo, este tem como missão implantar o direito e a justiça sobre a terra, (Is 42,1-9), no quarto cântico aparece o servo carregando o pecado do mundo para que esta plenitude possa chegar” (SOBRINO, 1985, p. 212).

Jesus deve ter, certamente, se questionado, mas vive esse processo por misericórdia com a humanidade que sofre. Jesus se reveste de humildade, assumindo todo peso dos pecados da humanidade. Mesmo sendo Deus, não usou de seu direito (Fl 2,6-11), mas se despoja por inteiro, assumindo a condição de escravo. Jesus entende que só assumindo essa realidade será possível trazer a

salvação. Assumir a realidade humana, “tornando-se semelhante aos homens, e reconhecido em seu aspecto como um homem” (FI 2,7), Jesus desce para que o homem seja alcançado por Deus. Não é o homem que tem que subir, mas Deus se abaixa, para dar ao homem a salvação. Por isso, “abaixou-se, tornando-se obediente até a morte, à morte sobre uma cruz” (FI 2,8).

Ser obediente, pode-se dizer, é ser consequente com a missão. Ao ver a cruz não foge, mas a assume para torná-la sinal de salvação. Isso fará com que seja exaltado por Deus, e tudo isso para glória de Deus (FI 2,9-11). A glória de Deus é a glória dos pobres, a glória de Deus é a libertação dos pobres. Sem dúvida, em Jesus, “a esperança de transformação vem dos pobres e dos pequenos espalhados neste planeta. Esta esperança vinda dos pobres é preciso juntá-la, reuni-la em um grande mutirão em todas as extremidades da terra” (SILVA, 2007, p. 55).

Olhar para Jesus crucificado, para o servo de Javé é, agora, para os povos empobrecidos, esperança. Reconhecem-se, identificam-se neles (SOBRINO, 1985, p. 234). Ora, “esta primeira e fundamental semelhança com o servo possibilita algo fundamental para a fé no Filho de Deus” (SOBRINO, 1985, p. 234).

No entanto, não são todos que se reconhecem. Os ricos, as nações poderosas, continuarão a produzir em grande escala povos que serão novamente crucificados. É estrutural a pobreza no mundo. E, por ser assim, continuam sendo conduzidos para a cruz ainda hoje. Por isso, torna-se tão urgente se reconhecer na figura do servo de Javé, faz-se necessário se reconhecer presente com Jesus na cruz.

Não se pode duvidar de que este povo, estruturalmente falando, não se encontra entre os poderosos nem nos países de abundância; também não se encontra sem mais na Igreja, a não ser naquela que por optar pelos pobres foi perseguida e teve a mesma sorte do povo crucificado. Este povo são as maiorias pobres que morrem lentamente pela opressão da injustiça estrutural ou morrem rapidamente pela repressão da violência institucionalizada. Esse povo em seu conjunto é o que historicamente “completa o que falta à paixão de Cristo” (CI 1,24) (SOBRINO, 1985, p. 234).

O que se pode aprender dessa estreita relação que Jon Sobrino traz do servo de Javé com Jesus Cristo é que ela não tem fim. Seria muito fácil para a Igreja olhar essa relação e usá-las em diversas pregações como expressão do conhecimento teórico. A Igreja precisa atualizar e interpretar, nos sinais dos tempos, essa relação.

O servo de Javé e Jesus são a mesma pessoa que por falta de alimento vê seus filhos morrendo de fome.

É a mesma realidade de empobrecidos que não tem a seu favor a justiça. Os povos, que hoje vivem processos migratórios dolorosos em busca de vida melhor, carregam a cruz ao lado de Jesus. O mundo de verdade é o mundo sem cegueira, que não nega as dores presentes causadas pela injustiça. “É este mundo de pobreza e dos povos crucificados que nos permitiu superar a cegueira e descobrir a mentira” (SOBRINO, 2020, p. 19).

Jon Sobrino convida a teologia, os teólogos, a Igreja, os países, e os pobres, a perceber como a Escritura ilumina a caminhada, perceber como no servo sofredor de Javé há luz e, em Jesus crucificado, há sabedoria.

Se olharmos esse povo face a face, melhor dito, se nos for dado a graça de olhá-los no rosto, começaremos a ver a verdade das coisas, ou certamente pelos menos um pouco mais de sua verdade. O descobrimento é aterrador no primeiro momento, mas também é bem-aventurado, porque desta forma estamos na verdade, e porque a verdade dos pobres é só sofrimento e morte (SOBRINO, 2020, p. 19).

A imagem do servo de Javé e de Jesus, em qualquer área da teologia, apontam para o fato de que a salvação acontece numa realidade de pecado. Porém, o fato de acontecer na realidade pecado não diminui Deus, pois Ele mesmo assume o pecado da humanidade. Desse modo, atesta que o pecado não O afeta, mas O confirma como Deus dos pobres.

Essa é a lógica da Bíblia, desde a criação até os profetas e assumida plenamente em Jesus. Será nas situações de maior pecado que Deus vai entrar para salvar. E isso ocorre no mundo sofrido dos empobrecidos. A imagem do servo de Javé continua sofrendo, ele precisa ser libertado. Esse confronto de Deus com o mundo de pecado é boa notícia apenas para os que experimentam a miséria e a escravidão.

Que isto deva ser assim não se deduz de nenhuma racionalidade apriorística, mas corresponde a lógica veterotestamentária do servo de Javé e aparece na estrutura da vida histórica de Jesus. O reino de Deus nos pobres se anuncia e realiza num mundo de pecado, contrário e antagônico. A boa notícia é precisamente boa, não em primeiro lugar porque supere ou vá além do positivo de uma situação determinada, mas porque vai contra esta situação. O que a teologia do servo de Javé afirma é que a plenitude passa pelo momento de assumir a negação e não pode ser alcançada a partir da inércia do meramente positivo (SOBRINO, 1985, p. 212).

A Igreja, por sua vez, deve estar preparada para optar pelos últimos, necessitando negar a si mesma para que o outro tenha vida. Viver com eles e assumir, até as últimas instâncias, as consequências desta opção radical é uma atitude evangélica. Se não for assim, a Igreja será tudo, menos uma Igreja pobre para os pobres, assumindo a realidade dos crucificados.

Essa expressão denota a radicalidade da opção da Igreja por Jesus e, conseqüentemente, da opção de Jesus pelos pobres, ou seja, da opção da Igreja pelos pobres na parcialidade de Jesus crucificado. Contudo, nos dias atuais, assumir o pobre como lugar da manifestação de Deus é um desafio premente, e mais ainda, quando se coloca o pobre como ideal do ser Igreja. Para Jon Sobrino (1985, p. 212), necessariamente, “esta é a estrutura fundamental da prática de Jesus, tal como resultou de fato, e independentemente de sua possível autoconsciência de ser Servo e de sua primeira visão de como realizar sua missão”. Jon Sobrino (1985, p. 212) afirma que “a defesa eficaz do pobre supõe tirar o pecado real e objetivo que o empobrece; e este pecado não se erradica sem assumir a condição de pobre, não se lhe devolve a sua dignidade sem assumir sua própria indignidade.

3.1.2 Os Crucificados da História: Povos Crucificados com Cristo

Para se sonhar com uma Igreja que se coloque de forma clara, e parcial, ao lado pobres, é preciso que se reconheça que seu lugar é exatamente ao lado dos crucificados da história, daqueles que são vistos como indignos, cruelmente tratados e dolorosamente excluídos. Ao longo da história são muitos os que são excluídos, tratados como objetos, seres humanos sem dignidade. Encontrar o lugar da Igreja na vida dos crucificados deve ser motivo de alegria de quem fez e continua a fazer a opção do Reino de Deus. “Uma Igreja verdadeira é, antes de tudo, uma Igreja que se parece com Jesus” (SOBRINO, 1994, p. 31). Não é uma informação inadequada ou então, muito repetida, mas deve ser o que constitui a própria Igreja: parecer com Jesus.

Para Jon Sobrino, os crucificados da história continuam a carregar a cruz de Jesus Cristo. E é certo que estes pendurados nas cruzes são o corpo sofredor de Jesus. São muitos os que estando na cruz de Jesus que se perpetuou na história, vão morrendo, vítimas das injustiças. Assumir os crucificados é assumir toda uma

realidade que está crucificada. Quando se fala deste fato doloroso, está se falando de pessoas concretas, por isso, é um problema ético da sociedade.

A relação de Jesus com os pobres e marginalizados mostra operativamente em que consiste o reino de Deus, mas mostra também em que consiste a modalidade de fazer o reino. Esta modalidade pode resumir-se na necessidade de empobrecimento e da marginalização solidários (SOBRINO, 1985, p. 212).

A adesão cristã é um grande testemunho da parcialidade de Deus pelos pobres. “A ‘realidade crucificada’ desses povos exprime, portanto, de maneira muito clara, também no plano histórico e ético, uma situação de violência e de morte institucionalizada que caracteriza a realidade própria da América Latina” (SOARES, 2009, p. 132). A realidade é própria de um povo, de um lugar, e interpela todo homem e toda mulher a lutar por um mundo melhor.

Parecer-se com Jesus é assumir sua identidade e optar pelo seu reino, colocando os pobres como prediletos deste Reino. São muitas as formas de crucificados que ainda hoje são manifestadas na história. A Igreja precisa ser um sinal de luz, de esperança e de libertação para os crucificados em todos os tempos, contextos e lugares. Todos os que são marginalizados, merecem receber da Igreja seu amor compaixão e acolhida (SOBRINO, 1994, p. 40).

“Povos crucificados”, ademais, segundo pensa Sobrino, constitui a consequência do princípio basilar para a eclesiologia segundo o qual Cristo ressuscitado possui um corpo histórico que é seu na direita proporção em que este o torna presente na história. Essa é, substancialmente, a condição de possibilidade indispensável para que haja na história o corpo de Cristo ressuscitado (SOARES, 2009, p. 133).

Em cada lugar, cada comunidade específica, sem dúvida, existem aqueles a quem se olha e de quem se diz que são os crucificados da história real. Eis o lugar no qual é urgente ser a Igreja que se parece com Jesus de Nazaré. Percebendo-se, pois, como a imagem do corpo do próprio Cristo. É preciso estar sempre se fazendo próximo, amando e dando vida a essas pessoas (SOBRINO, 1994, p. 40). Pensar nos sofrimentos dos crucificados locais leva a perceber que o mundo tem milhões de crucificados. “O maior sofrimento neste planeta com mais de cinco bilhões de seres humanos é a pobreza, que leva à morte e a indignidade ligada a ela, continuando a ser esta a maior ferida” (SOBRINO, 1994, p. 40-41).

A quantidade de pessoas que morrem, que são submetidas ao sofrimento fruto da injustiça, soa como grito, como um clamor para que a Igreja se faça mãe,

misericordiosa e advogada de suas causas, assim como Jesus que no seu tempo se colocou a serviço dos que mais sofriam, assumindo suas dores, suas causas e suas vidas. No evangelho de Mateus, pode-se perceber essa predileção de Jesus.

Em Mt 5,3, os pobres são proclamados “felizes porque deles é o Reino dos céus”. Com efeito, em Mt 25,31-46, são colocadas as condições e/ou situações de pobreza a partir da própria lógica de Jesus, quando tiveram fome, quando tiveram sede, quando estavam forasteiros, quando estavam nus, quando estavam doentes, quando estavam presos (Mt, 25,35-36). Se é assim, não há dúvida de que “o lugar da Igreja é o ferido no caminho [...] o lugar da Igreja é o ‘outro’, a alteridade mais radical do sofrimento alheio, sobretudo quando é em massa, cruel e injusto” (SOBRINO, 1994, p. 39).

Nesse sentido, a Igreja precisa descer da cruz os pobres todos os dias (SOBRINO, 1994, p. 90). A propósito, descer da cruz os pobres é a razão pela qual a Igreja se assemelha a Jesus. Não obstante, a descida desses crucificados das cruzes, além de eliminar o sofrimento cria o espaço para o perdão dado aos opressores, cria, um pouco por vez, uma cultura de paz (SOBRINO, 1994, p. 94). Por essa razão, para Jon Sobrino (1994, p. 94), “os povos crucificados oferecem [...] uma fé, um modo de ser Igreja e uma santidade mais verdadeiros e mais cristãos, mais relevantes para o mundo atual e mais recuperadores de Jesus”.

Diante disso, pode-se afirmar que o mundo dos crucificados, dos pobres, oferece muito mais que trabalho ou ações de caridade, oferece um horizonte à Igreja, uma tarefa para que se faça mais configurada com Jesus e sua parcialidade, com Jesus e sua *práxis* de salvação e de libertação (SOBRINO, 1994, p. 94). “A expressão ‘povos crucificados’, portanto, contém uma clara referência a Jesus Cristo crucificado, e ao sentido salvífico de sua vida, paixão, crucifixão e morte” (SOARES, 2009, p. 134). Sendo assim, não é possível pensar a eclesiologia, sem que se pense a salvação dos crucificados, e sem que sejamos uma Igreja no meio deles da história de ontem, de hoje e de sempre. A inserção da Igreja no meio dos crucificados também ajuda na superação das estruturas de pecado, conseqüentemente, estruturas de morte.

Em linguagem cristã, aprendemos a chamar nosso mundo pelo nome próprio: pecado (realidade, certamente, que muitos crentes e não crentes no Primeiro Mundo não sabem como manejar). Chamá-lo assim porque, cristãmente, pecado é “aquilo que mata”. Pecado é o que matou o Filho de

Deus. Poder-se-á crer ou não crer em Deus, mas se pode duvidar de que existe o pecado, porque há morte (SOBRINO, 2020, p. 16).

Todo pecado gera morte, e a morte visibiliza o pecado, os povos empobrecidos da história. A Igreja precisa ficar constrangida com a realidade de pecado e fazer um caminho aos pés de Jesus, sem dominação, sem poder opressor, o que foge totalmente a sua realidade de origem. A atitude dos poderosos do Templo não pode ser a atitude dos que se dispõem a seguir Jesus e, menos ainda, dos que hoje presidem a Igreja de Jesus.

A predileção indeclinável pelos pobres não confere uma posição de privilégio, nem corresponde à mentalidade de serviço a uma classe por ser melhor do que outra, como não é do merecimento, retribuição. Precisa ser compreendida sempre como adoção total de Deus. Rompem-se na cruz de Jesus a mentalidade das retribuições que tanto oprimem e colocam fardos pesados sobre os homens. Os pobres nunca se sentiam dignos da salvação, pois não podiam oferecer nada, Deus inverte tudo isso. Para Zanini, “A morte de cruz de Jesus, ao mesmo tempo em que anula a matriz das retribuições, também revela a solidariedade de Deus com os pobres e o perdão dos pecadores” (2020, p. 102). A cruz é doação e, por isso, a salvação é puro dom.

Na cruz de Cristo, portanto, encontra-se uma inversão: salvação como graça imerecida e não mérito humano. Mais: pelo dogma de Calcedônia se afirma a indissolubilidade do Pai com o Filho, isso significa na cruz de Jesus, o próprio Deus está presente e Ele mesmo sofre o destino daqueles que, segundo a lógica adâmica, foram rejeitados por Deus. “O destino dos pobres, dos fracassados, dos derrotados e dos rebeldes. O próprio Deus sofreu o destino dos que na lógica das retribuições declara como culpáveis. No esquema das retribuições, a vítima é culpável. Na cruz, o próprio Deus é vítima desse esquema (ZANINI, 2020, p. 101-102).

A Igreja precisa ser livre, doada, sem repressão, controle, manipulação ou uso de uma classe social para sua manutenção, não pode compactuar ou ser indiferente ao mundo dos crucificados. Se estão encurvados, medrosos, é porque assim os deixaram pela força da opressão social e política e pela força da manipulação, ou seja, foram crucificados.

Os povos crucificados desestabilizam as estruturas sociais, religiosas e políticas, pois, escancaram o pecado. A Igreja deve se vê, se não pela misericórdia – o que deveria ser –, ao menos pela força da situação desconfortável, movida a lutar pelos pobres crucificados de hoje. Os pobres vão sempre apontar a luz, o

caminho, mas os erros também da Igreja de Jesus. Luta, prática libertadora, perseguição por causa dos pobres, perda de privilégios, são formas claras de como a Igreja expressa se compreendeu a missão de Jesus e se tem continuado ainda hoje.

3.1.3 A cruz de Cristo na Cruz dos Empobrecidos

Jesus não assume a cruz por decisão pessoal, nem por ordem de Deus, muito menos só porque os homens o obrigaram. Assume porque foi consequente com sua missão de anunciar o Reino de Deus. A cruz é teologia, revelação do amor de Deus aos homens e mulheres. Quando vai compreendendo o reino de seu Pai, Jesus percebe que tinha que enfrentar o pecado. Jesus vai sendo exigido pela própria história de pecado da humanidade.

Jesus vai para morte com lucidez e com confiança com fidelidade a Deus até o fim e como expressão de serviço para os seus... Vê também com clareza que é preciso continuar caminhando com Deus na história "humildemente". Vê que isso é bom e exigido dele, e que por isso é bom, e por isso exigido dos outros. Neste sentido pode-se dizer que Jesus vai para a morte com confiança e a vê como último ato de serviço, antes à maneira de exemplo eficaz e motivante para os outros do que à maneira de mecanismo de salvação para os outros. Ser fiel até o fim, isso é ser humano (SOBRINO, 1994, p. 299).

Jesus é tão humano em ser Filho de Deus que não teme a cruz, expressão de morte e de pecado. A vida constante no meio de tantos empobrecidos na Galileia leva a indignação positiva do homem. O contato direto, vendo o sofrimento, fez Jesus entender o que é este mundo de povos crucificados. Jesus vai se tornando um também, pode-se dizer que a acolhida da cruz é um processo na vida de Jesus.

E o "povo crucificado" não exprime uma negatividade qualquer, mas específica. Economistas e sociólogos falavam do mundo da pobreza e miséria, de dependência, injustiça e opressão. Mas poucos – talvez com exceção de monsenhor Romero – formulavam a realidade com a profundidade extremada que o conceito de povo crucificado exprime (SOBRINO, 2008, p. 21).

O anúncio da boa notícia é o convite a uma reestruturação dos povos. A pregação de Jesus não parte de ideias universais, mas tocava a carne sofredora das pessoas que diariamente eram machucadas e oprimidas de diversas formas na Galileia. Existe uma aproximação profunda de Jesus com os pobres, que agora não

se consegue mais falar de um e outro sem que estejam entrelaçados na mesma história.

Jesus quer uma nova civilização estruturada a partir da compaixão, do amor, da fidelidade a Deus que luta pela vida dos pobres. Para Jon Sobrino, quem desperta Jesus, como toda comunidade cristã, para isso são os pobres.

A partir dos pobres redescobrimos a necessidade de uma nova civilização: civilização da pobreza ou, pelos menos, da austeridade e não da impossível abundância para todos; civilização do trabalho e não do capital, como dizia Inácio de Ellacuría. Esta civilização mais humana se traduz em dá primazia a comunidade sobre o indivíduo, aos valores transcendentais sobre o pragmatismo, à celebração sobre a mera diversão, à esperança sobre o otimismo calculado, à fé sobre o positivismo (SOBRINO, 2020, p. 25).

Não é nem pela força, muito menos pela repressão ou mais mortes, que Jesus instaura o Reino de seu Pai entre os homens. Por isso, é possível pensar que Jesus não impedia diretamente a realidade dos crucificados. Falava-se sempre de Deus que quer salvar, mas na história a realidade é de morte e de cruz para os pobres. Ora, “O fato de Deus deixar as vítimas morrerem é um escândalo irreversível, e a fé em Deus tem de passar por este escândalo” (SOBRINO, 2020, p. 27). Jesus precisa apresentar uma estrutura de vida que supere ao escândalo da cruz. Porém, que não seja negada.

Na verdade, ao passar pela cruz, Jesus mostra aos pobres que não devem se sentir sozinhos, Deus os acompanha, fortemente, até mesmo na dolorosa experiência da cruz. Esta nem sempre era a do momento da morte, mas a realidade de vida já era uma cruz, pois, a fome, a marginalização, a exclusão das relações, a orfandade, a viuvez, o viver como estrangeiro, doentes, são expressões da cruz carregada diariamente.

O que resta ao povo? Sofrer na peregrinação da vida como peso da cruz. Jesus como boa notícia, diz que o amor de Deus está lá também. Na verdade, Jesus apresenta a última esperança possível a esses povos. Em quem poderiam ainda depositar a esperança de libertação de suas vidas? Nos religiosos dos templos? Eles também oprimiam. Jam esperar do Império Romano, algum libertador? A esperança sempre foi no Messias. E Jesus é o Messias, mas superando a ideia presente de Messias na mentalidade Israel. Essa era, de fato, a última esperança e ela se realiza.

Nessa situação, a única coisa que o crente pode fazer é aceitar que Deus está na cruz, impotente e com as vítimas, e interpretar essa impotência como o máximo de solidariedade com elas. A cruz na qual está o próprio Deus é a forma mais clara de dizer que Deus ama as vítimas deste mundo. Nela seu amor é impotente, mas crível. E a partir daí é preciso reformular o mistério de Deus. Sempre foi dito que Deus é “Deus maior”. A partir da cruz é preciso acrescentar que é também o “Deus menor” (SOBRINO, 2020, p. 27).

Deus menor não é porque é menos Deus, quem compreende realmente o desejo de vida para os homens que está em Deus, certamente, verá que “Deus menor” é a melhor forma dele se fazer presente, assumindo a cruz. “O ponto de encontro entre um Deus maior e menor é a cruz” (DENARDI, 2006, p. 85). E, aqui, se conhece a Deus. É preciso afirmar, categoricamente, que Deus se sujeita a assumir a cruz. Seu amor é estupendo a este ponto, extrapolando todos os limites da razão natural e da razão estrutural do homem moderno.

a cruz se torna momento revelador. É o inesperado rompendo as barreiras da loucura para uns e escândalo para outros (1 Cor 1, 23). É a mudança de paradigma, pois precisamos encontrar e reconhecer Deus no sofrimento, no silêncio e na dor. Não só pelo positivo, nem pelo maior; mas também pelo Deus menor. É a surpresa escandalosa capaz de suscitar em nós uma radical conversão, a ponto de auxiliar e baixar os crucificados de suas cruzes (DENARDI, 2006, p. 88).

Em Jesus, Deus se faz pobre, e na cruz, conhece profundamente a dor dos homens. A cruz já existia, já matava a muitos povos. Jesus toma pra si, é Ele agora o crucificado por ser e estar do lado dos pobres, e de todos os povos crucificados da história antes dele, durante e dos que virão após sua morte e ressurreição. A cruz será, e deve ser, dos que por amor aos outros assumirem essa cruz.

Não são algumas pessoas, são povos, multidões, são as maiorias que são crucificadas. Agora, a mesma cruz de Jesus vai sendo desses muitos outros povos que não são amados e não tem seus direitos respeitados. Os pobres vão morrendo na realidade da cruz em suas vidas. Os pobres, fruto das injustiças, vão sendo pregados, também, os miseráveis, os famintos, e milhares e milhares até hoje. Se olhar para a América Latina, é possível ver que a cruz continua sendo lugar de muitos povos.

Com essas palavras Ellacuría quer dar nome a *imensas maiorias*. Daí a linguagem de “povo”, “povos” etc., que está transida de *morte*, e não de uma morte natural, mas de uma morte histórica, que toma a forma de *crucifixão*, assassinato, privação histórica ativa da vida, lenta ou rapidamente. Essa morte, *produto da injustiça*, é acompanhada pela *crudade*, pelo *desprezo* e, por outro lado, pelo *encobrimento*. A isso costume acrescentar que o povo crucificado, além do mais, *nega palavra a*

ela e até nome, e com isso lhe nega a *existência*. O povo crucificado não “é”, e o mundo de abundância impede ou dificulta que “chegue a ser” (SOBRINO, 2008, p. 21).

Aparentemente, os empobrecidos não têm nome, família, raça, cultura, sentimentos. São apenas os pobres, e assim são chamados com muita tranquilidade. Certamente, é o desejo dos poderosos mesmo, deixá-los sem nome, sem identidade, sem dignidade. Toda estrutura de morte, de poder opressor, fará com que cada vez mais os pobres sejam escondidos, e banidos dos meios sociais, como se não pertencessem ao “mundo real e normal”. Essa pode ser a compreensão e o desejo de quem oprime.

Mero engano, no evangelho, os pobres têm nome. É Jesus e é também Lázaro, o mendigo (Lc16,19-31). Todo pobre tem nome, tem rosto e tem dignidade. Jesus traz isso a todos eles. Deus olha nos olhos, assume a cruz para que a luta pela vida dos pobres não cesse. Os pobres sonham com libertação, e é certo dizer que só na cruz de Jesus isso é possível. Segundo Jon Sobrino, “dos pobres deste mundo se pode dizer com razão que possuem uma esperança e que lutam por libertação. Isto não padece dúvidas, mas não devemos precipitar-nos” (1992, p. 43). Diz ainda que os pobres crucificados são:

em primeiro lugar, pobres, escórias e refugos da humanidade, crucificados lentamente pelas estruturas deste mundo e o são de maneira violenta, quando lhes opõem resistência. Os pobres mostram que a realidade deste mundo é pecado. E que, embora o pecado não seja o único, sem ver a realidade como flagrante pecado, não se logrou descobrir a realidade. Dito teologicamente, os pobres mostram que a criação de Deus está ameaçada e viciada, que os ídolos da morte campeiam por este mundo como seus verdadeiros deuses. E isto é tanto mais verdade porque os pobres são, quantitativamente, maioria na humanidade, embora só de vez em quando alguns deles chamem a atenção da opinião pública; e porque, qualitativamente, sua pobreza chega a extremos espantosos de miséria, de tortura e de morte (1992, p. 43).

O povo tem um horizonte, tem uma luz. Sabe caminhar para cruz com perspectivas novas e transformadoras. É possível, pois, uma nova sociedade a partir da cruz de Jesus. Dessa forma, a esperança de libertação renova as energias de quem não tinha mais forças. Os crucificados estão presentes no mundo, a América Latina continua com milhares de empobrecidos que quase sem forças são obrigados a carregar suas cruzes. O que eles agora sabem é que eles têm alguém que os sustenta na hora da queda, que são amparados na hora da morte. É Jesus quem continua fazendo isso, pois sua cruz continua na cruz da história do povo sofrido.

3.2 A TEOLOGIA DA IGREJA DOS POBRES

É fato que a Igreja nasce da experiência com o ressuscitado que foi crucificado. E que sua cruz permanece na história, na vida dos povos crucificados e empobrecidos. Por isso, a tarefa agora é pensar que a teologia precisa ser de uma Igreja de pobres. Para tanto, é preciso apostar que o sofrimento da humanidade aponta os caminhos da teologia. E, por excelência, a Igreja, cada vez mais, precisa se descentrar, para se colocar no mundo das vítimas. A Igreja de Jesus deve atualizar e confirmar a fé que deposita em um Deus libertador dos pobres, porque certamente, “Nessa Igreja se realiza a totalidade da fé, mas essa totalidade é mediada pela aproximação libertadora dos pobres, reconhecendo neles o Cristo e correspondendo a Cristo na aproximação libertadora aos pobres” (SOBRINO, 1985, p. 96).

A totalidade da fé é Jesus, evidentemente, mas em Jesus que se faz pobre, e que os desinstala e os leva até Ele. A realidade dos pobres é marcada pelo pecado (injustiça, miséria, fome, opressão, dentre outros), e a presença da Igreja como presença de Jesus Cristo crucificado e ressuscitado é a aproximação da graça libertadora de Deus para os pobres.

Toda vez que a Igreja se torna pobre ela supera o pecado e manifesta a graça de Deus aos homens e mulheres da história. “Essa é a verdade mais profunda nesse mundo e essa é a totalidade de sua verdade: que é um mundo de pecado e um mundo de graça” (SOBRINO, 2020, p. 20).

Os grandes e os poderosos não se interessam por essa realidade de pecado ou da graça de Deus. Somente quem coloca o olhar nas vítimas é capaz de compreender essa realidade.

“As raízes fundamentais dessa pobreza são históricas e estruturais. E, segundo Sobrino, os pobres vêm sofrendo um processo de empobrecimento ao longo dos séculos, destituídos da identidade cultural e massacrados por um sistema econômico desumano que Pérez Esquivel classificou com as seguintes palavras: “o capitalismo nasceu sem coração”, maquinado pelos interesses de alguns que não têm humanidade suficiente, transformando assim milhares de humanos em vítimas. O que mais assusta, segundo relatórios, é que “está diminuindo a vontade internacional de cooperação”²²³. E a forma de legitimar esse sistema, excludente e aniquilador, é institucionalizada por uma mentira de linguagem que encobre a realidade: “(‘países em via de desenvolvimento’, ‘população de poucos recursos’)” (DENARDI, 2006, p. 89-90).

É fato que “ao Primeiro Mundo não interessa ver nem uma nem outra coisa, mas é isso que se vê desde os pobres e as vítimas” (SOBRINO, 2020, p. 20). Isso humaniza a Igreja, porém, só quem é, realmente, humanizado compreende o que é o homem e compreende a necessidade de dar vida digna a todos. Certamente, é isto que falta aos opressores e as estruturas fabricantes de pobres, pois lhes falta a humanidade.

Jon Sobrino afirma ter chegado à convicção de que “para conhecer nossa essência humana, é necessário fazê-lo desde e para os pobres que desde os poderosos” (2020, p. 25). E a partir do evangelho afirma: “a verdade do ser humano se manifesta nas bem-aventuranças de Jesus e na parábola do Bom Samaritano” (SOBRINO, 2020, p. 25).

Descobrimos, pois em El Salvador que não sabíamos muito bem o que significa ser um ser humano, coisa que antes dávamos por suposto. Agora pelo menos tenho suspeita de que o mistério do ser humano não se esgota no que sabíamos antes; mais ainda, que no ideal humano de antes existe muito anti-humano. E, sobretudo, que o verdadeiramente humano, a reserva da humanidade, me foi aparecendo lá onde menos esperava, no rosto dos pobres e das vítimas (SOBRINO, 2020, p. 24).

Nesse sentido, a partir do humano que sofre, do Deus que se faz humano, a Igreja, sendo plenamente humana, será capaz de ser sinal de salvação para os povos tão desumanizados.

3.2.1 Martírio e Ecclesiologia

A reflexão do martírio e a ecclesiologia se torna um ponto muito interessante para a pesquisa e para compreender a teologia cristã, e essa teologia na vida dos pobres. Para a Igreja, tornou-se fundamental acolher essa espiritualidade martirial. Não será feita nenhuma investigação sobre essa realidade, fora de Jon Sobrino, mas vale salientar que antes do cristianismo se tem testemunhos de quem também deu a vida em nome da fé. Mas, olhar a dimensão do martírio a partir dos empobrecidos, leva a aprofundar a convicção de que a Igreja quando é mártir está próxima e fiel ao projeto de Deus em favor dos pobres.

Nesta pesquisa, não se fará referência a qualquer análise histórica, social, sobre o martírio, mas se fixará em como essa ação (vida martirial) foi e é fundamental pra uma Igreja que se parece com Jesus de Nazaré. Para Jon Sobrino,

a realidade do martírio será chamada de *espiritualidade da perseguição e do martírio*, e aqui se entende: “espírito com que se deve viver ambas as realidades para que estas possam ser enfrentadas em sua dificuldade e para que, cristãmente vividas, possam gerar novos frutos de vida cristã (1992, p. 108).

A espiritualidade, a perseguição e o martírio são entrelaçados, uma vez que espírito para Jon Sobrino é o espírito cristão, é a vida que vai se realizando e sendo nesse espírito (SOBRINO, 1992, p. 108). Perseguição e martírio constituem uma unidade que brota da opção desse espírito (espiritualidade/vida cristã), já que “o martírio não é visto como algo pontual, mas como culminação da perseguição, e a perseguição é vista como preparação e modo incipiente de martírio” (SOBRINO, 1992, p. 108). Por isso, o autor passa a falar de espiritualidade da perseguição.

Considerando todos os processos da Igreja, desde sua origem, não se desenha nenhuma eclesiologia, cristologia, pneumatologia, etc., ou melhor, qualquer ideal de Igreja cristã sem essa espiritualidade. Seu fundador, Cristo, é aquele que abre o caminho do martírio na cruz, e alerta toda sua comunidade que será assim para todo aquele que se coloca em seu discipulado (Mt 16,24; Lc 9,23-25; Mc 8,34; Jo 12,24-26). Nesse sentido, não se constrói igreja sem realidade de perseguição, uma vez que não pode ser uma questão optativa da fé. Para Jon Sobrino,

sua espiritualidade é em primeiro lugar necessária e não optativa, pois exige em princípio o NT, e a posteriori exige a realidade exposta: é real e não intencional – como pôde ser prática de almas piedosas –, pois não se trata de um desejo sem objetivo verossímil, mas de responder a uma realidade objetiva, desejada ou não (1992, p. 111).

Um dado importante sobre a espiritualidade da perseguição é que ela precisa ser desde sempre compreendida como central da vida cristã. Esta centralidade leva a globalizar toda a perseguição. Ser globalizante é envolver todo o indivíduo neste espírito de perseguição. Assim, lembrar a vida de Jesus ajuda a entender que tudo nele foi conseqüente, tudo levou à perseguição.

A cruz é globalizante da vida do homem. É a consumação da espiritualidade da perseguição. Não é abstrata, mas envolve a vida. Por isso, não se separa o espírito cristão da atividade social, política, individual. “Esta espiritualidade não é regional, como se afetasse uma entre várias realidades, mas central, porque afeta o central da história e da fé do cristão” (SOBRINO, 1992, p. 111). Se a fé é central na vida do homem, pelo menos no homem que decide seguir Jesus, a espiritualidade

que move essa fé será a do mártir Jesus, envolvendo as diversas realidades do seu ser como pessoa. Assim, “é importante porque afeta o núcleo cristão da santidade; não porque se procure a perseguição para a própria santidade, mas porque acontece devido à solidariedade com os pobres e para o seu bem” (SOBRINO, 1992, p. 111).

Jon Sobrino é assertivo quando fala da espiritualidade da perseguição, por isso, afirma:

A espiritualidade da perseguição é uma exigência da própria realidade, e por isso a essa espiritualidade cabe a disponibilidade para perseguição. Trata-se, portanto, de aceitar com seriedade a possibilidade e a realidade da perseguição, de alguma forma e em algum grau, como ingrediente essencial da vida cristã. De modo que, se a perseguição não estivesse presente nenhuma forma de em nenhum grau, o cristão e as Igrejas se perguntariam, pelo menos, qual a razão disso, e fariam dessa pergunta algo fundamental (SOBRINO, 1992, p. 111-112).

Assim, não se fala de teologia cristã sem a encarnação na vida dos pobres. Uma verdadeira teologia, capaz de ser instrumento de salvação para os povos, se origina aqui, na dificuldade, na pobreza, na miséria dos povos, no enfrentamento das estruturas que não querem ver a justiça e o direito dos pobres e empobrecidos da nossa história se concretizando. Desse modo, “a espiritualidade da perseguição é teologal. Por serem realidades em que aparece o último de forma escandalosa e paradoxal, a perseguição e o martírio só podem ser enfrentados com uma espiritualidade teologal” (SOBRINO, 1992, p. 115-116).

A Igreja se confronta consigo mesma aqui, pois sua verdadeira identidade está em ser perseguida. E a felicidade real e autêntica está na perseguição (Mt 5,10-12; At 5,41; 1Pd 3,14; Tg 1,2; Hb 10,34). Em todas estas passagens está expressa a alegria por causa das provações que a vida cristã proporciona. Essa realidade perpassou a vida da Igreja.

A opção pelos pobres e empobrecidos reforça essa autenticidade da espiritualidade da perseguição como razão do ser Igreja. Só haverá felicidade na Igreja, esperança do Reino de Deus, superação dos poderes opressores se no centro estiver, decididamente, a coragem e o enfrentamento a partir do espírito da perseguição.

Evidentemente, essa opção de estilo de vida, põe frente ao homem, como também, frente à Igreja, o grande desafio da morte em relação à vida. Para Jon Sobrino, “a perseguição e o martírio confrontam o homem com a vida e a morte

próprias, com a morte e as esperanças de vida dos outros; com o que se vê confrontado com coisas verdadeiramente últimas” (1992, p. 113).

Na realidade concreta da perseguição e do martírio, o homem se vê confrontado com o paradoxo de que para dar a vida é preciso dar da própria vida e até dar a própria vida; e com o escândalo de que, frequentemente, ao dar a vida não gera sem mais nem menos a vida para outros e, mais radicalmente, que algo falta ao justo. A chamada pergunta pelo último, por Deus, pelo sentido da vida e da história, impõe-se por si mesma sem necessidade de ser induzida nem reduzida à pergunta por Deus e pelo último que o próprio homem é pelo fato de ser criatura. E impõe-se também por si mesma a pergunta pelo modo correto da maneira de relacionar-se com Deus e com o último. Da radicalidade das perguntas se deduz também que as respostas possuem uma radicalidade especial (SOBRINO, 1992, p. 113).

Evidentemente, a perseguição àqueles que vivem cristãmente, sofrendo todas as dificuldades, mesmo que na alegria, será sempre uma vida geradora de outras vidas, ainda quando a experiência da morte se faz presente. O martírio, como globalizante na vida do cristão, está, completamente, inserido no próprio mistério pascal, no qual está também a cruz de Cristo. Se a vida de Cristo na cruz deu-nos a vida em plenitude, a vida de perseguição, inserida no mistério pascal, será lugar de muitos frutos (SOARES, 2009, p. 151).

Para Jon Sobrino, o grande fruto dessa vida de perseguição deve ser a humanização do homem. “A encarnação no mundo real dos “povos crucificados” constitui, de fato, uma experiência de autêntica humanização” (SOARES, 2009, p. 152). Isso leva a olhar toda a realidade martirial como consequência da compreensão de que Deus é favorável aos pobres, escutando seus clamores, e que, em Jesus realiza plenamente sua opção pelos pobres, não restando assim, senão, a obrigatoriedade cristã de lutar pela vida em dignidade das pessoas. Essa experiência será, somente, na vivência da misericórdia de Deus porque se entende que não há nada anterior a ela, nem posterior. “O martírio é, neste sentido, a mais plena expressão do amor maior, porque, em última instância, a máxima concreção de uma misericórdia consequente” (SOARES, 2009, p. 153).

3.2.2 Igreja dos Pobres como Verdadeira Igreja

O pensamento da teologia como Igreja dos pobres, analisada, também, em sua dimensão martirial, evidencia que a identidade real da Igreja é ser pobre. Afinal,

a Igreja também leva a reflexão do sentido da vida em sua totalidade, posto que parte do sentido de ser Igreja de Cristo. O que importa saber, realmente, é que do movimento de Jesus de Nazaré, o Cristo, desencadeia-se um grande movimento eclesial no seu tempo e que se prolongará na história. A Igreja, e todo esse movimento fruto da pregação, morte e ressurreição de Jesus, levará a cabo todo seu ensinamento e proposta do Reino.

O interesse fundamental de Jesus está em anunciar o Reino de Deus e dizer que ele está próximo (Mt 4,17; Mc 1,15; Lc 4,14), e esse anúncio desencadeia a salvação para todos os povos, tendo predileção por todos os pobres. Não é fundamental pensar na criação de um povo distinto do de Israel, uma nova religião, mas é primeiramente, fundamental compreender que, a partir da sua pregação o povo precisa se converter e viver a justiça. Nesse sentido, o movimento de Jesus instaura não um novo movimento religioso, pelo menos a princípio, mas um novo jeito de ver as coisas, as pessoas, as realidades sofridas e, essencialmente, um novo jeito de ver a Deus.

A partir da realidade transcendente, compreende-se o sentido do homem em Deus. Para Jon Sobrino, “aprendemos a ver a Deus desde este mundo das vítimas e aprendemos a ver este mundo de vítimas a partir de Deus. Aprendemos a exercitar a misericórdia e a ter nisso alegria e sentido da vida” (SOBRINO, 2020, p. 33).

Necessariamente, a Igreja dos pobres se constitui a partir da realidade das vítimas. E Jon Sobrino, quando fala de Cristo no mundo dos pobres, alerta para a misericórdia, verdadeiro sentido da Igreja. Para ele o princípio misericórdia é o que conduz a Igreja dos pobres. Da Igreja que é conduzida pela misericórdia se pode dizer que “antes de tudo, sua fé será uma fé no Deus dos feridos no caminho, no Deus das vítimas. Sua liturgia celebrará a vida dos sem-vida, a ressurreição de um crucificado” (SOBRINO, 2020, p. 55).

Toda a realidade da Igreja necessita ser enraizada na situação social. “Determinar concretamente este elemento parcial da realidade não foi fácil para a teologia durante séculos” (SOBRINO, 1985, p. 97). Os sinais dos tempos, que marcam tantas injustiças e pobreza, exigem rupturas, opção clara e misericórdia. Não há dúvidas, é um desafio que se faz necessário para Igreja que quer ser de Deus.

O seguidor de Jesus deve ter entranhas de misericórdia na própria luta necessária pela justiça; deve ter olhos limpos para a verdade de Deus, o qual não banaliza nem relativiza por igual todos os projetos históricos dos oprimidos, mas os julga para que possam dar mais de si; deve trabalhar pela paz, fazer da atitude pacífica um ingrediente da luta pela justiça, mesmo quando a luta pela justiça, levada a cabo justa e nobremente, acarreta em casos-limite à legítima luta armada. Deve, sobretudo, estar disposto à perseguição, a manter-se com fortaleza dentro dela, até chegar a dar a vida, amostra do maior amor e verificação de que o seguimento é realmente pró-existência (SOBRINO, 1985, p. 236-237).

Duas boas realidades do Evangelho iluminam a afirmação da Igreja dos pobres como verdadeira Igreja. Primeiro, as bem-aventuranças (Mt 5,1-12; Lc 6,20-23) e, como consequência, as ameaças aos que não a vivem (Lc 6,24-26). Segundo, o relato de Mt 25,31-46 também ajudará a compreender os pobres na centralidade da Igreja.

As bem-aventuranças aparecem no início da vida pública de Jesus, apresentando assim qual o programa de vida de Jesus. As bem-aventuranças apresentam, pois, uma felicidade que não depende da realidade dos poderosos, mas de homens e mulheres sofridos. A felicidade não está no amor abstrato, fora do homem, mas no que há de mais real: o mundo dos pobres. Por isso, a Igreja se aproxima de sua verdadeira identidade quando, precisamente, está aos lado das pessoas necessitadas e empobrecidas. “Se algo nos mostra claro nas bem-aventuranças é que Deus é dos pobres, dos oprimidos, dos que choram e sofrem. Deus não é insensível ao sofrimento.” (PAGOLA, 2013, p. 67). Deus não é indiferente, apático, as bem-aventuranças apontam para este fim. Deus vem cumprir a promessa de libertação dos que sofrem, de “todos os aflitos, todos aqueles que experimentam uma profunda dor diante de uma sociedade dominada pela injustiça” (ARMELLINI, 2011, p. 210). Estes aguardam ansiosos por Deus, “aguardam de Deus a salvação, “serão consolados”. A vinda do Reino começou a eliminar todas as situações que provocam lágrimas” (ARMELLINI, 2011, p. 210).

Nesse sentido, as bem-aventuranças, são carregadas de esperanças. Por um lado, se é possível imaginar o momento em que foram proclamadas, é possível ver os grandes homens da religião e da sociedade, desorientados, perdidos em meio a essa pregação. Por outro lado, é possível também imaginar o brilho nos olhos daqueles que circundavam a Jesus, que eram até então, desprezados. Pela primeira vez, alguém estava valorizando, se direcionando a eles. Isso é motivo de esperança pela libertação dos povos crucificados na história.

Jesus se liga a estas esperanças. Também para ele, reino quer dizer ingresso real de Deus na história, de modo a criar justiça e paz para aqueles que não conseguem obter justiça... O acontecimento esperado, enfim, bate a porta da existência humana. Vem ao encontro do presente dos homens. Por que exatamente agora? Pela sua presença. O seu tempo é o tempo da realização das promessas proféticas (FABRIS, 2014, p. 111-112).

Em Lucas, Jesus segue com claras ameaças aos que não vivem essas bem-aventuranças. “Ai de vós ricos!... Ai de vós saciados!... Ai de vós que agora rides!... Ai de vós quando todos vos bendisserem” (Lc 6,24-26). Claramente uma separação de mundos. Não é nem preciso dizer de qual lado Jesus está. As ameaças devem ser alertas para a comunidade seguidora, pois não há outro caminho, além dos pobres.

Mt 25,31-46 é outro texto essencial para fundamentar a percepção de que só a partir dos pobres se edifica uma eclesiologia cristã. Numa linguagem apocalíptica, Mateus apresenta a dura realidade do juízo. O Deus que se revela, nesse texto, é o juiz severo, difícil de encarar depois de tantas expressões amorosas de Deus. Quando o Filho do homem vier em sua glória, diz o texto, ele irá reunir todos, e irá separar os homens. Separa entre os benditos de seu pai, os quais trará para si; e os malditos, os quais deve afastar de si. Diante das realidades adversas, o interesse recai nas motivações dessa separação.

Aqueles que foram cheios de compaixão e misericórdia com *os famintos, os sedentos, os estrangeiros, os nus, os doentes, os presos*, ou seja, os que agiram de acordo com a misericórdia de Deus. Por outro lado, aqueles que não fizeram nada por esses pobres, não são dignos do reino. “A separação definitiva acontecerá, pois, baseando-se numa práxis de amor para com o próximo” (FABRIS, 2014, p. 371).

Existe uma lista das pessoas que devem ser ajudadas, são estes: o faminto, quem tem sede, o forasteiro, o nu, o doente e o encarcerado. Segundo Armellini, num túmulo antigo do Egito de 2.500 anos a.C., encontram-se estas palavras, colocadas na boca do defunto. “Eu dei pão ao faminto, eu vesti quem estava nu, eu ofereci uma passagem a quem não tinha um barco” (2011, p. 396). A novidade trazida por Jesus é o fato de que ele se identifica com estas pessoas. Qualquer coisa que seja feita a um destes pequenos, é feita para ele.

O texto bíblico apresenta nesses pobres a realidade do mundo, contudo apresenta, também, que neles está o próprio Deus. “*Cada vez que fizestes a um desses meus irmãos mais pequenos, a mim o fizestes*” (v. 40). O pobre é o próprio

Jesus que continua na história. Acrescenta ainda que *“todas as vezes que o deixastes de fazer a um desses mais pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer”* (v.45). Para Fabris, *“É a práxis do amor concreto e simples pelo próximo que demonstra amor a Jesus. A escolha a favor dos pobres é a escolha pela identidade da escolha cristã, adesão de vida vivida a Jesus”* (2014, p. 372).

Ao seguir esta linha de pensamento, Pagola (2013, p. 323) afirma que *“O último e decisivo no ensinamento de Jesus é este: o Reino de Deus é e sempre será dos que amam o pobre e o ajudam em sua necessidade. Isto é o essencial e definitivo”*. Penso que é mais ainda: o Reino é dos que amam os pobres, ajudam os pobres, mas é preciso identificar-se, entranhar-se deles, ao ponto de ser um deles. Só assim a fala de Jesus será a da Igreja: *“Cada vez que fizestes a um desses meus irmãos mais pequenos, a mim o fizestes”*. Não há outro caminho para a Igreja, e isso deve ser motivo de alegria. Como diz Pagola (2013, p. 323) *“Um dia nossos olhos se abrirão e vamos descobrir com surpresa que o amor é a única verdade, e que Deus reina ali onde há homens e mulheres capazes de amar e preocupar-se com os outros”*.

É preciso, pois, olhar para os que são indesejados, pois lá está Deus, visto que, *“Os valores autênticos ensinados por Jesus são diferentes daqueles pelos quais a maioria dos homens perde a cabeça, mas de fato são os que valem aos olhos de Deus”* (ARMELLINI, 2011, p 396). A fala de Jesus é uma clara denúncia à falta de justiça social.

3.2.3 A Santidade da Igreja Está na Igreja dos Pobres

É possível ser uma Igreja santa sem que seja pobre? A resposta é não. E isso não é uma afirmação infundada, mas é interpretada na história bíblica e nos sinais dos tempos. O CIC atesta que *“A Igreja...é, aos olhos da fé indefectivelmente santa... A Igreja é, portanto, o povo santo de Deus, e seus membros são chamados a santidade”* (CIC. n. 823). Santidade compreendida como uma experiência a ser vivenciada no hoje, aqui e agora, pois, *“Já na terra a Igreja está ornada de verdadeira santidade, embora imperfeita”* (CIC. n. 825). E ainda: *“a caridade é a alma da santidade à qual todos são chamados. Ela “dirige todos os meios de santificação, dá-lhes forma e os conduz ao fim”* (CIC. n. 826). O CIC recorda que o

caminho da cruz também é essencial, porque “O caminho da perfeição passa pela cruz. O progresso espiritual envolve ascese e mortificação, que levam gradualmente a viver na paz e na alegria das bem-aventuranças” (CIC. n. 2015). Essas citações do CIC apresentam, obviamente, que a Igreja é essencialmente santa. E o que se quer é reafirmar, fortemente, essa verdade de fé. Que seja dogma!

O que não pode ser feito é colocar de forma intocável a santidade e não perceber seu lugar de origem e de permanência. Ela é santa, mas não para ser separada da realidade dos homens, mas para santificar, também, os que estão no pecado, e para eliminar o pecado presente no mundo, especialmente, no mundo dos pobres. O CIC lembrou que é santa, mas imperfeita. A Igreja é santa, mas pecadora, assim se costuma falar no meio popular.

Para Jon Sobrino, é preciso compreender “que a vida dos pobres apareceu como algo santo é uma experiência que muitos fizeram no Terceiro Mundo, e também no Primeiro” (SOBRINO, 1992, p. 129). A santidade foi descoberta por muitos na realidade de pobreza e sofrimento. A santidade vai sendo alcançada à medida que vai se humanizando, doando-se. A vida vai se tornando autêntica quando se faz a mais profunda experiência de vida na vida do outro.

Dar a própria vida pela vida dos pobres é melhor que o contrário; que, pelo fato de não fazê-lo, degenerou-se absolutamente a própria vida, porque não se correspondeu às exigências da vida. Positivamente, em ideologias seculares, e certamente na Escritura, isto foi expresso com uma palavra: amor. A atitude de defender a vida dos pobres revela amor; defendê-la, ainda que às custas da própria vida, é amor em ultimidade. E aqui se faz presente a intuição que percorre a história da humanidade: aquele que vive no amor vive (SOBRINO, 1992, p. 132).

A dimensão martirial, fundamenta a doação da vida e complementa a santidade da Igreja como realidade no mundo dos pobres. Quantos mártires, desde a Igreja primitiva, passando pela América Latina, até à atualidade, por defender os pobres. A santidade não é uma realidade do céu, mas um caminho para lá, feito com o próprio Deus. Esse caminho é percorrido com aqueles que Deus chama à vida. Deus está definitivamente presente nos pobres. Não se constitui uma santidade fora disso. A santidade está na cruz porque lá estão os pobres, não se pode fazer outro caminho. “Deus está na cruz de Jesus, o justo morto pelos pecadores; e historicamente, no defensor da esperança dos pobres, morto pelos poderosos” (SOBRINO, 1992, p. 133). Ser santo, portanto, é ser de Deus, e Deus não fica fora

dos pobres “Deus está presente, e muito presente, nos pobres; está escondido e está crucificado, mas está” (SOBRINO, 1992, p. 133).

Talvez o maior desafio da Igreja para ser santa, superando sua imperfeição, seja exatamente ir, também, com Deus ficar na cruz com os pobres. A vida ameaçada, diariamente, chama e clama por Deus. Por essa razão, a santidade é uma construção perene, na busca da relação de intimidade com Deus nesse grito dos pobres.

A vida ameaçada dos pobres mostre a verdade de toda a humanidade; verdade que, por ser pecado, procura ocultar-se ativamente. A vida dos pobres confronta o homem consigo mesmo nessas duas fundamentais dimensões de sua realidade: a co-responsabilidade com outro e a coerência com a realidade. E, embora ambas as coisas possam ser geradas diante de outras realidades históricas, a vida dos pobres as exige com grande ultimidade e as propicia com grande eficácia. Por isso, situar-se coerentemente diante dos pobres é um primeiro início de humanização do homem (SOBRINO, 1992, p. 131).

Como os santos mártires precisaram derramar o seu sangue pela Igreja, pelos pobres, a comunidade eclesial, precisa assumir a santidade como proposta libertadora do povo crucificado. A santidade é fruto de um agir conseqüente com o Reino de Deus, que carece compreender a vontade de Deus, acolher pra si, e depois oferecer ao outro como dom, sendo a própria vida que se oferece.

3.2.4 A Solidariedade e o Mundo dos Pobres

A santidade da Igreja é uma realidade que precisa ser alcançada por todos, a partir da vivência do evangelho na vida. Deus chama todos à santidade, e o caminho dos pobres é o mais crível. Assim, toda a reflexão eclesiológica feita, precisa estar enraizada em Jesus. Jesus se apresenta solidário com os pobres como nunca havia sido feito por ninguém. Por isso, “O importante, ao fazer notar o empobrecimento objetivo de Jesus, é que este acontece por solidariedade com os pobres” (SOBRINO, 1985, p. 213). E é certo que este empobrecimento de Jesus é muito mais que uma ideia, uma abstração.

Assim sendo, a cruz é o sinal máximo de solidariedade de Deus com as vítimas deste mundo, visto que “A participação de Deus na cruz de Jesus levanta uma questão importante. Se Deus não abandona o Filho na morte, mas aparece junto à cruz, significa que abraça em solidariedade e revela algo também do seu

mistério” (ZANINI, 2020, p. 104). Nessa lógica, a cruz faz com que se compreenda e se encontre as respostas, porque Deus escutou e continua escutando o clamor do seu povo.

Jesus é muito concreto e tem uma *práxis* a realizar. A luta pelos pobres constitui a realização do Reino de Deus. Como Igreja é preciso estar atento aos sinais dos tempos para que a solidariedade seja possível eficaz.

A concretização histórica do que seja uma *práxis* do amor não se pode deduzir a priori puramente, precisamente porque é concretização. Na atual situação do terceiro mundo não cabe dúvida de que essa concretização primordial do amor e a promoção e a luta pela justiça em favor das grandes massas oprimidas. Isso não significa que o amor não tenha outras expressões, necessárias também para que a ação seja cristã, como seriam o amor pessoal, a caridade, a amizade, a misericórdia etc., pois continuam existindo na vida dos homens regiões nas quais o amor deverá se concretizar nestas formas. Mas, o que se afirma é que, em nossa situação, todas essas manifestações do amor não podem prescindir da justiça como mais óbvia e urgente expressão do amor. Pois, é a partir da relação com esse “outro” – maioria oprimida – que se dá a categoria teológica do “outro”, que depois se encontrará também no “outro” da família, do casal, da vida religiosa, da profissão etc (SOBRINO, 1981, p. 51).

A solidariedade de Jesus é o mais bonito processo de esvaziamento, rebaixamento de Deus. “Este ativo empobrecimento de Jesus não é outra coisa senão a versão histórica daquilo que depois se teologizará como seu empobrecimento transcendente: a encarnação e a *quenose*” (SOBRINO, 1992, p. 45). Quer estar perto, sentindo, amando e lutando pela libertação do povo. É possível dizer que, sem o amor não pode haver nenhum processo de solidariedade. Se Deus desce até o homem por amor, para libertá-lo, e nisso se descentraliza, então, “por causa do amor, o homem se des-centraliza, encontra sua realização na entrega ao outro” (SOBRINO, 1992, p. 45).

Isso significa que o empobrecimento de Deus em Jesus, o qual se faz por amor e solidariedade a eles, faz com que a dimensão da solidariedade seja fundamental na constituição da comunidade de fé que professa Jesus Cristo como libertador dos povos pobres. “O que interessa sublinhar aqui é que este empobrecimento transcendente se historiciza não só assumindo a carne humana, mas também assumindo a solidariedade com os pobres e marginalizados” (SOBRINO, 1985, p. 214).

O pobre é de tal modo o “outro” que exige absolutamente a excentricidade do homem; que, na prática da libertação, seja realmente essa libertação o que se procura, e não diretamente (embora seja de maneira sutil) o sentido

da própria vida, se bem que esse sentido se encontra na libertação. É o pobre, quem de maneira muito eficaz, coloca o homem diante da alternativa de eleger-se a si mesmo o “outro”, de aceitar ou não frases evangélicas tão simples como aquela que afirma que “é mais feliz quem dá do que quem recebe” (SOBRINO, 1992, p. 45).

Se os pobres descentralizaram Deus, o homem vai fazer o mesmo processo se se deixar envolver pelo amor misericordioso de Deus. “O amor libertador para o pobre, por sua própria natureza, exige uma entrega radical, e é por isso mesmo uma pergunta radical pelo des-centramento do homem” (SOBRINO, 1992, p. 45). É o grande convite do evangelho, renunciar a si mesmo para tomar a cruz e seguir Jesus, sendo que este seguimento é marcado pelo outro, e radical sempre será esta opção pelo outro. “Muito concretamente, isto significa que, na prática da libertação, pergunta-se ao homem se na verdade é dor do ‘outro’ que quer vencer e se o que busca é a libertação do ‘outro’” (SOBRINO, 1992, p. 45).

Quando se analisa a dimensão da espiritualidade do martírio, afirma-se que a perseguição é consequência. Na solidariedade com os pobres, também, está presente a espiritualidade do martírio, pois, a perseguição na vida do que é solidário com os pobres produz “uma solidariedade de uma ordem superior, que ultrapassa o mútuo consolo e leva a igualar os que são desiguais e a conceber a vida cristã a partir da referência do outro” (SOBRINO, 1992, p. 120). Não é de qualquer forma que se é solidário, precisa brotar do encontro com o Deus dos pobres e com os milhares de pobres que desejam viver e sentir a solidariedade. “O espírito da solidariedade é a atitude e convicção de que o cristão não vai sozinho a Deus, mas em companhia de todo um povo” (SOBRINO, 1992, p. 120). Por isso,

Na aproximação com os pobres e na participação em seu destino o cristão experimenta um grande consolo que, teologicamente, pode ser descrito como ter-se encontrado consigo mesmo simplesmente como homem. Participar no destino dos pobres faz com que o cristão readquira a sua dignidade humana, escondida ou desfigurada no chamado homem moderno, competitivo, consumista. Paradoxalmente, é a perseguição que faz com que o cristão descubra o que é a verdadeira humanidade e o faz participar dela; faz com que ele se sinta verdadeiro cidadão do mundo dos homens. Este descobrimento, paradoxalmente gozoso, não é de pouca relevância, pois ele tem a virtude de centrar o sentido da vida do cristão e de mantê-lo no lugar onde principiou a saber o que era (SOBRINO, 1992, p. 117).

É preciso que, principalmente, o homem, de hoje, não se deixe envolver pelo egoísmo, individualismo, isolamento. Jon Sobrino afirma que “foi elogiada a dimensão individualista do ser humano ocidental, sem reparar que isso o levou à

insensibilidade em relação ao comunitário e, pior ainda, a ser egoísta e antissolidário” (SOBRINO, 2020, p. 22). A insensibilidade mata muito, por isso, é preciso estar atento à dimensão da solidariedade, para que não se mate achando que não tem culpa, mas, se tenha uma atitude parecida com a de Deus, que luta contra o sofrimento. Nesse sentido, a fé não pode ser isolada, visto que tal sentimento foi capaz de acompanhar o curso da história: “É um fato histórico que a fé cristã viveu desde o princípio de forma eclesial” (SOBRINO, 1977, p. 58). Necessariamente, a fé é solidária e comunitária. Jon Sobrino afirma que mesmo “antes de qualquer reflexão teológica sobre a nova realidade do crente, eles não compreenderam sua fé em Jesus – o que seria teoricamente possível – de forma individual, mas comunitariamente” (1981, p. 58).

3.2.5 Ressurreição de Cristo e sua Historicização nos Pobres

Não é possível dissertar acerca da historicidade do Reino de Deus, da cruz, de Jesus, se não se reconhece na própria experiência fundamental da ressurreição. Assim, ao se falar da ressurreição na história do homem e da mulher, e na opção de Deus, deve ser sempre a partir dos pobres. Por causa disso, é preciso ratificar que a verdade da ressurreição não é uma verdade fática, mas ela é a verdade que fundamenta toda história do cristianismo, e é da ressurreição que brota toda teologia (SOBRINO, 1985, p. 216).

Nessa mesma linha, Velasco afirma que “a experiência da ressurreição de Jesus, é no fundo, o grande acontecimento desencadeador da Igreja” (VELASCO, 1995, p. 23). Essa é a alegre boa notícia que se transmite ao longo dos séculos: Cristo ressuscitado, esperança dos povos, libertação dos pobres. Certamente, “Uma Igreja que não transmite alegria não é uma Igreja do evangelho; ora, não deve transmitir qualquer alegria, mas a que é declarada em sua ‘carta magna’ das bem-aventuranças e, dentre elas, a da misericórdia” (SOBRINO, 2020, p. 57). Assim, compreende-se que onde há alegria é porque ali há teimosia de resistir, e isto é esperança, porque,

Esta esperança dos pobres não é ulteriormente analisável, mas ela está aí. É uma pergunta pela própria esperança radical de quem se compromete com a libertação. Pode variar a maneira como a pessoa comprometida responde com toda seriedade a essa pergunta; mas os pobres servem

pelos menos para des-centrar a pergunta pela própria esperança (SOBRINO, 1992, p. 47).

Encontra-se, nessa afirmativa, o ponto alto da parcialidade de Deus na ressurreição de Jesus. Quando tudo parecia o fim e a esperança dos pobres tinha morrido, Deus se manifesta na ressurreição e reafirma toda sua opção. “O sim de Deus à pretensão de Jesus, desautorizando o não de seus representantes oficiais” (VELASCO, 1995, p. 45). Os representantes faliram, a esperança do reino se concretiza, pois, verdadeiramente, Deus estava ao lado dos pobres, estava com Jesus, por isso, o ressuscitou. Toda a pregação de Jesus agora se realiza plenamente, posto que, os pobres veem, na ressurreição do Filho de Deus, o fracasso da pretensão dos poderosos acerca de Deus. Para Velasco, a experiência da ressurreição não é só um milagre, no qual um morto volta à vida, mas “é a reivindicação de Jesus por parte de Deus, a legitimação que Deus faz suas pretensões, da causa pela qual tinha oferecido sua vida” (1995, p. 45). Para Velasco, a ressurreição confronta a realidade dos poderosos.

O olhar sobre a ressurreição de Jesus, como confirmação da parcialidade de Deus, é novo, nunca visto, é revolucionário e motivo para se construir e edificar a comunidade tão sonhada por Deus. Por isso, esse episódio é altamente desconcertante para a comunidade judaica e, sobretudo, para os poderosos do templo que mataram em nome da fé, em nome de um Deus.

Jon Sobrino traz essa perspectiva quando fala da ressurreição como a conquista da justiça para os pobres. Recorda o discurso de Pedro em At 3,13-15, 4,10; 5,30; 10,39; 13,28ss, no qual anuncia a ressurreição de Jesus, com a acusação daqueles que o crucificaram. Eles não venceram. Deus foi a favor deste Jesus crucificado.

Mas, afinal, o que fala a ressurreição de Jesus como confirmação desta opção de Deus? Ora, um inocente foi ressuscitado por ter sido crucificado. Deus fez justiça. E dizer que Deus fez justiça significa que a ressurreição de Jesus expressa a não tolerância de Deus com a injustiça reinante e sua solidariedade com os injustiçados. Se Deus fez justiça a uma vítima, todas as vítimas e injustiçados merecem justiça.

Deus ressuscitou quem viveu dessa forma e quem por isso foi crucificado. Deus ressuscitou um inocente e fez justiça a uma vítima. A ressurreição de Jesus não é então apenas um símbolo da onipotência de Deus – como se Deus tivesse arbitrariamente e sem conexão com vida e o destino de Jesus

decidido mostrar sua onipotência e revelar-se assim como Deus – mas é apresentada como a defesa que Deus faz da vida do e das vítimas (SOBRINO, 2000, p. 134).

A experiência do ressuscitado deve gerar, na comunidade dos discípulos, plena convicção de que, agora, a missão deles é testemunhar a ressurreição. Deus ressuscitou para dar vida de uma vez por todas. Para a comunidade cristã, não restará alternativa, a não ser assumir essa identidade. Conseqüentemente, todos aqueles que vivem à margem e são humilhados e oprimidos devem ser os prediletos da comunidade cristã que fez a experiência da ressurreição. Sem esta, a comunidade fica paralisada no medo e não sai para testemunhar a alegria da vida manifestada em Jesus.

Jon Sobrino historiciza a ressurreição para que os pobres a vivam em plenitude. É preciso identificar o crucificado-ressuscitado. A identificação é para que se torne crível e real a ação de Deus. A partir da ressurreição se começa a falar de esperança, de vida. Bem, assim, fica claro e incontestável que o homem ressuscitado por Deus é Jesus de Nazaré, o mesmo que andou percorrendo os lugares falando de um Reino de justiça e vida para todos.

Deus é justo e não poderia não vencer a injustiça, pois a ressurreição se torna esperança dos pobres e marginalizados. Deus mostrou que a cruz agora não será mais sinal de morte, mas de salvação dos pobres crucificados. Assim como Jesus foi crucificado, muitos povos continuam sendo até os dias atuais. Todas as vezes que os pobres são mortos pelas estruturas, pela violência, fome, estão vivendo a experiência da cruz. Por isso, a ressurreição de Jesus traz luz e ânimo para o povo. Portanto, todos os que assumem a vida de Jesus passam pelo processo da cruz. O anúncio do Reino levou Jesus para a cruz (SOBRINO, 1985, p. 218).

Existe um aspecto muito interessante da reflexão de Jon Sobrino sobre a ressurreição que ilumina muito a história dos povos crucificados porque, diante de Jesus na cruz, derrotado, humilhado, surge a pergunta: onde está Deus que não salva seu próprio Filho? Aqui, talvez, esteja a ideia de que, realmente, os poderosos sempre vencem.

Deus mostra o contrário, a cruz será a fortaleza. Pois, não é só a onipotência de Deus que se revela na ressurreição, mas Ele deixa evidente que o exercício de sua justiça é algo real. O homem não pode ser mais forte que a justiça, que a bondade e a misericórdia. O pecado não pode superar a graça. Para Jon Sobrino, a

ressurreição de Jesus ultrapassa a convicção de onipotência (1985, p. 218), Deus não decide de forma isolada, arbitrariamente, ressuscitar Jesus, mas é uma decisão pela vida dos pobres e do pobre que está crucificado. A onipotência de Deus está entrelaçada com a vida que Jesus levou no meio dos homens. “A ressurreição de Jesus é apresentada antes como resposta de Deus a ação injusta e criminosa dos homens” (SOBRINO, 1985, p. 218).

Quando se fala que o *Reino de Deus é dos pobres*, fala-se que o conceito próximo seria vida justa para os pobres. Aqui é evidente que esta vida justa é garantida na cruz. A cruz é resposta da ação libertadora de Deus. Mataram um justo, um defensor dos direitos dos povos pobres e marginalizados, mataram um pobre indefeso. Deus, que defende a vida, poderia silenciar?

Apresentada desta forma, a ressurreição de Jesus mostra diretamente o triunfo da justiça sobre a injustiça; não é simplesmente o triunfo da onipotência de Deus, mas a justiça de Deus, embora para mostrar essa justiça, Deus ponha em ato o poder. A ressurreição de Jesus converte-se assim em boa notícia, cujo conteúdo central é que uma vez e na plenitude, a justiça triunfou sobre a injustiça, a vítima sobre o verdugo (SOBRINO, 1985, p. 218).

Essa experiência fundante da comunidade cristã impulsiona a esperança. Uma esperança que se origina do escândalo da cruz e gera atitude nos homens. A ressurreição de Jesus deve gerar o desejo de superação desse escândalo. Ou será que é possível se adaptar a ver tantos povos sendo ainda crucificados? Para Jon Sobrino, a superação do escândalo da injustiça passa pela esperança em lutar, todos, juntos pela vitória da ressurreição. Pois, “crer na ressurreição de Jesus como futuro bem-aventurado da própria pessoa, passa pela prática do amor histórico de dar já a vida aos que morrem na história” (SOBRINO, 1985, p. 219).

Jon Sobrino pensa ser possível descentralizar, sair e enfrentar a injustiça, não compactuando com as escandalosas mortes presentes ainda na história. A ressurreição é a esperança dessas pessoas. Elas estão mortas, abandonadas e somente na ressurreição de Jesus podem retornar a vida e perceber que por elas tem um Deus também crucificado, mas que venceu. Ora, qual seria a esperança dos tantos crucificados hoje? “Deus ressuscitou um crucificado, e desde então há esperança para os crucificados da história” (SOBRINO, 1985, p. 220). Eles, pobres sofredores na história, olham para Jesus como aquele que pode salvá-los.

Então, essa ressurreição está circunscrita a um povo ou é universal? Essa é uma pergunta recorrente cada vez que se relaciona a experiência de ressurreição com os pobres. A ela, Jon Sobrino responde dizendo que a universalidade da salvação é um fato, mas toda universalidade da salvação parte de uma realidade específica, a saber, os pobres. Isso não significa uma limitação imposta à ressurreição, por isso, quando se fala de um lugar, um povo, uma cruz, quer indicar o horizonte de Deus para salvar. Para Jon Sobrino, “a correlação entre ressurreição e crucificados... não significa desuniversalizar a esperança de todos os homens, mas encontrar o lugar correto de sua universalização” (SOBRINO, 1985, p. 220).

Este lugar, o mundo dos crucificados, não é um lugar excepcional ou esotérico. Não podemos esquecer que a cruz de Jesus, antes de ser a cruz – linguagem a que nos acostumamos – é uma cruz entre muitas outras antes e depois de Jesus. Não podemos esquecer que hoje são milhões no mundo os que não simplesmente morrem, mas que de diversas formas morrem, como Jesus, “nas mãos dos pagãos”, nas mãos dos modernos idólatras da segurança nacional ou da absolutização da riqueza. Muitos homens morrem realmente crucificados, assassinados, torturados, desaparecidos, por causa da justiça. Muitos outros milhões pela lenta crucificação produzida pela injustiça estrutural. Hoje existem povos inteiros convertidos em farrapos e rejeitos humanos pelo apetite dos outros homens, povos sem rosto nem figura, como o crucificado. Isto infelizmente, não é pura metáfora, mas realidade diária. De um ponto de vista quantitativo, a verdade é que a ressurreição de Jesus pode dar esperanças a imensas maiorias de humanidade (SOBRINO, 1985, p. 220-221).

Não será possível esquecer esses milhares de crucificados que só tem uma única esperança: a ressurreição do pobre, Jesus de Nazaré. Essa esperança será símbolo universal dentro da realidade dos pobres, pois a participação na crucificação é a esperança da ressurreição também. Jon Sobrino (1985, p. 221) diz que “É preciso participar, pois, da crucificação, ainda que analogicamente, para que exista uma esperança cristã”. Jon Sobrino (1985, p. 221) acrescenta que “a comunidade na vida e destino de Jesus é o que dá esperança de que se realize também em nós o que se realizou em Jesus”.

É possível dizer, a partir do pensamento de Jon Sobrino, que não há outra saída para quem deseja seguir Jesus, senão, colocar-se no caminho da crucificação também. A cruz não deixa de ser local de morte, como bem se constatou, uma vez que milhares, de uma forma ou outra, são ainda colocados nela, mas Jesus apresentou uma nova lógica, por meio da ação de Deus: a vida que pode ser gerada nela, pela bondade de Deus.

Os pobres crucificados na história, assim como foi Jesus, esperam salvação, e sabem que só é possível por Deus. Não há esperança dos pobres nos homens, e ainda bem, a não ser, naqueles que ajudam a encontrar o caminho da crucificação na ressurreição. Jon Sobrino (1985, p. 222), olhando para essa realidade de incredibilidade no homem, diz que os pobres, realmente, desejam um poder que seja crível. Isso se dá porque nenhum outro poder eleva os pobres à dignidade, ao contrário sempre foi o poder dos homens que tirou de todos a dignidade. Os pobres, na experiência da ressurreição, vão perceber o poder de Deus no amor. O poder que é capaz de dar a vida, de resgatar o homem de sua quase inexistência para a vida com dignidade. É este o poder que é crível e que liberta.

A cruz será tão desafiadora para que seja, de fato, transformadora. Visto que se acredita que a beleza de ter Deus ao lado dos pobres é poder ver a alegria histórica destes sofredores que agora podem dizer: “alguém com poder está em nosso favor”.

A cruz que parecia impotência, derrota ou frustração para muitos, foi salvação e, na entrega de Deus, talvez na sua impotência, se revela grandeza e magnífica capacidade de salvar. Para Jon Sobrino (1985, p. 222), “esta impotência, por si mesma, não causa esperança, mas tona crível o poder de Deus que se mostrará na ressurreição”. Somente os pobres conseguem compreender isso, somente os desfigurados, sem rostos, sem esperanças são capazes de entender esta impotência de Deus.

Quem está envolvido em poder e nas estruturas opressoras jamais será capaz de experimentar tão grande amor. “A razão está em que a onipotência de Deus é expressão de sua absoluta proximidade com os pobres e de que compartilha até o fim de seu destino” (SOBRINO, 1985, p. 222). Sim, o Deus criador do Gênesis, o Deus libertador do Êxodo, o Deus que envia os profetas para denunciar a injustiça, o Deus que envia seu próprio Filho, é sim, conseqüente com suas escolhas. Desde o princípio, defendeu os pobres e vai até a cruz com eles. Quem poderá entender isso senão os pobres? Quem poderá viver isso, senão aqueles que também são conseqüentes com o reino ao qual aderiram? É fato que “Se Deus esteve na cruz de Jesus, se compartilhou desse modo os horrores da história, então sua ação na ressurreição é crível, ao menos para os crucificados” (SOBRINO, 1985, p. 222).

Para os pobres e crucificados, surge a esperança de Deus na cruz e, assim, surge o interesse pela vida. Os poderosos não entendem como Deus pode ficar em

silêncio diante de um ato tão violento quanto a crucificação, mas esse silêncio de Deus na cruz que gera tanto medo e escândalo para a racionalidade, tanto natural como moderna, “não causa o mesmo escândalo aos crucificados, pois estes têm interesse em saber se Deus esteve também na cruz com Jesus” (SOBRINO, 1985, p. 222).

Se assim é, consumou-se a proximidade de Deus com relação aos homens, iniciada na encarnação, anunciada e tornada presente em sua vida terrena. O que a cruz diz em linguagem humana é que nada na história colocou limites à proximidade de Deus aos homens. Sem esta aproximação, o poder de Deus na ressurreição permaneceria pura alteridade, por isso seria ambíguo e, para os crucificados, historicamente ameaçador. Mas com esta proximidade podem realmente crer que o poder de Deus é boa notícia, por que é amor. A cruz de Jesus continua sendo, em linguagem humana, a expressão mais acabada do imenso amor de Deus aos crucificados. A cruz de Jesus, diz de maneira crível, que Deus ama os homens, que Deus pronuncia uma palavra de amor e salvação e que Ele mesmo se diz e se dá como amor e como salvação; diz – permita-se-nos a expressão – que Deus passou pela prova de amor, para que depois possamos crer também em seu poder (SOBRINO, 1985, p. 222-223).

A historicização da ressurreição garantiu acolher essa grandiosidade do amor de Deus conseqüente com os pobres. Quando os povos crucificados percebem a presença de Deus na cruz não temem mais, ao contrário, enchem-se de esperança. Pelo sofrimento, deveriam ser os que não teriam facilidade em acreditar.

Os pobres compreenderam algo muito importante sobre Deus. Eles compreenderam “que o poder de Deus não é opressor, mas salvador; que não é pura alteridade com relação a eles, mas proximidade” (SOBRINO, 1985, p. 223). O amor transformou e até os mais sem amor compreenderam que Deus salva pelo amor.

Na ressurreição, ousa-se afirmar, a partir de toda essa reflexão, há muito mais manifestação de amor que de poder, pois “o puro poder não gera necessariamente esperança, mas um otimismo calculado” (SOBRINO, 1985, p. 223). Aí se pode ver a força revolucionária do amor, pois transforma todas as expectativas em esperanças. “O Deus crucificado é o que torna crível o Deus que dá a vida aos mortos, porque o mostra como um Deus de amor e, por isso, como esperança para os crucificados” (SOBRINO, 1985, p. 223-224).

A ressurreição como grande mistério, evento fundante da Igreja, das comunidades, é a grande esperança de um povo que nem fazia parte, que nem imaginava ser amado. Deus é, assim, capaz de confundir a todos, mas não por desejo, por premeditação, e sim como conseqüência da não acolhida de sua

revelação aos pobres. Na cruz, na impotência, no silêncio, no rosto desfigurado, o mundo passou a conhecer o poder transformador de Deus que opera a partir dos pobres pela proximidade e pelo amor.

A ressurreição de Jesus é para a Igreja o ponto de partida e de chegada, é a misericórdia para com os pobres, completa em sua cruz e sua ressurreição. A Igreja precisa olhar para a cruz e ver, constantemente, a presença de milhares de crucificados, homens e mulheres que sofrem a exclusão, a morte, e sempre em plena comunhão com estes crucificados. Necessita ver também Deus na cruz, não para ficar morto, mas para levar todos esses crucificados a vida prometida por ele.

Na cruz todos os empobrecidos se reconhecem filhos e respondem a questão da transcendência de Deus. É mistério, pois, encarnado na história podendo assim, ser vivido. Ao experimentar a cruz, na qual está Deus, ninguém se sente órfão, excluído, mas filhos. Jon Sobrino entende que um povo crucificado, que se mantém no seguimento a Jesus, responde todas as questões do mistério da fé cristã.

Se não fraqueja em sua prática da libertação, se mantém a esperança, se crê que o reino de Deus se aproxima e, por outro lado, se crê que é preciso carregar o pecado do mundo e que este carregar o pecado é salvífico, já está dizendo sem palavras, algo sumamente importante acerca de Deus, e o diz mantendo a tensão tipicamente cristã dentro do mesmo Deus, tal como em seu tempo o formulou a teologia paulina. Deus é salvação, ressuscitou Jesus e “chama à existência o que não existe” (Rm 4,18). Ao mesmo tempo, a cruz é um portento de Deus, “a loucura de Deus é mais sábia do que os homens e a fraqueza de Deus é mais poderosa do que os homens” (1 Cor 1,25). Este é o mistério de Deus e a palavra última sobre a realidade. Deus atrai a si a história, submergindo-se nos horrores dessa história. Um povo crucificado que simultaneamente mantenha o Deus libertador do Êxodo e o Deus da cruz, está dizendo que crê em Deus e o que entende por esse Deus no qual crê (SOBRINO, 1985, p. 238).

É necessário que a Igreja se veja também na cruz. Sim, a Igreja, também, precisa ser crucificada, pois ser crucificada significa estar em plena proximidade com os povos que sofrem e com o próprio Deus que está na cruz para descê-los de lá. O lugar da Igreja é sempre ao lado dos crucificados, vivendo com eles a alegre esperança na ressurreição. Deus é assim, tão bom; esse é o Deus que se deve crer.

3.3 A PASTORAL DA IGREJA DOS POBRES

Cabe agora buscar luzes para compreender os desafios de viver a opção pelos pobres hoje, eclesiologicamente e pastoralmente. Hoje, mas com perspectiva

do futuro. Qual Igreja se deseja ser? Para tanto, olhar para o Concílio Vaticano II e as conferências episcopais latino-americanas é necessário para a compreensão e formação de uma Igreja verdadeiramente pobre.

Sem dúvida, as dimensões profética e martirial da Igreja foram e são imprescindíveis para um mundo marcado por tantas injustiças. Uma Igreja parecida com Jesus que encontra luzes e fundamentos para os desafios atuais, no magistério do próprio Papa Francisco, como impulso eclesiológico para viver a *práxis* de Jesus no mundo atual.

Por essa razão, a tarefa agora é, portanto, direcionar o olhar para a perspectiva pastoral, com uma análise dos eventos atuais na Igreja para perceber desafios, como também, perspectivas para a vivência concreta do Reino de Deus. O pobre continua precisando ser libertado, e isso implica a necessidade de um profundo encontro com o Jesus nos evangelhos. Assim sendo,

As novas situações demandam novos métodos de uma *práxis* libertadora. No caso, trata-se de estar atentos e não retroceder nem a um 'verticalismo' de uma união espiritual com Deus desencarnada, nem ao simples personalismo existencial feito de laços entre indivíduos ou pequenos grupos, nem muito menos ao horizontalismo socioeconômico-político (GUTIÉRREZ, 2014, p.34).

São muitos os desafios enfrentados hoje para construir uma sociedade mais justa e fraterna. Parece mesmo que os tempos passam, mas as ações injustas permanecem. A desigualdade social continua sendo promovida, os pobres continuam sendo gerados pelos sistemas dominadores. Ser uma Igreja pobre que testemunhe o Reino continua sendo um desafio no presente.

Nesse sentido, no contexto atual, a fé é interpelada a mergulhar na realidade humana para transformá-la à luz do Evangelho de Jesus. Afinal de contas, "não é a fé cristã uma fuga da realidade; ao contrário, é um mergulhar na realidade, iluminado pelo Evangelho para transformá-la em nova criação. Ela se põe a serviço da vida, da humanização, da justiça, da liberdade" (MIRANDA, 2013, p. 125).

Superar a superficialidade de uma fé sem história, sem enraizamento na proposta do Reino de Deus é um grande desafio. Muitos cristãos não são movidos por uma fé do encontro com o Deus da vida, mas muitas vezes por experiências que não surgem da própria vivência fundante da fé da Igreja, e da fé em Jesus crucificado e ressuscitado.

São muitas as possibilidades de verdade que são oferecidas no tempo de hoje. Com efeito, é preciso identificar a verdade que dá o sentido autêntico da vida. O pluralismo social, político, ideológico e religioso no qual se vive, impõe repensar a atitude como Igreja e intensifica, cada vez mais, a urgência de ser uma Igreja pobre para os pobres. Daí, a necessidade de que a parcialidade e a *práxis* de Jesus seja sempre um ponto de partida para a eclesiologia. A realidade do mundo plural, fruto da modernidade, exigiu uma tomada de consciência da Igreja para uma avaliação de sua presença no mundo. Nesse contexto, surgiu, por inspiração do Espírito Santo, o desejo de um novo Concílio para a Igreja, não mais focado em questões de doutrina, mas, na evangelização no mundo com todas suas pluralidades e dificuldades.

3.3.1 O Concílio Vaticano II e a Renovação da Igreja pelos Pobres

Em janeiro de 1959, foi anunciada, de forma aberta, a realização do Concílio Vaticano II, a ser realizado, a partir de 1962. Em 11 de outubro de 1962 é aberto solenemente o Concílio que se concluiu em 8 de dezembro de 1965. É pertinente indagar: quais são as luzes que o Concílio Vaticano II traz para uma reflexão da Igreja que se coloca ao lado dos pobres? É preciso que esse momento tão rico da Igreja, no que se refere a uma verdadeira transformação do jeito de ser Igreja no mundo, apresente-se como luz para tudo que está sendo refletido a partir do pensamento do Jon Sobrino. Na preparação do Concílio, mais precisamente, um mês antes de sua abertura, o Papa João XXIII dizia em uma mensagem radiofônica: “Pensando nos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta e quer realmente ser a Igreja de todos, em particular, a Igreja dos pobres” (VATICANO II, 2007, p. 23).

Ao considerar, aqui, o Concílio Vaticano II não se pretende aprofundar toda teologia desenvolvida por ele para uma *práxis* pastoral mais real, parecida com Jesus. O intuito é perceber como, a partir dele, desenvolveu-se uma gama de pensamentos e conferências que aprofundaram a temática dos pobres como ponto fundamental da eclesiologia, da Igreja.

Evidentemente, o Concílio Vaticano II possibilitará esse diálogo mais franco e aberto com o mundo. A expressão Igreja dos pobres emerge da boca do Papa. Pode-se dizer que essa tomada de consciência suscitou uma atitude profética para com o mundo de hoje, pois, “no fim do Concílio, mais de quinhentos bispos

assinaram o Pacto das Catacumbas como sinal de solidariedade com os pobres e engajamento na luta pela justiça” (FIUC, 2017, p. 24). Sem sombra de dúvida, em todo o Concílio Vaticano II e, posteriormente, se olha com mais atenção para os pobres e o mundo marginalizado. “Da tomada de consciência do drama da pobreza e das desigualdades individuais e coletivas nasceu no Concílio o grupo ‘Igreja dos pobres’” (FIUC, 2017, p. 24).

Uma característica essencial do começo do século XXI é a distância crescente entre ricos e pobres. No mundo todo, a injustiça sistemática é alimentada pela busca desenfreada do lucro...a distância entre ricos e pobres não é um fenômeno dos países ricos. Ela afeta igualmente, de maneira escandalosa, países menos ricos onde pequenas elites ligadas a partidos do poder monopolizam aos recursos públicos em benefício próprio, ignorando as necessidades dos pobres à sua porta (FIUC, 2017, p. 61).

Claramente, uma forte preocupação social com a realidade do mundo moderno. Mas, sem esquecer que a Igreja é presença no mundo, e só é possível a transformação social, se ela mesma se transforma e age em prol da renovação do mundo e dela mesma. Por isso, um termo muito caro ao Concílio Vaticano II é o *Aggiornamento*.

“*Aggiornamento* significa atualização, renovação, reforma mesmo. Pressupõe primeiramente um descompasso da Igreja com a sociedade envolvente, uma dificuldade mais experimentada e sentida do que formulada de proclamar na cultura de então a mensagem evangélica, uma convicção firme do fim de uma configuração histórica do catolicismo” (MIRANDA, 2006, p. 232).

O Concílio Vaticano II busca abertura em sua relação com o mundo. Pode-se dizer que ele inaugurou um novo tempo na Igreja, uma nova consciência para seu ser no mundo, segundo a Federação Internacional de Universidades Católica (FIUC, 2017, p. 19). Nesse sentido, o Concílio já se apresenta como pastoral, sem ter a pretensão de ser um encontro para discussão de doutrinas. Por isso, na abertura do Concílio, em 11 de outubro de 1962, o Papa João XXIII afirmou que o objetivo do encontro conciliar “não é o de discutir princípios doutrinários, retomando o que os padres e teólogos, antigos e novos ensinaram, que todos sabemos e está profundamente gravados em nossas mentes” (VATICANO II, 2007, p. 31).

É impossível falar da Igreja dos pobres sem falar da misericórdia. Ela perpassa toda a vida do homem e o Concílio Vaticano II trará amplamente essa experiência. A Igreja que deve emergir, não deve mais usar da severidade, como sempre fez, mas “agora, porém, a esposa de Cristo prefere recorrer ao remédio da

misericórdia a usar as armas do castigo” (VATICANO II, 2007, p. 32). É uma nova perspectiva que “Em face das necessidades atuais, julga mais conveniente elucidar melhor sua doutrina do que condenar os que dela se afastam” (VATICANO II, 2007, p. 32).

Para muitos, o Concílio emerge como uma atualização de profecia da Igreja diante das tantas realidades conturbadoras do mundo de hoje. É assim uma forma de trazer de volta a profecia contra as estruturas dominantes, “fazendo apelo à colaboração de todos os homens e mulheres de boa vontade e exprimindo a solidariedade com os pobres” (FIUC, 2017, p. 19-20). É preciso, pois, que a compreensão do Concílio como forte de expressão pastoral, carregue a verdadeira compressão de denúncia e anúncio, pois, o que pretende é afirmar que todos os homens e mulheres, de raças, cores, religião, ética, não sofram discriminação nenhuma (FIUC, 2017, p. 20). Nesse sentido, a preocupação pelos pobres está na vida de todo Concílio Vaticano II¹⁰, mas é importante frisar que não surge aqui, como uma realidade totalmente nova.

Certamente, a preocupação com os pobres não é algo novo na vida da Igreja. Não surgiu com o Concílio nem com a teologia da libertação. Mesmo que não tenha sido sempre e em toda parte a preocupação central da Igreja, mesmo que tenha se dado muitas vezes de maneira ambígua a até contraditória e mesmo que tenha desempenhado um papel secundário ou irrelevante na reflexão teológico-dogmática, a preocupação com os pobres sempre foi um aspecto importante da vida da Igreja. Pelos menos, nunca desapareceu completamente nem foi negada de modo explícito e radical. Mas ela adquiriu, com o Concílio Vaticano II e, sobretudo, com as conferências latino-americanas e com a teologia da libertação, nova atualidade, novas dimensões e novas configurações, formuladas nos termos “Igreja dos pobres” e/ou “opção pelos pobres”, que convém retomar e explicitar, inclusive, para compreender a proposta do Papa Francisco (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 52-53).

O olhar do Concílio Vaticano II, voltado para o diálogo com o mundo, coloca também no centro o modelo de Igreja que se sonha e que se quer apresentar ao mundo. A *Lumen Gentium* – LG, constituição do Concílio sobre a Igreja, ainda no número primeiro diz que é preciso iluminar todos os povos com a luz do próprio Cristo. Porque Cristo é “luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas” (LG, 2007, n. 1). Cristo torna presente o Reino

¹⁰ É fato que o tema dos pobres não foi o que norteou o Concílio, mas o tema dos pobres e da pobreza em geral não esteve ausente. Os textos refletem menos que a primeira intenção de João XXIII e as significativas intervenções do Cardeal Lercaro pretendiam. Segundo Libânio, “o papa queria que a Igreja fosse particularmente dos pobres. O Cardeal Lercaro pedira que a evangelização dos pobres fosse o tema do Concílio” (LIBÂNIO, 1995, p. 318). O que é importante destacar é que não será um tema despercebido, mesmo que não seja central.

de Deus (LG, 2007, n. 5) e este Reino precisa ser manifestado pela ação da Igreja no mundo hoje.

Para ser iluminadora é preciso estar na vida do povo. A constituição *Gaudium et Spes* – GS começa exatamente dizendo que “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje sobretudo dos pobres e todos aqueles que sofrem...” (GS, 2007, n.1). As primeiras palavras são referentes ao que está fora, e lembra claramente o sofrimento de um povo: os pobres. Após lembrar os sofrimentos, a Igreja agora se coloca no meio quando afirma: “São também as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias dos discípulos de Cristo” (GS, 2007, n.1). A Igreja se coloca na colaboração e construção de um mundo mais justo. Dessa forma, “A Igreja oferece à humanidade sua colaboração sincera para que alcance a fraternidade, que é a vocação de todos” (GS, 2007, n.3).

A GS expõe a fragilidade do mundo presente e, ao fazê-lo, denuncia muitas injustiças. Apresenta a incoerência de um mundo no qual, de um lado existem grandes riquezas, e do outro lado, a pobreza, a fome gritam. De um lado, senso de extrema liberdade, ocasionado pelo pensamento moderno, do outro lado, tantas formas de escravidão social e psíquica (GS, 2007, n. 4). Essa abordagem que o Concílio Vaticano II traz clama por solidariedade com os pobres, exige “uma ampla e universal solidariedade, mas, ao mesmo tempo, cava-se um abismo cada vez maior entre as forças que se combatem” (GS, 2007, n. 4). A força da solidariedade, do cuidado, não pode ser unificada, relacionada a nenhuma estrutura de força do mal (miséria, fome, injustiça etc.). As angústias, tristezas, essa realidade de fome e injustiças é um desafio para o mundo e para a Igreja. Contudo, ele exige resposta, como diz o Concílio Vaticano II.

A GS estampa a falta de equilíbrio no mundo presente. São grandes as dificuldades relacionais entre países ricos e países pobres. São grandes os conflitos. A superação da pobreza, da injustiça passa por uma amizade universal, superando a fragilidade dos pobres, nas esferas política, econômica, social, visto que, cada vez mais o homem se sente senhor da história, dominador. No entanto, o homem em seu domínio, seja político e social, seja econômico, deve perceber-se a serviço da humanidade. O grande desafio é levar o homem a entender sua relação com os outros a partir da superação dos conflitos e injustiças (GS, 2007, n. 8 e 9).

Os povos pobres interpelam os ricos. As mulheres reivindicam igualdade de direitos com os homens onde ainda não obtiveram. Os operários e os camponeses querem poder comprar, com seu trabalho não só o necessário à subsistência, como tudo de que necessitam para cultivar seus dotes pessoais e participar ativamente da organização da vida econômica, social, política e cultural. Pela primeira vez na história humana, os povos do mundo inteiro têm a convicção de que os bens culturais podem e devem ser estendidos absolutamente a todos (GS, 2007, n. 9)

Tamanhas desigualdades fragilizam o próprio mundo. O Concílio Vaticano II diz que o mundo moderno é assim poderoso e fraco, livre e escravo, de progresso e involução, de fraternidade e ódio, ricos e pobres (GS, 2007, n. 9). É preciso reorganizar o mundo. O homem tem potencial para a fraternidade, serviço, promoção do bem comum, mas é preciso questionar-se sobre a orientação que está tomando no mundo moderno. É preciso que a justiça social seja real e transformadora. Para o Concílio Vaticano II é uma lástima que os direitos fundamentais dos homens ainda não sejam reconhecidos e protegidos em todo o mundo (GS, 2007, n. 29). É significativo que pense nas mulheres, camponeses, migrantes, que ainda são desprotegidos em muitos lugares.

As desigualdades sociais precisam ser sanadas, elas são vergonhosas, ferem a humanidade na sua essência, uma vez que são “contrárias à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa, à paz social e internacional” (GS, 2007, n. 29). A GS traz a unidade dos povos e a promoção da paz. Recorda que não existe paz sem o árduo trabalho pela superação das injustiças.

A GS vem recordar que todas as instituições humanas, sejam elas privadas ou públicas, devem sempre desejar estar a serviço da dignidade e do fim a que são chamados todos os seres humanos, pois devem lutar com coragem “contra toda dominação social ou política, em favor do respeito aos direitos humanos fundamentais, sob qualquer regime. (GS, 2007, n. 29). É preciso respeitar a dignidade da pessoa humana e de todos os povos, e afirma que “a paz, além de fruto da justiça, é fruto do amor” (GS, 2007, n. 78). Por isso, o Papa Paulo VI, quando concluía o Concílio na *Mensagem do Concílio à humanidade*, expressou:

Vós que sentis mais pesadamente o peso da cruz, que sois pobres e abandonados, vós que chorais e sois perseguidos por causa da justiça, vós, de quem não se fala, os desconhecidos que sofreis, tende coragem: sois os preferidos do reino de Deus, reino de esperança, de felicidade e de vida. Sois os irmãos de Cristo sofredor e com ele salvais o mundo!
Eis a ideia que tem o cristão do sofrimento, a única que traz a paz. Sabei que não estais sozinhos, separados, abandonados ou inutilizados. Sois os chamados por Cristo, sua imagem viva e transparente. Em seu nome, o

Concílio os saúda com amor, vos agradece e vos dá a certeza da amizade e da assistência da Igreja, que vos abençoa (2007, n. 481).

Este olhar sobre o Concílio Vaticano II e como ele se dirigiu a todos os povos de forma mais aberta ao diálogo, à fraternidade, e à superação dos males do mundo presente, possibilita uma tomada de decisão das igrejas espalhadas pelo mundo inteiro. Se o Concílio Vaticano II não abordou de forma incisiva a questão dos pobres, também não os esqueceu e deixou clara a necessidade de estar perto, cuidar e promover a justiça. Agora, é preciso que a partir da abertura dada no Concílio Vaticano II se transforme em ações concretas, estilo de vida nas igrejas particulares do mundo inteiro.

3.3.2 As Assembleias Episcopais Latino-americanas e a Emergência dos Pobres

Com o Concílio Vaticano II se inicia o perene processo de sua recepção. A Europa e a América Latina assumiram, por assim dizer, o pioneirismo nesse processo. Duas realidades, dois mundos, duas formas de interpretar o Concílio. A Europa tendeu a uma interpretação mais analítica, mais abstrata, a América Latina, por sua vez, procurou interpretar o Concílio a partir da realidade concreta dos povos latinos e pobres e preencher algumas lacunas que ficaram. Carregadas desse espírito, realizaram-se as conferências do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), que mesmo antes de 1962 já se tinha realizado a primeira.

As conferências latino-americanas não são concílios isolados, uma separação do pensamento da Igreja universal. A realização destas conferências ajuda a imprimir um rosto claro e definido da opção da Igreja em seu continente. A Igreja da América Latina, olhando sua realidade marcada pela pobreza, miséria, injustiça, busca parecer-se com seu povo, dando-lhe coragem e saídas para uma vida justa e digna.

Por isso, deve-se olhar as conferências latino-americanas como opção da Igreja por parecer-se com Jesus que opta pelos pobres. É a Igreja que busca compreender o sofrimento do seu povo, e não os deixa sozinhos. Essas conferências latino-americanas são a resposta aos anseios de uma renovação na Igreja. O fato é que o Concílio abriu caminhos para que a Igreja, neste continente,

pudesse caminhar em comunhão com a Igreja universal, porém com uma opção decidida pelos pobres.

A primeira conferência aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, de 25 de julho a 4 de agosto de 1955 (antes do Concílio). É, portanto, pré-conciliar, e tem importância para esta pesquisa porque, ainda que não seja relevante na temática dos pobres, é a partir dela que surge o Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM, que foi aprovado por Pio XII, em 2 de fevereiro de 1955. Será a partir do CELAM que as demais conferências serão articuladas e ajudará, claramente, a Igreja deste continente a ser cada vez mais decisiva na sua opção pelos pobres.

A primeira conferência teve clara preocupação *ad intra*, como por exemplo, a escassez de padres no continente americano, bem como a defesa da fé. Talvez, nesse momento, o grande interesse ainda não fosse um olhar para a realidade fora de si, mas dentro.

A segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano aconteceu em Medellín, Colômbia, de 26 de agosto a 4 de setembro de 1968. Aqui, de fato, começa uma bela recepção do Concílio Vaticano II. “É uma releitura do Concílio, a partir da América Latina” (CELAM, 2004, p. 8). Pode-se dizer que a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano – CGELA foi “uma tradução do Concílio Vaticano II para a América Latina, o próprio título do encontro reflete essa preocupação” (LACERDA, 2010. p. 82).

É uma relação tão intrínseca que, para Aquino Júnior, os dois se completam ao ponto de dizer que “sem o Concílio, não teria existido Medellín, mas Medellín não teria sido Medellín sem o esforço corajoso de repensar o acontecimento conciliar a partir da realidade de pobreza e de injustiça que caracteriza a América Latina” (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 56).

É de suma relevância aqui se constatar que um passo importante de uma “Igreja dos pobres” se deu na II Conferência do Episcopado latino-americano e caribenho em Medellín. Medellín figura, na história da Igreja latino-americana, como sinal da graça de Deus e de abertura ao mundo dos pobres. Significou a chegada da hora de assumir como propósito de vida da Igreja, sem mais medo ou covardia, a opção pelos pobres. Em um continente marcado pela miséria, injustiças e ditaduras, Medellín representa o encorajamento da Igreja na América Latina na luta em defesa da vida, na promoção humana, na libertação de todas as formas de opressão e

violência. Medellín é o testemunho vivo do princípio misericórdia como critério da *práxis* de uma Igreja configurada com a vida de Jesus e de sua parcialidade.

Essa é a marca fundamental e decisiva de Medellín: pensar a identidade e a missão da Igreja em sua referência “essencial e primordial” aos pobres, que constituem a grande maioria dos povos latino-americanos e caribenhos, o que significou, em última instância, pensá-la como “Igreja dos pobres” (AQUINO JUNIOR, 2017, p. 56-57).

Pois bem, a Conferência de Medellín, será o momento de dar a voz aos pobres, posto que o material final deste bonito encontro recolhe de toda discussão 16 documentos, e boa parte entre eles é uma grande denúncia aos males presentes na América Latina. Os documentos destacam temas como a justiça, paz, educação, juventude, pobreza da Igreja Família. O importante de Medellín é perceber como sua realização desestabilizou a todos para uma nova tomada de consciência. Toda pastoral da Igreja, especificamente, na América Latina precisa estar completamente direcionada para a realidade dos pobres. A autenticidade da Igreja, neste continente, se dar pela sua vivência com os pobres e pela superação das injustiças.

Medellín é profética, pois coloca a justiça como condutora de toda sua realização. Embora muitos temas tenham se entrelaçado em toda conferência, é certo que alguns se destacam “e o tema da justiça é, sem dúvida nenhuma, um desses temas centrais e decisivos” (GODOY, 2017, p. 42). Portanto, é importante compreender que para realização da justiça, é preciso um claro processo de conversão da Igreja e do mundo, e de libertação de tantos povos que sofrem fome, injustiça, marginalização, como afirma o Documento de Medellín – DM.

A Igreja Latino-americana tem uma mensagem para todos os homens que neste continente têm “fome e sede de justiça”. O mesmo Deus que criou o homem à sua imagem e semelhança, criou a terra e tudo o que nela existe para uso de todos os homens, e de todos os povos, de modo que os bens criados possam bastar a todos de maneira mais justa (GS 69), e dá poder ao homem para que solidariamente transforme e aperfeiçoe o mundo (Gn 1,29). É o mesmo Deus que, na plenitude dos tempos envia seu Filho para que feito carne, venha libertar todos os homens, de todas as escravidões a que o pecado os sujeita: a fome, a miséria, a opressão e a ignorância, numa palavra, a injustiça que tem sua origem no egoísmo humano (Jo 8,32-34). Por isso, para nossa verdadeira libertação, todos os homens necessitam de profunda conversão para que chegue a nós o “Reino de justiça, de amor e de paz”. A origem de todo desprezo ao homem, de toda injustiça, deve ser procurada no desequilíbrio interior da liberdade humana, que necessita sempre, na história, de um permanente esforço de retificação. A originalidade da mensagem cristã não consiste tanto na afirmação da necessidade de uma mudança de estruturas, quanto na insistência que devemos pôr na conversão do homem. Não teremos um continente novo, sem novas e renovadas estruturas, mas sobretudo, não haverá continente

novo sem homens novos, que à luz do Evangelho saibam ser verdadeiramente livres e responsáveis” (DM, 2004 n. 1.3)

É essencial à vida da Igreja a promoção da justiça social, como afirma o Documento. “Nossa missão pastoral é em essência um serviço de inspiração e de educação das consciências dos fiéis, para ajudar-lhes a perceber as exigências e responsabilidades de sua fé, em sua vida pessoal e social” (DM, 2004, n. 1.6). É certo que a justiça será estabelecida quando todos tiverem seus direitos garantidos. Medellín vê que essa realidade só é possível a partir da organização da sociedade, onde todos participam. Por isso, as “pequenas comunidades sociológicas de base se desenvolvam para o estabelecimento de um equilíbrio ante os grupos minoritários, que são grupos que detêm o poder” (DM, 2004, 1.19). O documento coloca a Igreja como ativa na superação da injustiça. “A Igreja, Povo de Deus, prestará sua ajuda aos desamparados de qualquer tipo e ambiente social, para que tomem consciência de seus próprios direitos e saibam fazer uso deles” (DM, 2004, 1.20). E vê a força moral da Igreja como instrumento de busca e cobrança junto às instituições competentes para assistência aos povos sofridos. Por isso, “a Comissão Justiça e Paz deverá ser promovida em todos os países, pelo menos em nível nacional” (DM, 2004, 1.21). E ainda afirma que a comissão Justiça e Paz deve ser composta por pessoas de moral, qualificadas e dos diversos setores da sociedade, e mais:

Deverá ser capaz de estabelecer um diálogo eficaz com pessoas e instituições mais diretamente responsáveis pelas decisões relativas ao bem comum; deverá denunciar tudo o que possa lesar a justiça e colocar em perigo a paz interna e externa das comunidades nacionais e internacionais; ajudará a buscar os meios concretos para conseguir as soluções adequadas a cada situação (DM, 2004, 1.21).

Se a justiça se estabelece, a paz reina. Porém, a situação de pobreza não permite que haja paz. Para Medellín, “ao falar de uma situação de injustiça fazemos referência àquelas realidades que exprimem uma situação de pecado; isto não significa desconhecer que, por vezes, a miséria em nossos países pode ter causas naturais difíceis de superar” (n 2.1).

Ao realizarmos esta análise não ignoramos, nem deixamos de valorizar os esforços positivos que se realizam em diferentes níveis para a construção de uma sociedade mais justa. Não os incluímos aqui porque nossa intenção é a de chamar a atenção, precisamente, para os aspectos que constituem uma ameaça ou negação da paz (DM, 2004, n 2.1).

Nessa perspectiva, Medellín coloca a paz em primeiro lugar como fruto da justiça, “Ela supõe e exige a instauração de uma ordem justa na qual todos os homens possam realizar-se como homens, onde sua dignidade seja respeitada” (n. 2.14). Em segundo lugar, a paz é tarefa permanente. “A comunidade humana realiza-se no tempo e está sujeita a um movimento que implica constantemente mudanças de estrutura, transformações de atitudes, conversão de corações” (DM, 2004, n. 2.14). E, por fim, a paz é fruto também do amor. “A solidariedade humana só pode ser realizada em Cristo, que dá a Paz que o mundo não pode dar. O amor é a alma da justiça. O cristão que trabalha pela justiça social deve cultivar sempre a paz e o amor em seu coração” (DM 2004, n.2.14).

É preciso lutar por paz. “O cristão é um artesão da paz... o Povo de Deus na América Latina, seguindo o exemplo de Cristo, deverá enfrentar com audácia e valentia o egoísmo, a injustiça pessoal e a coletiva” (DM 2004 n. 2.14). Ao trazer essa reflexão sobre a paz, a Conferência de Medellín, mais uma vez, é ousada e profética, pois reage sem medo contra todo pecado deste mundo, visível na morte, na fome, miséria, injustiça, dado que “onde não existe a paz social e predominam as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, o que ocorre é rechaço do dom da paz do Senhor” (GODOY, 2017, p. 62). “A paz com Deus é o fundamento último da paz interior e da paz social” (DM, 2004, n. 2.14). Por isso, não se exclui do compromisso social, pois, “onde a paz social não existe, onde há injustiças, desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais, rejeita-se o dom da paz do Senhor; mais ainda, rejeita-se o próprio Senhor” (DM, 2004, n. 2.14).

A presença da Igreja precisa ser transformadora. Não pode ser uma presença indiferente. É preciso pensar e agir no mundo marcado por guerras, violências, injustiças como a Igreja que constrói a paz. Por isso, o Episcopado latino-americano afirma que “não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana” (DM, 2007, n. 14.1). Assim, como os povos clamam a Deus por justiça e Deus escuta, os ouvidos da Igreja precisam estar atentos ao clamor dos pobres. No mundo, “um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte” (DM, 2004, n. 14.2).

No contexto de pobreza e até de miséria em que vive a grande maioria do povo latino-americano, os bispos, sacerdotes e religiosos temos o necessário para a vida e certa segurança, enquanto os pobres carecem do indispensável e se debatem entre a angústia e a incerteza. E não faltam casos em que os pobres sentem que seus bispos, párocos e religiosos, não se identificam realmente com eles, com seus problemas e angústias, e que nem sempre apoiam os que trabalham com eles ou defendem sua sorte (DM, 2004, n. 14.3)

É um momento de coragem da Igreja que deve ser fortemente confirmando e impulsionado por toda a estrutura eclesial. A firme decisão de, como Igreja latino-americana, trazer a promoção humana para o centro da sua discussão relembra a opção de Jesus pelos indefesos. A Igreja pobre, que luta por eles, ganha visibilidade e condições de ser aplicada em Medellín como sinal de novos tempos.

Igreja e pobreza se tornam uma relação urgente e constitutiva para a superação da pobreza. Medellín chama a atenção para o que é realmente a pobreza neste continente e o faz a partir de três especificações. Primeiro, afirma a pobreza “como carência dos bens deste mundo é um mal em si. Os profetas a denunciam como contrária à vontade do Senhor e, muitas vezes, como fruto da injustiça e do pecado dos homens” (DM, 2004, n. 14.4). Segundo, a pobreza a partir da dimensão espiritual. “A pobreza espiritual é a atitude de abertura para Deus, a disponibilidade de quem tudo espera do Senhor. Embora valorize os bens deste mundo, não se apega a eles e reconhece o valor superior dos bens do Reino” (DM, 2004, n. 14.4). Terceiro, a pobreza é compromisso de amor para com os pobres “assumida voluntariamente e por amor à condição dos necessitados deste mundo, para testemunhar o mal que ela representa e a liberdade espiritual perante os bens” (DM, 2004, n. 14.4).

Esse olhar para a pobreza dá a Igreja condições de ser pobre e ser sinal de esperança na vida dos desolados. Gera compromisso. A partir dessas três realidades de pobreza, em Medellín, geraram-se três atitudes claras para a superação da pobreza. A Igreja é pobre quando “Denuncia a carência injusta dos bens deste mundo e o pecado que a engendra” (DM, 2004, n. 14.5); quando “prega e vive a pobreza espiritual como atitude de infância espiritual e abertura ao Senhor (DM, 2004, n. 14.5); e quando “Compromete-se ela mesma com a pobreza material. A pobreza da Igreja é, com efeito, uma constante na história da salvação” (DM, 2004, n. 14.5).

Os bispos, os padres, as comunidades cristãs devem empenhar-se de forma convicta na missão de ser uma Igreja pobre. Se Jesus assumia cheio de misericórdia as dores do seu povo, Medellín convida a olhar para esse Jesus e perceber em todos os lugares, no rosto dos pobres, sua presença que convida ao amor, à prática da justiça. Por isso, é preciso, segundo Medellín, gerar consciência de ser uma Igreja dos pobres. “Devemos tornar mais aguda a consciência do dever de solidariedade para com os pobres; exigência da caridade” (DM, 2004, n. 14.10). E não poder ser uma lembrança ou um olhar de pena sobre o outro, mas “esta solidariedade implica em tornar nossos seus problemas e suas lutas e em saber falar por eles” (DM, 2004, n. 14.10).

A promoção humana há de ser a linha de nossa ação em favor do pobre, respeitando sua dignidade pessoal, ensinando-lhe a ajudar-se a si mesmo. Com esse fim, reconhecemos a necessidade da estruturação racional de nossa pastoral e da integração de nosso esforço com os esforços de outras entidades. (DM, 2004, n. 14.11).

Medellín não se esgota com essa breve retomada aqui, ao contrário, é cheia de reflexões que ajudam na construção do Reino de Deus. Porém, aqui, pode-se afirmar que se o Concílio Vaticano II possibilitou refletir sobre a pobreza, convidou a voltar às origens, essa conferência deu ao povo latino-americano o impulso para olhar a pobreza não mais com estranheza, mas como opção de vida, como teologia, como revelação e salvação de Deus.

A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Puebla, no México, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. O grande objetivo de Puebla foi pensar a evangelização no tempo presente e no futuro, na perspectiva de que é preciso que todos os povos caminhem juntos construindo a esperança e a libertação. A conferência se realiza como continuidade a Medellín, conseqüentemente, atualização do Concílio Vaticano II. “A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres” (DP, 2009, n. 1134). Ela dá continuidade à reflexão de uma Igreja pobre. Dessa forma, o desejo dos bispos latino-americanos era, e deve ser, construir uma Igreja que caminha junto, sendo no mundo um sinal da graça libertadora de Deus, preferencialmente, para os mais pobres. Puebla olha para a realidade deste continente e não se cala frente ao clamor por justiça. “É o grito de um povo que sofre

e que reclama justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais dos homens e dos povos” (DP, 2009, n. 87). Essa voz de Puebla é oriunda de Medellín. A conferência de Puebla também vem como convite e, de certa forma, preocupada com a evangelização, tendo em vista o crescimento demográfico do continente. É preciso pensar uma evangelização que chegue às pessoas e que lhes manifeste a ação salvífica de Deus.

Puebla emerge, no caminhar do Vaticano II, de Medellín e se inquieta ao perceber como a maioria do povo latino-americano é pobre, um povo empobrecido pelas injustiças que o próprio sistema social lhes impõe (SOUZA, 2019, p. 425). Para Puebla, é preciso coragem e ousadia na evangelização. A opção pelos pobres é questão evangélica, já que “a imensa maioria de nossos irmãos continua vivendo em situação de pobreza e até miséria, que se veio agravando” (DP, 2009, n. 1135). E assume a responsabilidade e a formação de consciência sobre tudo aquilo que a Igreja já fez ou deixou de fazer. Mas, é preciso que a realidade dos pobres seja o ponto de partida para que as luzes e as esperanças aconteçam para toda a ação evangelizadora na América Latina (DP, 2009, n. 1135).

A prática pastoral da Igreja tinha mudado desde o Vaticano II e, principalmente, depois de Medellín. Essa mudança pastoral se dá pela mudança de lugar social em que a Igreja se insere (SOUZA, 2019, p. 454). Puebla traz a novidade da expressão *opção preferencial pelos pobres*. Algo que não tinha sido esquecido, evidentemente, mas Puebla torna visível essa expressão.

A opção preferencial pelos pobres, contra a miséria injusta e degradante, era expressão dessa recepção profética do Concílio. Puebla constatou que as opções de Medellín provocaram perseguições contra a Igreja e também uma nuvem de mártires entre os dirigentes de comunidades, os padres, os religiosos e religiosas e mesmo entre os bispos. As Igrejas locais depressa começaram a reconhecer seus mártires, e a Igreja de Roma começou também a reconhecer essas novas formas de santidade ao acolher os processos de beatificação dos mártires Oscar Romero, de El Salvador, Angelelli, bispo de La Rioja, na Argentina, Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, Proaño, bispo de Riobamba, conhecido no Equador como “bispo dos índios”, Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana, e tantos outros homens e mulheres, leigos e religiosos, anônimos, que cujos processos de beatificação jamais serão abertos. Hoje na América Latina, a resistência à devastação das florestas, às explorações por mineradoras, à apropriação da água por interesses privados, à apropriação da terra e de outros recursos naturais etc. tem provocado ainda novos mártires entre os que se comprometem a favor das populações indígenas e camponesas, da salvaguarda de seus meios de vida e da preservação do meio ambiente (FIUC, 2017, p. 24-25).

Puebla faz sua leitura da sociedade, a partir da marginalização dos povos, da pobreza, de todas as estruturas geradores de pobres, e percebe tudo isso como pecado social (SOUZA, 2019, p. 454). É preciso que a Igreja se posicione, tenha uma opção (DP, 2009, n. 1156). A opção é consequência do assumir Jesus e os pobres (DP, 2009, n. 1147). Os pobres estão sofrendo, não porque são pobres em si, mas porque o fizeram assim.

Só por este motivo, os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem jaz obscurecida e também escarnecida. Por isso Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus (DP, 2009, n. 11.42).

Depois de Puebla, acontece a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo, na República Dominicana, de 13 a 28 de outubro de 1992. Essa conferência se desenvolve nas linhas de Medellín e Puebla. O que conduz toda a assembleia é a questão da promoção humana. Tendo em vista a diversidade de culturas presente no continente, o tema da enculturação será muito trabalhado entre os bispos. Não existe promoção humana, enculturação, sem que haja uma autêntica decisão pelos pobres. Por isso, Santo Domingo afirma que:

O mundo não pode ficar tranquilo e satisfeito diante da situação caótica e desconcertante que se apresenta diante dos nossos olhos: nações, setores da população, famílias e indivíduos cada vez mais ricos e privilegiados diante de povos, famílias e multidões de pessoas submergidas na pobreza, vítimas da fome e das doenças, carentes de moradias dignas, de assistência sanitária, de acesso à cultura (SD, 2004, n. 15).

A fé em Jesus Cristo deve levar a uma autêntica vivência cotidiana da defesa da vida. Dessa forma, a conferência do CELAM, realizada em Santo Domingo, convida a uma tomada de posição. A fé precisa ser vivida a partir da realidade na qual se vive e, no olhar da fé da Igreja de Jesus Cristo, isso só é possível a partir dos pobres. Para Santo Domingo, “a falta de coerência entre a fé que se professa e a vida cotidiana é uma das várias causas que geram pobreza em nossos países” (SD, 2004, n. 161).

Mesmo que o tema dos pobres não seja o centro em Santo Domingo, ele é um tema intrínseco e que será confirmado pelos bispos nessa conferência (SD, 2004, n. 179). O empobrecimento de tantos deve gerar uma profunda solidariedade da Igreja. A evangelização precisa ser voltada para eles, como fez Jesus em todo o

tempo. “Evangelizar é fazer o que Jesus Cristo fez, quando mostrou na sinagoga que veio para “evangelizar” os pobres (cf. Lc 4,18-19). Ele “se fez pobre, embora fosse rico, para nos enriquecer com sua pobreza” (2Cor 8,9) (SD, 2004, n. 178).

Jesus é um constante desafio, afirma o documento, pois, “Ele nos desafia a dar testemunho autêntico de pobreza evangélica em nosso estilo de vida e em nossas estruturas eclesiais, tal qual Ele fez” (SD, 2004, n. 178). Para Santo Domingo, viver este testemunho de pobreza evangélica é fundamental e guia para toda ação da Igreja numa “opção evangélica e preferencial pelos pobres, firme e irrevogável, mas não exclusiva e nem excludente, tão solenemente afirmada nas Conferências de Medellín e Puebla” (SD, 2004, n. 178).

Em Santo Domingo está uma das expressões mais belas sobre a compreensão de quem são os pobres, de como viver com eles e como eles exigem da Igreja uma mudança radical: “Descobrir nos rostos sofredores dos pobres o rosto do Senhor (Mt 25,31-46) é algo que desafia todos os cristãos a uma profunda conversão pessoal e eclesial” (SD, 2004, n. 178). A Igreja terá feito a opção pelos pobres e será verdadeiramente pobre quando não os separar de Jesus.

Na fé encontramos os rostos desfigurados pela fome, consequência da inflação, da dívida externa e das injustiças sociais; os rostos desiludidos pelos políticos que prometem, mas não cumprem; os rostos humilhados por causa de sua própria cultura, que não é respeitada, quando não desprezada; os rostos aterrorizados pela violência diária e indiscriminada; os rostos angustiados dos menores abandonados que caminham por nossas ruas e dormem sob nossas pontes; os rostos sofridos das mulheres humilhadas e desprezadas; os rostos cansados dos migrantes que não encontram digna acolhida; os rostos envelhecidos pelo tempo e pelo trabalho dos que não têm o mínimo para sobreviver dignamente (cf. CELAM, Documento de Trabalho, 163). O amor misericordioso é também voltar-se para os que se encontram em carência espiritual, moral, social e cultural (SD, 2004, n. 178).

Os bispos assumem, em Santo Domingo, decisões importantes para Igreja dos pobres: “Assumir com decisão renovada a evangélica opção preferencial pelos pobres, seguindo o exemplo e as palavras do Senhor Jesus, com plena confiança em Deus, austeridade de vida e partilha de bens” (SD, 2004, n. 180). Optam por: “privilegiar o serviço fraterno aos mais pobres entre os pobres e ajudar as instituições que cuidam deles” (SD, 2004, n. 180). Para uma melhor pastoral eclesial, decidem por: “Corrigir atitudes e comportamentos pessoais e comunitários, bem como as estruturas e métodos pastorais, a fim de que não afastem os pobres, mas que propiciem a proximidade e a partilha com eles!” (SD, 2004, n. 180).

Comprometem-se em “Promover a participação social junto ao Estado, pleiteando leis que defendam os direitos dos pobres” (SD, 2004, n. 180). Diante dessas atitudes, constata-se como a IV conferência não esqueceu os pobres, mas afirma e leva adiante todo trabalho das conferências anteriores.

A V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano aconteceu em Aparecida, Brasil, de 13 a 31 de maio de 2007. Como todas as conferências anteriores, Aparecida parte do olhar da realidade do seu povo, seus anseios, alegrias, mas angústias e tristezas também.

Pode-se dizer que uma das conclusões mais claras de Aparecida é a opção decididamente por uma Igreja missionária, convidando todos os cristãos a serem discípulos missionários. Aparecida convida todos os batizados a se inserirem como protagonistas e discípulos missionários de Jesus; convida igualmente a cada um a olhar a realidade da Igreja e a se comprometer com sua transformação. Em última instância, o encontro com Jesus, o discipulado, a opção pelos pobres, a promoção da dignidade humana, mostram a comunhão entre as cinco conferências realizadas pelos bispos do CELAM.

Conforme pensam os bispos que estiveram reunidos em Aparecida, dentre eles, o Cardeal de Buenos Aires, Jorge Mario Bergoglio, hoje, Papa Francisco, não é possível ser cristão sem a opção preferencial pelos pobres. Por isso, disseram: “Tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo” (DA, 2008, n. 393).

É bonito e esperançoso ver a Igreja se comprometendo com os pobres, assumindo o que é dela e o que ela é. Aparecida reforça que a dignidade humana é essencial, deve ser defendida e preservada sempre, que é uma preocupação primordial da Igreja, pois situa “nossa angústia pelos milhões de latino-americanos e latino-americanas que não podem levar uma vida que corresponda a essa dignidade” (DA, 2008, n. 291). Enquanto exista um só que vive privado de sua dignidade, a Igreja precisa estar ao seu lado. Essa capacidade de se colocar ao lado dos pobres, será afirmada como um grande diferencial da Igreja. “A opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marcam a fisionomia da Igreja latino-americana e caribenha” (DA, 2008, n. 291).

Aparecida ajuda a compreender essa relação de Deus com os pobres quando não mais os coloca como objetos de evangelização, mas olhando a revelação, a

caminhada da Igreja desde a sua origem, compreende que os pobres são parte, são intrínsecos à fé cristã. “Nossa fé proclama que ‘Jesus Cristo’ é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem” (DA, 2008, n. 292). Afirma Aparecida: “A opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza” (2008, n. 292).

Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão (cf. Hb 2,11-12). Opção, no entanto, não exclusiva, nem excludente. Se esta opção está implícita na fé cristológica, os cristãos, como discípulos missionários, são chamados a contemplar, nos rostos sofredores de seus irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo. “Os rostos sofredores dos pobres são rostos sofredores de Cristo” Eles desafiam o núcleo do trabalho da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs (DA, 2008, n. 292-393)

É fato que a Igreja latino-americana assumiu em todas as cinco conferências a opção pelos pobres. Ao fazer todas as afirmações teológicas, elas sempre se comprometem, expressando nas atitudes reais no cotidiano da vida dos pobres que essa opção se faz vida. Aparecida afirma:

Comprometemo-nos a trabalhar para que a nossa Igreja Latino-americana e Caribenha continue sendo, com maior afinco, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. Hoje queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas Conferências anteriores. Que seja preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, solidariedade e justiça entre nossos povos. [...] Solicita-se dedicarmos tempo aos pobres, prestar a eles amável atenção, escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos difíceis, escolhê-los para compartilhar horas, semanas ou anos de nossa vida, e procurando, a partir deles, a transformação de sua situação (2008, n. 396-297).

Toda a pesquisa busca oferecer conteúdo que faça olhar os pobres como lugar de Deus, pois entende ser eles um lugar privilegiado, lugar de revelação e salvação. Cada vez mais, Aparecida ajuda a mudar a mentalidade sobre a relação com os pobres. Os pobres levam a uma profunda amizade com Deus. Aparecida consegue traduzir isso falando da relação de amizade com os pobres.

Só a proximidade que nos faz amigos nos permite apreciar profundamente os valores dos pobres de hoje, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé. A opção pelos pobres deve conduzir-nos à amizade com os pobres. Dia a dia os pobres se fazem sujeitos da evangelização e da promoção humana integral: educam seus filhos na fé, vivem constante solidariedade entre parentes e vizinhos, procuram constantemente a Deus e dão vida ao peregrinar da Igreja. À luz do Evangelho reconhecemos sua imensa dignidade e seu valor sagrado aos olhos de Cristo, pobre como eles

e excluído como eles. A partir dessa experiência cristã, compartilharemos com eles a defesa de seus direitos (DA, 2008, n. 398).

Neste mundo plural, marcado pela crescente e terrível pobreza, injustiças, fome e estruturas de pecado, a Igreja, oferece ao mundo e à própria Igreja uma proposta de vida evangélica, uma proposta de vida que orienta e dá sentido à vida, a partir dos pobres. Aparecida clama por pobreza que gere dignidade, clama por testemunho de vida pobre, clama por uma Igreja que viva o profetismo como atitude de libertação e até martírio, como consequência de uma vida doada pelos pobres, rompendo as estruturas de morte. “Comprometemo-nos a trabalhar para que nossa Igreja Latino-americana e Caribenha continue sendo, com maior afinco, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio” (DA, 2008, n. 396).

Com este caminho percorrido pelas conferências latino-americanas, é possível notar que, na América Latina, a Igreja procura voltar o olhar para os mais pobres e excluídos. Sem dúvida, faz-se necessário aperfeiçoar, cada vez mais, as relações com os sofridos e excluídos, em resposta à interpelação constante dos povos sofridos e pobres.

O caminho das conferências latino-americanas mostra o desejo de olhar a teologia a partir do pobre, revelando que não se faz nenhuma eclesiologia, cristologia, sem a interpelação dos mesmos. Neles, encontra-se a unidade, visto que são os povos injustiçados, feitos pobres, que unem a Igreja a Cristo Jesus e ao mundo. Não é possível pensar uma humanidade unida enquanto povos morrem de fome, enquanto o grito por libertação não for escutado, enquanto a fome não for saciada.

No caminho da unidade do gênero humano o *grito dos sem-voz e das vítimas da exclusão e da violência sistêmica* (por causa do gênero, da raça, da classe social, de uma deficiência qualquer etc.) deve ser um lugar de interpelação fundamental. Quando somos capazes de escutar essas pessoas e de reconhecê-las como semelhantes a nós, elas se tornam, paradoxalmente, um ponto de partida para uma nova antropologia. Com efeito, o sofrimento dos sem-voz coloca a humanidade diante do desafio contínuo de reformular sua relação com os outros e, por extensão, com o meio ambiente. É a irredutibilidade dos sem-voz – que têm cada um seu próprio conceito de vida, sua *própria* maneira de raciocinar e seu *próprio* poço de onde beber – que exige *união* para fazer *justiça* ao *outro*, revelando, assim a possibilidade de “unidade na diversidade” (FIUC, 2017, p. 88).

Sobre as conferências do CELAM, pode-se concluir que dão ao continente latino-americano uma contribuição grandiosa para uma Igreja que deseja ser parecida com Jesus. São conferências que se inserem, e desenvolvem seu pensar pastoral-teológico levando em consideração todas as marcas positivas, mas também as manchas de pecado e opressão na vida do povo. Pode-se dizer que o percurso das conferências ilumina a vida também dos teólogos, dando abertura, e respaldo para pensar uma teologia verdadeiramente comprometida com a libertação do povo.

Jon Sobrino está em plena comunhão com essa realidade. A opção pelos pobres está profundamente marcada na vida de Jon Sobrino e nas conferências do CELAM.

3.3.3 Contribuições do Magistério do Papa Francisco

Com a eleição de Mário Jorge Bergoglio como Bispo de Roma, o Papa Francisco, espalha-se pela Igreja o desejo de uma renovada eclesiologia, já desejada pelo Concílio Vaticano II, pelas conferências do CELAM e, evidentemente, por Jon Sobrino. Um desejo de voltar às fontes do cristianismo, voltando a Jesus de Nazaré. Sem dúvida, o desejo de Francisco é de uma Igreja que se faz pobre, que se comunica, que dialoga com o mundo em favor dos pobres. Ou seja, um renovado desejo de ir ao encontro de Jesus de Nazaré para viver seu estilo de vida, dentro dos desafios de uma Igreja que está aberta a responder aos anseios do mundo atual.

A América Latina é o chão do Papa Francisco. Aliás, Francisco não é apenas o primeiro Papa de fora da Europa, é o primeiro Papa genuíno do Vaticano II e, além disso, Latino-americano. Daí a importância de situar, mesmo que em linhas gerais, a importância e/ou a contribuição que as conferências do CELAM deram para o que se chama a eclesiologia do Papa Francisco.

O Papa Francisco vive a proposta de Medellín, convidando toda Igreja a ser pobre. A eclesiologia de Francisco é, em última instância, uma releitura atualizada da eclesiologia de Medellín. Atualizada porque ao assumir a opção preferencial pelos pobres como tarefa de uma Igreja pobre e para os pobres, o Papa Francisco vai além da mediação socioanalítica da pobreza e de suas causas, chamando a atenção para as periferias existenciais em que vivem populações de pobres e empobrecidos. Francisco aborda alguns temas pertinentes na evangelização do

mundo de hoje. A violência, a desigualdade social, o medo, a intolerância e a cultura do descartável são desafios que se não superados geram cada vez mais a pobreza.

A humanidade vive, neste momento, uma viragem histórica, que podemos constatar nos progressos que se verificam em vários campos. São louváveis os sucessos que contribuem para o bem-estar das pessoas, por exemplo, no âmbito da saúde, da educação e da comunicação. Todavia não podemos esquecer que a maior parte dos homens e mulheres do nosso tempo vive o seu dia a dia precariamente, com funestas consequências. Aumentam algumas doenças. O medo e o desespero apoderam-se do coração de inúmeras pessoas, mesmo nos chamados países ricos. A alegria de viver frequentemente se desvanece; crescem a falta de respeito e a violência, a desigualdade social torna-se cada vez mais patente. É preciso lutar para viver, e muitas vezes viver com pouca dignidade. Esta mudança de época foi causada pelos enormes saltos qualitativos, quantitativos, velozes e acumulados que se verificam no progresso científico, nas inovações tecnológicas e nas suas rápidas aplicações em diversos âmbitos da natureza e da vida. Estamos na era do conhecimento e da informação, fonte de novas formas dum poder muitas vezes anônimo (EG, n. 52).

É certo que “o primeiro motor da renovação que o papa deseja promover consiste em voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho” (PAGOLA, 2015, p. 31). Bem se sabe que o Papa Francisco não se cansa de expressar seu amor por uma Igreja pobre para os pobres. Sua luta constante é a de dar à Igreja a possibilidade de se refazer à luz do Evangelho. Para Aquino Júnior, o Papa Francisco, ao expressar o seu desejo autêntico de “uma Igreja pobre para os pobres”, colocando radicalmente os pobres como a preocupação pastoral, “se situa na mais genuína Tradição cristã: a Boa Nova do reinado de Deus, cuja característica mais importante é a justiça aos pobres e oprimidos deste mundo” (AQUINO JÚNIOR, 2017, p. 51).

Não obstante, o Papa Francisco não se contenta com uma transmissão desarticulada da fé (Cf., EG n. 30), mas convida a viver e anunciar o essencial da fé: Jesus Cristo. E isto não é um tema secundário em eclesiologia, ao contrário, é fontal. Assim sendo, a vivência da fé é algo que deve levar a experimentar o desejo de uma Igreja comprometida com Jesus Cristo e com o Reino de Deus, por Ele anunciado.

Ao tomar Jesus e a sua parcialidade como ponto de partida para a eclesiologia, o Papa Francisco assume o desejo do Papa João XXIII, e também do Cardeal Lecário, que ao convocar o Concílio desejava que a Igreja do Vaticano II não fosse apenas uma Igreja para os pobres, mas fosse igualmente uma Igreja pobre e dos pobres. Com isso, Francisco assume as intuições do Concílio na linha

de um olhar pastoral, de uma reconciliação efetiva com o mundo e não apenas o mundo globalizado, mas o mundo globalizado e pobre, e busca oferecer ao mundo o cristianismo como proposta de vida e não apenas como doutrina.

Francisco afirma que a Igreja tem a missão de promover de forma integral a vida humana: “a tarefa da evangelização implica e exige uma promoção integral de cada ser humano” (EG, n.182). Esse desafio vivido por Jesus perpassa toda história da Igreja. Portanto, enfrentar os desafios de uma sociedade injusta é tarefa da Igreja.

Por isso, Francisco é muito enfático ao dizer que: “Já não se pode afirmar que a religião deve limitar-se ao âmbito privado e serve apenas para preparar as almas para o céu” (EG, n. 182). E insiste que “a conversão cristã exige rever ‘especialmente tudo o que diz respeito à ordem social e consecução de bem comum’” (EG, n. 182). Francisco busca abrir na Igreja ou, pelo menos, ampliar o diálogo com o mundo na construção de um mundo mais irmão, eliminando as injustiças, e dando dignidade aos pobres. A religião não pode fugir do seu papel social (EG, n. 183), de compromisso pela vida digna de todos e todas.

Ouvir o clamor dos pobres é fazer experiência com um Deus que se abaixa para escutar o clamor do seu povo, tem compaixão do seu sofrimento e, numa atitude de amor-justiça, o liberta com carinho e proteção. Sendo assim, a opção por uma Igreja pobre e a libertação dos pobres não é, nem de longe, uma luta simplesmente social. É, antes de tudo, evangélica, é a repetição da ação do Deus parcial e libertador. Por essa razão, a Igreja reconhece que a exigência de ouvir o clamor dos pobres deriva da própria obra libertadora de Deus. Não se trata de uma missão reservada a alguns, é tarefa de toda a Igreja. Toda comunidade, todo aquele que se torna discípulo tem em si a missão de lutar pela justiça social (EG, n. 187).

Um desafio que surge quando se fala da opção pelos pobres e/ou do premente tema da pobreza é saber o tipo de pobreza que cai na parcialidade evangélica e a justiça que se deve promover em virtude da situação de pobreza. Nesse sentido, o Papa Francisco traz à tona novas formas de pobreza que merecem o olhar da Igreja com muita firmeza e luta.

Falando das “novas formas de pobreza e de fragilidade”, ele faz referência aos sem abrigo, aos toxicod dependentes, aos refugiados, aos povos indígenas, aos idosos, aos migrantes, às mulheres, aos nascituros e ao conjunto da criação (EG 210-2015). De modo que, quando fala de “pobre” e/ou de “periferia”, Francisco fala dos excluídos (econômica, social, política,

culturalmente etc.), dos pequenos, dos que sofrem, enfim, “dos mais frágeis da terra”. Esses, precisamente, têm que estar no centro das preocupações e prioridades pastorais da Igreja (AQUINO JÚNIOR, 2017, p. 68-69).

Enquanto existir excluídos em suas diversas formas, não podemos concretizar uma comunidade, sociedade de paz, igualdade e fraternidade. Por isso, Francisco é tão sensível ao clamor dos povos, exortando para que seus direitos sejam altamente garantidos, para assim, se estabelecer a paz. Os direitos humanos não são para um grupo reservado, mas devem ser garantia de todos, principalmente dos mais pobres desta terra. Não é um discurso ideológico, mas atitude de vida, e para os adeptos do cristianismo, atitude de fé e vida (EG, 190). A solução das desigualdades que geram a pobreza é urgente. Portanto, para Francisco,

A necessidade de resolver as causas estruturais da pobreza não pode esperar; e não apenas por uma exigência pragmática de obter resultados e ordenar a sociedade, mas também para a cura duma mazela que a torna frágil e indigna e que só poderá levá-la a novas crises. Os planos de assistência, que ocorrem a determinadas emergências, deveriam considerar-se apenas como respostas provisórias. Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais (EG, n. 202).

Diante de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela miséria, cabe aos discípulos de Jesus não se intimidar, mas buscar as saídas para criar uma sociedade que fomente a justiça e a erradicação da miséria. É, sem dúvida, uma época difícil, pois, cada vez mais, o homem se encontra fechado, sem um interesse social pelo bem comum que os mova. Em todo caso, é preciso entender a época na qual se vive, escutar, dialogar e convidar todos a se envolverem na luta pela justiça e pela promoção da vida em sua totalidade.

Olhar a realidade, a partir do evangelho, é uma atitude profética e revolucionária nos dias atuais e implica voltar-se para os pobres e assumi-los, não como ferramenta, mas como opção de vida e de luta, como realização do Reino de Deus. O bem estar social, a dignidade da pessoa humana está sempre comprometida, pois aqueles que deveriam se comprometer não assumem. É tarefa da Igreja profetizar, denunciar e dar as mãos com todas as forças que pode para lutar pela dignidade das pessoas, principalmente, a dos mais pobres. Ademais, é também pertinente perguntar:

No mundo da revolução tecnológica e da informática, da “globalização” da economia, do neoliberalismo, e do pretense pós-modernismo, há lugar para os que hoje são pobres e marginalizados, que buscam libertar-se de uma situação desumana que espezinha sua condição de pessoas e de filhos de Deus? Que papel tem o Evangelho e a fé dos pobres em um tempo alérgico às certezas e à solidariedade humana? Que significa, hoje, fazer a opção preferencial pelos pobres como caminho rumo a libertação integral? (GUTIÉRREZ, 2014, p. 112).

Dentre outros horizontes de resposta, pondera-se que o Evangelho será sempre o critério de libertação integral do ser humano, e igualmente de comunhão. Como fazer isso no mundo da revolução tecnocientífica é um desafio que está posto e precisa de respostas mais elaboradas. Em todo caso, assumir a fé em Jesus nem sempre é fácil. Cada época da história reserva suas potencialidades, mas, também os desafios a serem enfrentados, superados. Hoje, é lançado o desafio de ser uma Igreja pobre para os pobres numa sociedade capitalista, marcada pelo individualismo, egoísmo, desigualdade social, intolerância e guerras.

3.3.4 Igreja em Saída

No desejo de renovar e de animar a Igreja para assumir seu protagonismo, o Papa Francisco, guiado pelo Espírito Santo, lança o convite a sair. É possível que essa intuição venha desde a Conferência de Aparecida, na qual a Igreja é convidada a ser decididamente missionária. Assim a “Igreja pobre”, “Igreja em saída” tornou-se praticamente um mantra no magistério de Francisco. O Papa deseja que a Igreja não se feche, mas saia pelo mundo cumprindo o mandato de Jesus, afinal “se a Igreja toda assume esse dinamismo missionário, há de chegar a todos, sem exceção [...]” (EG, n. 48).

Chegar aos confins da terra é a ordem de Jesus em Mt 28, 16-20, que Francisco refresca a memória para que se levante e se testemunhe o Evangelho. Esse sair implica levar o Evangelho para os povos. Francisco muito sensível e fiel ao Evangelho, diz:

Mas a quem deveria privilegiar? Quando se lê o Evangelho, encontramos uma orientação muito clara: não tanto os amigos e vizinhos ricos, mas sobretudo aos pobres e aos doentes, àqueles que muitas vezes são desprezados e esquecidos, “àqueles que não têm com que te retribuir. Não devem subsistir dúvidas nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre, “os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho”, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo

indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais sozinhos! (EG, n. 48).

Papa Francisco é claro em sua mensagem, não faz objeção em optar pelo projeto do Reino de Deus. Sair implica refazer-se, reestruturar-se, deixar pra trás esquemas prontos e se lançar em uma nova realidade. Francisco sonha com uma Igreja que manifeste a misericórdia, a acolhida, a bondade, o amor, a compaixão e a opção preferencial pelos pobres como caminho de salvação da humanidade e da realização do Reino de Deus na história.

No entanto, é desafiador pensar uma Igreja que sai, pois isso implica ruptura com as suas zonas de conforto. Implica companhia e solidariedade com a vida dos povos, e a solidariedade, por sua vez, requer a luta pela justiça, a defesa dos direitos e da vida dos povos, para que no mundo seja possível, mais que ouvir, testemunhar a chegada do Reino de Deus que Jesus anunciou. Não obstante, Papa Francisco, ao indicar a saída como tarefa à Igreja, não esquece os desafios do próprio sair, não omite a possibilidade de quedas, fracassos, erros. Quem sai está sujeito às vicissitudes do estar fora, do estar a caminho. Está, portanto, sujeito a enlamear-se. O importante é que a Igreja seja sempre mais configurada com Jesus. Por conseguinte, no desejo de encorajar a Igreja para a saída, Francisco faz uma afirmação audaciosa e profética. Ele diz:

Saiamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Repito aqui, para toda a Igreja, aquilo que muitas vezes disse aos sacerdotes e aos leigos de Buenos Aires: prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos. Se alguma coisa nos deve santamente inquietar e preocupar a nossa consciência é que haja tantos irmãos nossos que vivem sem a força, a luz e a consolação da amizade com Jesus Cristo, sem uma comunidade de fé que os acolha, sem um horizonte de sentido e de vida. Mais do que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: “Dai-lhes vós mesmos de comer” (EG, n. 49).

Aqui, encontram-se traços bonitos da eclesiologia desejada por ele. O ideal de sair é claro; não dá mais para ficar parado. Jesus precisa ser conhecido e amado, e não se pode mais ficar quieto, trancado. Se esse sair oferece riscos, não tem problema, é preferível mesmo assim. Isso revela a humildade da Igreja que está sujeita ao erro, a sujar-se por ter tido contato com o povo. Basta lembrar de uma

criança que começa a andar, ela vai cair, mas é preciso levantar e seguir aprendendo até conseguir andar e ficar equilibrada.

Conforme se intui da eclesiologia de Francisco, é preferível que caia, que se suje no contato com as realidades sofridas, que tenha a ousadia, a capacidade de se aproximar e de agir com misericórdia que ficar encastelada em si mesma, nas suas zonas de conforto. A Igreja não pode ser autorreferencial, preocupada apenas com o próprio umbigo. Precisa ser desprendida, doada, aberta para realizar o Reino de Deus no aqui da história, enquanto caminha para a plenitude desse Reino, na consumação dos tempos.

3.3.5 Cultura do Encontro

A Igreja sonhada pelo Papa Francisco não deseja simplesmente sair por sair, quer muito mais que isso. Deseja sair para promover também a cultura do encontro. Entende-se que esse encontro se dá exatamente quando a Igreja sai, olha as realidades sofridas, confronta-se com elas e volta-se para elas com misericórdia. Igualmente quando olha para os pobres como possibilidade e caminho de fazer-se uma Igreja pobre e descentrada. Olhar a realidade, confrontar-se com ela, encontrar as pessoas, os pobres, capacita a Igreja para a abertura ao outro e à construção da cultura do encontro.

Com efeito, criar a cultura do encontro exige do ser Igreja, o rebaixamento, exige abrir espaço ao outro.

Para quê complicar o que é tão simples? As elaborações conceituais não de favorecer o contato com a realidade que pretendem explicar, e não afastar-nos dela. Isto vale sobretudo para as exortações bíblicas que convidam, com tanta determinação, ao amor fraterno, ao serviço humilde e generoso, à justiça, à misericórdia para com o pobre. Jesus ensinou-nos este caminho de reconhecimento do outro, com as suas palavras e com os seus gestos. Para quê ofuscar o que é tão claro? Não nos preocupemos só com não cair em erros doutrinários, mas também com ser fiéis a este caminho luminoso de vida e sabedoria. Porque “é frequente dirigir aos defensores da “ortodoxia” a acusação de passividade, de indulgência ou de cumplicidade culpáveis frente a situações intoleráveis de injustiça e de regimes políticos que mantêm estas situações” (EG, n. 194).

Não complicar, não ofuscar, reforça o desejo de sair para romper com as estruturas caducas que não dizem nada sobre essencial do Evangelho. A Igreja precisa centrar-se no Evangelho para gerar a cultura do encontro. Por isso, para o papa Francisco, a missão da Igreja gera vida, gera comunhão, encontro. Quando se

possibilita ir e encontrar sem medos as pessoas, reconstrói-se e se faz uma nova história com elas, não esperando delas um retorno religioso, mas ansiando que nelas se realize o Reino de Deus. A missão consiste em levar às pessoas o que é fundamental, o que é essencial no Evangelho.

Num mundo marcado por uma cultura do descartável, criar encontros verdadeiros, de acolhida, de fraternidade torna-se sinal visível de uma opção evangélica que vai na contramão deste mundo. No entanto, convém perguntar: diante dos grandes índices de pessoas sem terra, teto e trabalho, vivendo em situação de rua, crianças abandonadas pelos pais e pela sociedade, como a Igreja tem atuado para estabelecer com essas pessoas a cultura do encontro? A propósito, a Igreja tem atuado de alguma forma no sentido de transformar essas realidades?

Ante a premente cultura do descartável, na qual “o ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora” (EG, n. 53), Francisco convida a pensar que atitudes de encontros, de fato, tem sido realizadas nas comunidades paroquiais. Com isso, sugere, em linhas mais expressas, que construir a cultura do encontro implica, primeiro, em olhar para os descartados da sociedade e olhar com amor, com acolhida e com misericórdia.

3.3.6 Igreja nas Periferias

Para tornar real, no mundo de hoje, uma Igreja pobre para os pobres, tal como propõe o Papa Francisco, não há outro caminho que ir às periferias. A comunidade eclesial precisa estar nas mais desafiantes realidades onde habita o ser humano e onde a sua vida é comprometida. Quando o Papa fala em Igreja em saída e cultura do encontro é, exatamente, para denotar a necessidade que essa mesma Igreja tem de chegar às periferias. As periferias são, por sua vez, o lugar do encontro. Francisco é claro ao afirmar que, desde o início, Deus provoca a saída nas pessoas para ir ao encontro das outras. Por isso, provoca com insistência cada um a sair às periferias, a descentralizar o anúncio, preso em estruturas fechadas, a entrar no dinamismo de abertura ao Espírito Santo que ilumina, guia e orienta a Igreja.

Chegar nas mais diversas periferias e apresentar a mensagem da Boa Nova deve ser a constante preocupação da Igreja. São grandes os desafios territoriais a enfrentar, mas, como comunidade, deve encarnar o desejo do próprio Deus de

chegar a todos. “É a Igreja encarnada num espaço concreto, dotada de todos os meios de salvação dados por Cristo, mas com um rosto local” (EG, n. 30).

Não obstante, como Igreja, precisa sentir-se alegre por ter Jesus, e mais alegre por poder comunicá-Lo. Isso deve ser um impulso para a saída às periferias em quaisquer circunstâncias. A alegria do cristão é viver e anunciar Jesus como sentido da vida. Este sentido da vida, deve se transformar “numa constante saída para as periferias do seu território ou para os novos âmbitos socioculturais” (EG, n. 30), uma vez que o problema das periferias não é apenas territorial, mas macrossocial.

Nesse sentido, é preciso ir às periferias para torná-las lugares de encontro, de vida digna para todos que ali estão. É um grande mal, continuado enquanto Igreja, não denunciar as causas das periferias, e maior mal ainda, não se posicionar a favor das pessoas e das realidades periféricas da sociedade. As instituições do poder civil até lançam a culpa nos pobres, “Acusam-se da violência os pobres e as populações mais pobres” (EG, n. 59). Contudo, não são os pobres os culpados pelas mazelas existentes nas periferias, mas a falta de cuidado, de justiça e direitos. Afinal de contas, numa sociedade sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra encontrarão nela um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há de provocar vários danos.

Quando a sociedade – local, nacional ou mundial – abandona na periferia uma parte de si mesma, não há programas políticos, nem forças da ordem ou serviços secretos que possam garantir indefinidamente a tranquilidade. Isto não acontece apenas porque a desigualdade social provoca a reação violenta de quantos são excluídos do sistema, mas porque o sistema social e econômico é injusto na sua raiz. Assim como o bem tende a difundir-se, assim também o mal consentido, que é a injustiça, tende a expandir a sua força nociva e a minar, silenciosamente, as bases de qualquer sistema político e social, por mais sólido que pareça. Se cada ação tem consequências, um mal embrenhado nas estruturas duma sociedade sempre contém um potencial de dissolução e de morte. É o mal cristalizado nas estruturas sociais injustas, a partir do qual não podemos esperar um futuro melhor. Estamos longe do chamado “fim da história”, já que as condições dum desenvolvimento sustentável e pacífico ainda não estão adequadamente implantadas e realizadas (EG, n. 59).

É importante ressaltar que Francisco estende o conceito de periferias para além da dimensão geográfica, às periferias existenciais. Essa é mais uma novidade no que diz respeito a sua originalidade em relação à eclesiologia latino-americana. No mundo de hoje, são muitos os estados periféricos da vida humana: a exclusão, o preconceito, falta de sentido, depressão, racismo, intolerância, homofobia, e tantas

realidades que lançam a vida humana às periferias (EG, n. 200). Esse olhar do Papa Francisco é um olhar de amor aos pobres, pois envolve, em seu projeto eclesiológico, todas as pessoas que são pobres socialmente como também as que padecem de amor, carinho, dignidade como um todo.

Olhar esta realidade como dinâmica de saída e de encontro, quebra as amarras do individualismo exacerbado existente neste tempo. O individualismo é tão forte que tem enfraquecido os vínculos comunitários e familiares. Para o Papa Francisco, “O individualismo pós-moderno e globalizado favorece um estilo de vida que debilita o desenvolvimento e a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares” (EG, n. 67).

Eis aqui um grande desafio evangélico, a saber, ir de encontro desta corrente separatista das relações humanas. Em todo caso, com desafio ou não, não se pode ser indiferente, acomodado e egoísta, mas assumir o propósito do Evangelho de viver como comunidade de irmãos. Sendo assim, toda a organização pastoral das comunidades paroquiais deveria ser uma ponte que liga a comunidade eclesial às realidades periféricas. Daí a pertinência do imperativo evangélico “sair”, tão insistido pelo Papa Francisco.

Medellín chamou atenção para a dimensão institucional/estrutural da pobreza, desigualdade e opressão na América Latina: falou de “estruturas injustas” de “violência institucional”, da necessidade de “novas e renovadas estruturas” e desencadeou um dinamismo teológico-pastoral que levou a sério a dimensão socio-transformadora da fé. Francisco retoma essa dimensão socioestrutural da pobreza e marginalização, mas articula com a dimensão existencial do sofrimento humano. É preciso se enfrentar tanto com as estruturas que produzem a pobreza, desigualdade e marginalização (compromisso com a transformação da sociedade), quanto com as situações existenciais de sofrimento (proximidade, consolo e alento às pessoas em seus sofrimentos). A *opção pelos pobres* tem tanto uma *dimensão estrutural* quanto uma *dimensão existencial* (AQUINO JUNIOR, 2018, p. 52).

É bonito pensar na Igreja que não age conforme as estruturas já marcadas pela indiferença ao pobre e aos conflitos existenciais das pessoas, mas que se faz compassiva e atenciosa. Por isso, uma das mais belas e significativas expressões do Papa Francisco afirmando a opção da Igreja de ir às periferias, de se fazer pobre com os pobres é a de dizer categoricamente, que “A própria beleza do Evangelho nem sempre conseguimos manifestar adequadamente, mas há um sinal que nunca deve faltar: a opção pelos últimos, por aqueles que a sociedade descarta e lança fora” (EG, n. 195). Não resta dúvida que a opção eclesiológica de Francisco é

de uma Igreja pobre para os pobres e, igualmente, uma Igreja que edifica e torna real o Reino de Deus.

Portanto, ao concluir este terceiro capítulo, evidencia-se a urgência de uma Igreja que assuma a pobreza como causa evangélica no estilo de vida, e na superação deste mal na sociedade. Estilo de vida, pela conformidade a Jesus que se fez pobre. A superação desse mal é a eliminação de toda pobreza gerada pela injustiça.

Deve ser constante na comunidade eclesial a luta pela justiça e superação da dor na vida do homem. A teologia precisa emergir da realidade dos pobres, para ser esperança de libertação e salvação. Por isso, o olhar a partir do Concílio Vaticano II, das assembleias latino-americanas e do magistério do Papa Francisco, é pertinente e revela como a caminhada da Igreja deve ser, a partir do pobre e com eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defende-se que toda genuína eclesiologia precisa ter como ponto de partida a pessoa do Jesus histórico e a sua *práxis*. Jesus é, assim, o critério da autocompreensão e da missão da Igreja. A compreensão errada da pessoa de Jesus e de sua *práxis* se efetiva numa autocompreensão distorcida e equivocada da Igreja e de sua missão.

Ser cristão, ser Igreja, é, portanto, ser seguidor/servo de Jesus. No entanto, é preciso ter consciência de que não se é cristão simplesmente por seguir a um sistema religioso, mas acima de tudo, por aderir a uma proposta de vida que atende aos anseios mais profundos da vida, que promove a vida em sua dignidade total. No início, o cristianismo não propunha um sistema religioso, era um movimento que convidava a seguir um caminho e esse caminho é Cristo. Por isso, a Igreja não pode ser entendida apenas como uma estrutura eterna e imutável. Antes de tudo, deve ser entendida como a comunidade dos que são atraídos pela mensagem de Jesus e acolhem o seu Espírito. A Igreja nasce e está onde a Boa Notícia é acolhida a partir dos problemas, sofrimentos, interrogações e contradições do mundo atual.

Nesse sentido, assumir a identidade de uma Igreja que põe o pobre no centro não é um discurso, não é uma doutrina, mas uma opção enraizadamente evangélica. Tudo isso é visto na parcialidade de Deus e de Jesus pelos pobres. A forma como a Igreja se coloca no mundo, diz o modo como ela se autocompreende e em quem ela busca construir a sua identidade, se em Jesus ou nas estruturas deste mundo. A luta pelos pobres, a promoção da vida, está enraizada claramente na proposta do Evangelho. Se esquece dos pobres ou relega a sua causa às instituições sociais é bem provável que não esteja muito afim com a parcialidade de Jesus.

Ser Igreja pobre para os pobres é ser, como Jesus foi, um sinal de contradição no mundo que fabrica pobres e empobrecidos e, ao mesmo tempo, símbolo/sinal do Reino. A Igreja é mais crívelmente um sinal de salvação e do Reino à medida que luta pela superação das injustiças, do pecado estrutural que mata e empobrece a tantos. É pouco crível assumir-se como sinal e/ou sacramento de salvação sem assumir os sofrimentos e as contradições vividas pelos pobres. Quando a Igreja se faz pobre e assume os sofrimentos e realidades dos pobres, ela manifesta o próprio Deus, a salvação.

A eclesiologia tenha como modelo a pessoa de Jesus e sua práxis para uma Igreja pobre. Esse é, talvez, o meio mais seguro para que a Igreja seja, de fato, promotora de uma sociedade mais justa, de um mundo mais fraterno, mais humano; luz num mundo de trevas, esperança num mundo desesperado, Igreja amor e misericórdia num mundo de ódio e intolerância. Deve-se seguir sonhando com um agora e um futuro melhor, deve-se todos os dias aprender a viver o Evangelho e deixar que ele transforme as vidas das pessoas. Em princípio, para chegar a uma eclesiologia a partir de Jesus e sua *práxis*, é preciso abandonar toda e qualquer estrutura que não gere vida, que não transmita amor e tudo o que impede a construção do Reino de Deus.

Ao longo desta pesquisa, constatou-se que a eclesiologia deve ser, inequivocamente, manifestação da *práxis* de Jesus. Nenhuma eclesiologia que seja cristã poder ser fiel a sua origem e fonte se se autocompreende por princípios que se distanciam e/ou sejam incompatíveis com a pessoa de Jesus e sua *práxis*. Jesus será sempre a referência da Igreja. A Igreja, por sua vez, será sempre desafiada a ser, no mundo, o sinal da sua presença continuada na história.

Portanto, pensar a eclesiologia a partir de Jesus de Nazaré, olhando o pobre como lugar próprio da teologia e, conseqüentemente, na sua realização como uma Igreja pobre, pretensão desta pesquisa, coincide com o redescobrimento de uma Igreja humana e divina. Uma Igreja que é rosto de Jesus, carinho de Deus a humanidade, sobretudo, aquela mais frágil, mais decaída, mais sofrida, mais injustiçada. Testemunha a esse respeito toda a Bíblia.

Ademais, ao analisar o contexto social e religioso vivido por Jesus, ficou claro que a Boa Nova foi anunciada primeiro aos pobres para romper com a injustiça, a escravidão, a privação da dignidade humana. Nisso, mostrou-se também que a parcialidade de Deus, manifestada em Jesus, revela a face de um Deus que escuta e é sensível ao clamor dos pobres. Sendo assim, os pobres estão implícitos na fé cristã de tal modo que ao olhar o rosto de tantos sofredores, somos chamados a encontrar neles, o rosto do próprio Cristo sofrido, marginalizado e excluído.

Olhar o pobre como lugar teológico, como se demonstrou, implica, antes de tudo, pensá-lo como lugar da manifestação e da fala de Deus. Daí a intuição de que, se o pobre é lugar teológico, é conseqüentemente um ponto de partida para a eclesiologia. Desse modo, tanto o pobre ocupa um espaço decididamente teológico na Igreja, quanto a Igreja se faz decididamente enraizada na parcialidade de Deus.

Convém salientar que o pobre como lugar teológico não é um anexo da eclesiologia, mas um horizonte para a constituição de uma eclesiologia que está centrada na pessoa e na *práxis* de Jesus de Nazaré. Por essa razão, mais que uma terminologia, os pobres constituem uma categoria teológica, ou seja, um lugar teológico. Com isso, fica evidente que é do coração de Deus, da vontade de Deus mesmo que os pobres tenham precedência na Igreja.

A Igreja, por sua vez, deve estar preparada para optar pelos últimos, viver com eles e assumir, até as últimas instâncias, as consequências desta opção radicalmente evangélica. Se não for assim, a Igreja será tudo, menos uma Igreja pobre para os pobres. Essa expressão denota a radicalidade da opção da Igreja por Jesus e, conseqüentemente, da opção de Jesus pelos pobres, portanto, da opção da Igreja pelos pobres na parcialidade de Jesus.

Contudo, nos dias atuais, assumir o pobre como lugar da manifestação de Deus é um desafio premente, e mais ainda quando se coloca o pobre como ideal do ser Igreja. Apesar das disposições contrárias, a realidade da América Latina desde o Concílio vem acolhendo pastoralmente e teologicamente, a opção pelos pobres como constitutivo do ser Igreja. As assembleias do CELAM afirmam e assumem com veemência essa teologia e pastoral, levando toda Igreja a se mobilizar e lutar pelo povo pobre.

O próprio magistério do Papa Francisco e, sobretudo, sua vida, oferecem elementos que, um pouco por vez, vão reconfigurando a identidade da Igreja com a pessoa e a *práxis* de Jesus. Fica claro também que, para o Papa Francisco, o pobre não é mero objeto do discurso eclesiológico, é antes, um sujeito capaz, um ser de esperança, aquele que indica, por assim dizer, um novo *status* eclesiológico, um 'novo' momento 'da' e 'na' eclesiologia. Nesse sentido, a eclesiologia do Papa Francisco expressa no desejo e *práxis* de uma Igreja pobre para os pobres, Igreja-Reino de Deus, Reino de irmãos no qual todos são por um e um por todos. A Igreja é para que todos participem do mesmo povo de Deus, do mesmo corpo de Cristo e do mesmo corpo eclesial, é sem dúvida motivo de grande esperança à eclesiologia do século XXI e, ao mesmo tempo, um desafio, uma tarefa a ser levada adiante.

Ao olhar para a realidade social, política, econômica, cultural e religiosa, nas quais se encontra tanta injustiça, miséria, desigualdade social e tantas mazelas que roubam a dignidade da pessoa humana, afirma-se que a Igreja precisa assumir o lado dos mais fragilizados. Para tanto, a missão da Igreja deve passar pelo desafio

de enfrentar as realidades que insistem na fabricação de pobres e empobrecidos, nas realidades que, igualmente, ferem e até roubam a dignidade da pessoa humana.

Desafios, dificuldades e tribulações fazem parte da ordem do dia da Igreja de Jesus. Nesse sentido, é até natural pensar que a identidade e missão da Igreja hoje a partir dos pobres seja um tema e/ou uma tarefa marcada por dúvidas, críticas e dissensões. De todo modo, respeitadas as disposições contrárias, não se pode negar, sem com isso trair o evangelho, que Jesus é o modelo perene para a Igreja, para a eclesiologia, para a vida cristã. Sendo assim, apesar dos desafios, insistir em uma eclesiologia que vê, a partir de Jesus, o pobre como lugar teológico, converge para uma Igreja pobre e para os pobres. Nos dias atuais, é necessário e, mais que isso, é um imperativo.

REFERÊNCIAS

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **Sobre o conceito “lugar teológico”**. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 70, n. 278, p. 451-453, 26 fev. 2010.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **Francisco. 50 anos de Medellín – 5 anos de Francisco**: Perspectivas teológico-pastorais. Perspectiva Teológica, v. 50, n. 1, p. 41-41, 2018.

AQUINO JÚNIOR, Francisco de. **Nas periferias do mundo: Fé – Igreja – Sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2017.

AQUINO JÚNIOR, F. De. **Teologia em saída para as periferias**. São Paulo: Paulinas; Pernambuco: UNICAP, 2019.

AQUINO JÚNIOR, F. De; GODOY, Manoel. **50 anos de Medellín: revisitando os textos, retomando o caminho**. São Paulo: Paulinas, 2017.

ALONSO SCHOKEL, Luis; SICRE DIAZ, J. L. **Profetas II**. São Paulo: Paulus, 2015.

ARMELLINI, Fernando. **Celebrando a Palavra: Ano A**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2011.

ARMELLINI, Fernando. **Celebrando a Palavra: Ano C**. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2012.

AUGUSTA, Maria de Lurdes. **Jesus: boa-nova para os pobres**. Uma releitura de Lc 4,16-30 a partir da América Latina e do Caribe. Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, 2008. Dissertação de Mestrado.

BÍBLIA de Jerusalém. 1. ed. 10ª reimpressão. São Paulo: Paulus, 2015

BRIGHT, John. **História de Israel**. São Paulo: Paulus, 2003.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

CASALEGNO, Alberto. **Lucas: a caminho com Jesus Missionário**. São Paulo: Loyola, 2003.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Vaticano II: mensagens, discursos e documentos**. São Paulo: Paulus, 2007.

CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. Notificação: sobre as obras do P. Jon Sobrino S.I.: Jesucristo liberador. Lectura histórico-teológica de Jesús de Nazaret (Madrid, 1991) e La fe en Jesucristo. Ensayo desde las víctimas (San Salvador, 1999). Disponível em:

<https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_c_n_cfaith_doc_20061126_notification-sobrino_po.html> acesso em 02 de abr. de 2021.

COPPES, L. J. Ebyôn. In: HARRIS, R. L; ACHER JÚNIOR, G. L; WALTKE, B. K (orgs.). **Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Edições Vida Nova, 1998, p. 4.

DENARDI, Marcos Rogério. **"O outro crucificado" e "o olhar do outro"**: um estudo comparativo entre Jon Sobrino e Emmanuel Lévinas. 2007. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, Porto Alegre

DE FIGUEIREDO, Telmo José Amaral. **Código da Aliança**: o pobre tem vez!. **Caminhando**, v. 24, n. 2, p. 87-112, 2019

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. Aparecida: CNBB; Paulinas; Paulus, 2007.

DUCUMENTO DE MEDELLÍN. **Documentos do CELAM**. Conclusões das conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo. São Paulo: Paulus, 2004.

DUCUMENTO PUEBLA. **Documentos do CELAM**. Conclusões das conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo. São Paulo: Paulus, 2004.

DUCUMENTO DE SANTO DOMINGO. **Documentos do CELAM**. Conclusões das conferências do Rio de Janeiro, de Medellín, Puebla e Santo Domingo. São Paulo: Paulus, 2004.

FABRIS, Rinaldo. **A opção pelos pobres na bíblia**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

FABRIS, Rinaldo; BARBAGLIO, Giuseppe. **OS Evangelhos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FABRIS, Rinaldo; MAGGIONI, bruno. **OS Evangelhos II**. São Paulo: Loyola, 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS. **50 anos do Concílio Vaticano II**: teólogos do mundo inteiro deliberam. São Paulo: Paulinas, 2017.

FRIZZO, Antonio Carlos. **A Trilogia Social: estrangeiro, órfão e viúva no Deuteronômio e sua recepção na Mishná**. 2009. Tese de Doutorado. Tese de doutorado em Teologia. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de Teologia.

GIRARDI, James Luiz. **Por uma nova consciência eclesial**: Uma leitura teológico pastoral à luz da *Lumen Gentium*. 2014. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GUTIÉRREZ, Gustavo; MULLER, Gerhard Ludwig. **Ao lado dos pobres**: Teologia da Libertação. São Paulo: Paulinas, 2015.

LIBANIO, João B. **A trinta anos do encerramento do Concílio Vaticano II: chaves teológicas de leitura.** *Perspectiva teológica*, v. 27, n. 73, p. 297-297, 1995.

MAGGI, Alberto. **A loucura de Deus: o Cristo de João.** São Paulo: Paulus, 2013.

MCKENZIE, John L. **Dicionário Bíblico.** São Paulo: Paulus, 1983.

MIRANDA, Mario de França. **A Igreja que somos nós.** São Paulo: Paulinas, 2013.

NOGUEIRA, Antônio Ronaldo Vieira. **A Igreja dos pobres como nota da Igreja e marca da espiritualidade cristã: uma reflexão a partir de Jon Sobrino e do Papa Francisco.** *Atualidade Teológica*, v. 24, n. 66, 2016.

NOLAN, Albert. **Jesus antes do cristianismo.** São Paulo: Paulus, 1987.

PAGOLA, José. Antonio. **Jesus: aproximação histórica.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PAGOLA, José. Antonio. **O caminho aberto por Jesus: Lucas.** Petrópolis: Vozes, 2012.

PAGOLA, José Antonio. **O caminho aberto por Jesus: Mateus.** Petrópolis: Vozes, 2013.

PAGOLA, José Antonio. **Voltar a Jesus: para a renovação das paróquias e comunidades.** Petrópolis: Vozes, 2015.

PAGOLA, José Antonio. **É bom crer em Jesus.** Petrópolis: Vozes, 2016.

PEREIRA, Ricardo da Silva. **A missão da igreja: do Concílio Vaticano II a Conferência de Aparecida: um *aggiornamento* necessário.** 2010. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

REVISTA DE INTERPRETAÇÃO BÍBLICA LATINO-AMERICANA. **A opção pelos Pobres como critério de interpretação.** São Paulo: Vozes, 1989. Nº 3.

RÖMER, Thomas; MACCHI, Jean-Daniel; NIHAN, Christophe. **Antigo Testamento antigo, escritura e teologia.** São Paulo: Loyola, 2010.

ROGER, Kenner RC. **Opção pelos pobres e recepção da Bíblia: A leitura bíblica na teologia da libertação.** **REFLEXUS-Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões**, v. 6, n. 8, p. 63-75, 2014.

SICRE, José Luis. **Com os pobres da terra: A justiça social nos profetas de Israel.** Santo André, São Paulo: Ed. Academia Cristã Ltda; Paulus, 2015.

SCHILLEBEECKX, Edward. **Jesus, a história de um vivente.** São Paulo: Paulus, 2008.

SILVA, Rabeca Peres da. **A vida dos pobres é luz para o mundo: estudo de Is 49, 1-6**. 2007. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SOARES, Afonso Maria Ligório. **Dialogando com Jon Sobrino**. São Paulo: Paulinas, 2009.

SOBRINO, Jon. **Fora dos pobres não há salvação**: pequenos ensaios utópicos-proféticos. São Paulo: Paulinas, 2008.

SOBRINO, Jon. **Ressurreição da Verdadeira Igreja**. São Paulo, Loyola, 1982.

SOBRINO, Jon. **O princípio misericórdia**: descer da cruz os crucificados. Petrópolis: Vozes, 1994.

SOBRINO, Jon. **A misericórdia**. Petrópolis: Vozes, 2020.

SOBRINO, Jon. **A oração de Jesus e do cristão**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

SOBRINO, Jon. **Jesus na América Latina**: seu significado para a fé e cristologia. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

SOBRINO, Jon. **Cristologia a partir da América Latina**: Esboço a partir do seguimento do Jesus Histórico. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOBRINO, Jon. **Jesus, o libertador**: A história de Jesus de Nazaré. São Paulo: Vozes, 1994.

SOBRINO, Jon. **A fé em Jesus Cristo**: ensaio a partir das vítimas. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson. **Puebla: Igreja na América Latina e no Caribe**: opção pelos pobres, libertação e resistência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson. **Medellín**: Memória, profetismo e esperança na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

VIGIL, José Maria. **Descer da cruz os pobres**: Cristologia da libertação: Comissão Teológica Internacional, Associação de Teólogos do Terceiro Mundo. São Paulo: Paulinas, 2007.

VIGIL, José Maria. O QUE FICA DA OPÇÃO PELOS POBRES?. **Perspectiva Teológica**, v. 26, n. 69, p. 187-187, 1994.

VELASCO, Rufino. **A Igreja de Jesus**: Processo histórico da consciência eclesial. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZANINI, Rogério Luiz. **Fora dos pobres não há salvação**: tópico fundamental de soteriologia cristã em Jon Sobrino. 2020. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.